

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

Mariá Silva Brilhante de Medeiros

**A violência sexual como arma de guerra: uma análise das representações midiáticas no
genocídio palestino**



Design feito por Daniela Brilhante

Brasília
2024

Mariá Silva Brilhante de Medeiros

A violência sexual como arma de guerra: uma análise das representações midiáticas no conflito entre Israel e Palestina

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Berenice Alves de Melo Bento

Brasília
2024

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

**A violência sexual como arma de guerra: uma análise das representações midiáticas no
conflito entre Israel e Palestina**

Monografia apresentada à banca examinadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Sociologia.

Mariá Silva Brilhante de Medeiros

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Berenice Alves de Melo Bento
(ICS/UnB – Orientadora)

Profa. Dra. Tânia Mara Campos de Almeida
(ICS/UnB – Avaliadora)

Brasília
2024

Agradecimentos

Agradeço à minha família por terem me instigado a buscar por justiça social. À minha avó Lu que, sem saber, me inspira a viver com resiliência e ternura. Ao meu avô Claudio e avó Nilda, por todo o amor. Aos meus pais, Suelma e Marcelo, por sempre me permitirem sonhar alto, por me incentivarem a abraçar o mundo e por me transmitirem que “o que a vida quer da gente é coragem”. Ao Arthur, por dividir comigo a curiosidade pela vida.

Agradeço à Universidade de Brasília, o lugar que me fez crescer humanamente, acolheu os meus interesses e me mostrou que existem diversas possibilidades de ser e de estar no mundo; e que a transformação social e política advém da construção de um pensamento crítico e da solidariedade.

Agradeço à minha orientadora, Berenice Bento, pelas inúmeras oportunidades de aprendizagem. Não me esqueço do brilho nos meus olhos logo após a minha primeira aula de Introdução à Sociologia. Esse encanto me fez acompanhá-la até o último dia da minha graduação.

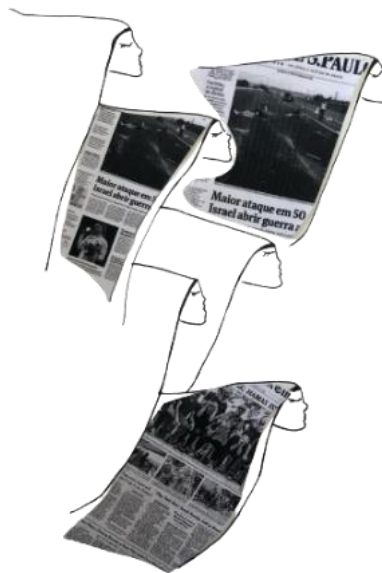
Agradeço aos integrantes dos grupos de estudo e pesquisa de que fiz parte ao longo desse percurso. Em especial, aos membros do GERPOR, grupo que me sensibilizou sobre a causa palestina e ao Projeto Umanitá, projeto de extensão sobre direitos humanos, que foi um alento na minha vida acadêmica.

Por fim, agradeço à equipe da Coordenadoria de Pesquisas Judiciárias, do Supremo Tribunal Federal (onde estagiei ao longo da escrita desta monografia). Lá eu aprendi que a gentileza e a humanidade no trato das relações sociais cotidianas (na mini sociologia, como diz o sociólogo Goffman) são o diferencial no dia a dia da vida humana.

Dedico este trabalho à luta do povo palestino e às crianças mortas nesse genocídio.

Você entende o que significa crescer em seu corpo o legado da derrota, do medo e da fraqueza e da amargura do leite materno?

Amal Abuqamar - poeta nascida em Gaza



Design feito por Daniela Brilhante

Ouçõ a tempestade. Falam-me de progresso, de “realizações”, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas.

Aimé Césaire - Discurso sobre o colonialismo

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa é analisar os discursos predominantes na mídia hegemônica ocidental acerca da violência sexual no “conflito entre Israel e Hamas/Palestina” desde o 7 de outubro, após os ataques do grupo de resistência armado palestino, o Hamas. O presente trabalho debruça-se sobre a maneira pela qual a violência sexual está sendo usada como arma de guerra, não apenas material, mas sobretudo, discursiva no conflito em questão. Esta pesquisa propõe-se a contribuir para uma discussão — que ainda tem lacunas — sobre os estudos de gênero: a importância de interseccionar raça, nacionalidade, gênero, religião e sexualidade na compreensão de conflitos que se estruturam sob a lógica de colonização. Tendo em vista o papel da mídia hegemônica como formadora de opinião, este trabalho, através do marco teórico que une a teoria feminista decolonial e a crítica ao orientalismo, e da metodologia de análise de discurso e de conteúdo de vertente francesa, busca compreender os efeitos desse discurso, ao mesmo tempo que traz à tona discursos de um veículo alternativo, como contraponto às “verdades” emitidas pela mídia hegemônica ocidental.

Palavras-chave: discurso; violência sexual; mídia; Palestina; Israel; feminismo decolonial; orientalismo

Abstract

The overall objective of this research is to analyze the predominant discourses in the Western hegemonic media regarding sexual violence in the "conflict between Israel and Hamas/Palestine" since October 7th, following the attacks by the Palestinian armed resistance group, Hamas. This study focuses on the way sexual violence is being used as a weapon of war, not just materially, but above all, discursively in the conflict in question. This research aims to contribute to a discussion—which still has gaps—on gender studies: the importance of intersecting race, nationality, gender, religion, and sexuality in understanding conflicts that are structured under the logic of colonization. Considering the role of hegemonic media as opinion shapers, this work, through a theoretical framework that combines the decolonial feminist theory and the critics towards the orientalism and the methodology of French discourse and content analysis, seeks to understand the effects of this discourse, while also bringing to light the discourses of an alternative media outlet as a counterpoint to the "universal ideas" emitted by the Western hegemonic media.

Keywords: discourse; sexual violence; media; Palestine; Israel; decolonial feminism; orientalism

LISTA DE SIGLAS

AP – Autoridade Palestina

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

FDI – Forças de Defesa de Israel

Hamas – Movimento de Resistência Islâmico

NYT –The New York Times

OLP – Organização para a Libertação da Palestina

ONU – Organização das Nações Unidas

TPI – Tribunal Penal Internacional

TPII – Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iugoslávia

TPIR – Tribunal Penal Internacional para Ruanda

UNRWA – Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente

UNSCOP – United Nations Special Committee for Palestine

Sumário

Introdução	10
Referencial teórico e metodologia.....	16
Capítulo 1. Contexto Histórico	25
Capítulo 2. Genocídio palestino.....	40
Capítulo 3. Violência sexual como arma de guerra.....	44
Capítulo 4. Representação Midiática da violência sexual desde o 7 de outubro	53
The New York Times.....	54
Folha de S. Paulo.....	64
Al Jazeera.....	73
Conclusão	83
Referências bibliográficas	88

Introdução

“Entendi que além de bombas, muros, exércitos, drones, há discursos que funcionam como armas de guerra. Já antecipo uma das conclusões desta comunicação: Direitos para as mulheres, direitos LGBTs, direitos humanos têm sido tropas que também têm servido às tropas”¹

No dia 23 de março de 2024, o documentário “7 de outubro” foi lançado em parceria entre a Al Jazeera e o The Intercept Brasil.² Este expôs, a partir de uma extensa investigação³, as alegações difundidas pela mídia ocidental — sobretudo em torno de dois temas que ganharam ênfase midiática: o assassinato de bebês e a violência sexual como arma de guerra — sobre os ataques perpetrados pelo grupo de resistência armado palestino, o Hamas (Movimento de Resistência Islâmica) no dia 7 de outubro de 2023. Tais notícias⁴, ao causarem repulsa e indignação, foram usadas para justificar o massacre de Israel à população de Gaza. Os ataques em Gaza já deixaram mais de 32.000 mortos e 75 mil feridos (até junho de 2024, seis meses desde do início genocídio — termo a ser definido no Capítulo 2). Dentre as vítimas, 10.000 mulheres palestinas foram mortas, das quais, 6.000 eram mães⁵ e mais de 13.000 eram crianças.⁶

O desastre humanitário já suscitou a solidariedade internacional entre diversos países a favor da causa palestina. Em dezembro de 2023, a África do Sul moveu uma ação contra Israel,

¹ BENTO, Berenice. Gênero e sexualidade como armas de guerra. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 29-30.

² AL JAZEERA INVESTIGATIONS. 7 October. Youtube, 20 de março de 2024. 59min58s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_0atzea-mPY> Acesso em: 6 jun. 2024.

³ THE INTERCEPT BRASIL. Investigação realizada pela Unidade de Investigação da Al Jazeera e que envolveu “sete horas de filmagens de câmeras de corpo do Hamas, uma compilação inédita dos mortos na data e entrevistas com agentes que estiveram nos locais” Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/23/entrevista-richard-sanders-al-jazeera-israel-nao-tem-provas-de-estupros-sistematicos/> Acesso em: 30 jun. 2024.

⁴ THE INTERCEPT BRASIL. Após o ataque do 7 de outubro, soldados israelenses denunciaram que 40 bebês foram decapitados pelo grupo Hamas. Contudo essa reportagem foi declarada falsa. A outra notícia foi a que o Hamas cometeu o estupro sistemático contra israelenses no ataque do 7 de outubro. Essa notícia foi divulgada pelo jornal The New York Times e foi amplamente defendida pelo governo de Israel. Contudo, as investigações demonstram diversas incoerências. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2024/03/23/entrevista-richard-sanders-al-jazeera-israel-nao-tem-provas-de-estupros-sistematicos/>>. Acesso em 30 jun. 2024.

⁵ UN WOMEN. Six months into the war on Gaza, over 10,000 women have been killed. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2024/04/six-months-into-the-war-on-gaza-over-10000-women-have-been-killed?gad_source=1&gclid=CjwKCAjwvIWzBhAlEiwAHHWgverwKzrQ5r1GAONnYguCupdaAQVgvy0p_cDYaG8R1DmkRgJM6alhk6xoCPecQAvD_BwE> Acesso em: 6 jun. 2024

⁶ UNICEF USA. More than 13,000 children reported dead as Gaza famine nears. Disponível em: <https://www.unicefusa.org/stories/more-13000-children-reported-dead-gaza-famine-nears#:~:text=More%20than%2013%2C000%20children%20have,UNICEF%20Executive%20Director%20Catherine%20Russell>>. Acesso em 6 jun. 2024.

sob a alegação de que Israel violou e não cumpriu suas obrigações da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio⁷ em relação aos palestinos na Faixa de Gaza. O genocídio em curso, que será conceitualizado posteriormente neste trabalho, não começou no dia 7 de outubro e é retratado pela mídia ocidental e pelos discursos políticos das potências hegemônicas, ao longo de toda a história do conflito na região, sem o devido reconhecimento da violência genocida e sem a profundidade histórica que leva em consideração a sua natureza colonialista. Nas palavras do historiador palestino-americano, Rashid Khalidi:

Dada essa cegueira, o conflito é retratado, na melhor das hipóteses, como um confronto nacional direto, ainda que trágico, entre dois povos com direitos sobre a mesma terra. Na pior, é descrito como o resultado do ódio fanático e arraigado de árabes e muçulmanos contra o povo judeu enquanto ele estabeleceu seu direito inalienável à sua terra natal eterna, dada por Deus (KHALIDI, 2024, p. 21).

Nesse sentido, é fundamental observar a construção de discursos em situações de conflito, e, sobretudo, de conflitos de caráter colonial nos quais a formação discursiva — disfarçada de neutralidade — é utilizada para eufemizar e até mesmo justificar guerras e genocídios. O discurso é compreendido como uma prática que é delimitada por um recorte histórico, que se impõe com a tentativa de proferir a “verdade” (FOUCAULT, 1996). A linguagem, portanto, não é neutra, “ela está ligada à prática política e não é um mero sistema de comunicação, pois também nos interpela a ocupar um lugar no sistema de produção. Isto inclui o jornalista que se crê isento e livre de interferências políticas naquilo que escreve” (HENRY, 1997 apud DEROCCHI, 2019, p. 11).

Em novembro de 2023, a entrada da sede do The New York Times em Nova York foi ocupada por manifestantes pró-Palestina que espalharam edições do *The New York War Crimes*⁸ que acusaram o jornal de fazer uma cobertura com viés a favor de Israel na guerra Israel-Palestina, e, por conseguinte, de ser conivente com o genocídio palestino. Para corroborar essa denúncia, uma pesquisa quantitativa feita pelo The Intercept sobre como se deu a cobertura dos principais jornais dos EUA⁹, nas primeiras seis semanas do conflito, coletou dados que evidenciam o caráter desigual conferido às reportagens que tratam de Israel e Palestina. Dentre as mais de mil matérias analisadas, as narrativas israelenses prevaleceram sobre as narrativas palestinas: a contagem de palavras coletadas identificou o uso da linguagem emotiva ao tratar

⁷ INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. Application Instituting Proceedings. Disponível em: <<https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20231228-app-01-00-en.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2024

⁸ O The New York War Crimes é um jornal criado para criticar a cobertura enviesada do The New York Times pró-Israel. Disponível em: <<https://newyorkwarcrimes.com/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁹ Os jornais analisados foram: The New York Times, Washington Post e Los Angeles Times.

de mortes israelenses, mas não de palestinas; notou-se a desproporcionalidade de ênfase em relação à morte de israelenses e palestinos; enquanto os atos antissemitas foram enfatizados, o aumento de islamofobia mal é mencionado. De acordo com a pesquisa¹⁰:

O termo “*slaughter*” (carnificina) foi usado por editores e repórteres para descrever o assassinato de israelenses em uma proporção de 60 contra um em relação ao de palestinos, e “*massacre*” foi usado para descrever o assassinato de israelenses na proporção de 125 contra dois (The Intercept, 2024).

Outro dado interessante é sobre a menção às crianças. De acordo com a UNRWA, a quantidade de crianças mortas em Gaza durante quatro meses de conflito ultrapassou o número de crianças mortas em todas as guerras combinadas dos últimos quatro anos.¹¹ Contudo, das mil matérias, apenas duas manchetes contiveram a palavra “criança” em relação às crianças palestinas. Ademais, ao comparar as notícias nas primeiras semanas sobre a guerra entre a Rússia e Ucrânia, diversas matérias foram publicadas pelos jornais denunciando a situação vivida pelas crianças ucranianas. A mesma ausência de menção foi feita aos jornalistas mortos em Gaza, que já foram 72 em três meses de guerra,¹² ao passo que várias reportagens sobre o perigo da guerra para jornalistas na Ucrânia foram publicadas. É evidente o desequilíbrio de narrativas na cobertura das matérias sobre o conflito. O Intercept aponta:

As mortes de civis israelenses pelo Hamas são consistentemente retratadas como parte da estratégia do grupo, enquanto as mortes de civis palestinos recebem cobertura quase como se fossem uma série de erros pontuais, cometidos milhares de vezes, apesar dos inúmeros elementos indiciários que sinalizam a intenção de Israel de causar danos a civis e à infraestrutura civil (The Intercept, 2024).

Os meios de comunicação dos Estados Unidos, como o New York Times e The Washington Post, exercem uma influência significativa sobre a imprensa global. Nesse contexto, uma das notícias amplamente divulgadas na mídia brasileira — analisada neste trabalho a partir da Folha de S. Paulo — diz respeito à suposta “violência sexual como arma de guerra sistemática” atribuída aos membros do Hamas no dia dos ataques, tema questionado pelo documentário “7 de outubro”. A matéria, originalmente publicada pelo New York Times e posteriormente reproduzida pela Folha de S. Paulo, gerou grande repercussão tanto em nível

¹⁰ THE INTERCEPT BRASIL. Crianças palestinas são ‘menores’: Veja como a mídia dos EUA protegeu Israel. Disponível em: <<https://www.intercept.com.br/2024/01/18/veja-como-midia-dos-eua-favoreceu-israel-criancas-palestinas-sao-menores>>. Acesso em 13 nov. 2024.

¹¹ UNITED NATIONS TURKIYE. Gaza: number of children killed higher than in four years of world conflict. Disponível em: <<https://turkiye.un.org/en/263401-gaza-number-children-killed-higher-four-years-world-conflict>>. Acesso em 13 nov. 2024.

¹²O GLOBO. Gaza foi o lugar mais mortal para jornalistas em 2023, aponta relatório. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/15/gaza-foi-o-lugar-mais-mortal-para-jornalistas-em-2023-aponta-relatorio.ghtml>> Acesso em 13 nov. 2024.

nacional quanto internacional. Colunas de opinião foram publicadas para destacar o “silenciamento” feminista frente aos crimes sexuais cometidos contra mulheres judias, a ONU foi pressionada a investigar os fatos e, em São Paulo, protestos e uma exposição sobre o tema ocorreram. A notícia — que será analisada mais detalhadamente neste trabalho — foi alvo de diversas críticas em relação à sua autoria e conteúdo, mas se destacou como um marco na narrativa da guerra ao cumprir uma função fundamental do colonialismo: desumanizar e brutalizar o inimigo, legitimando assim atrocidades ainda maiores e, conseqüentemente, dessensibilizando o público.

Outra notícia que recebeu atenção midiática global envolveu a suposta decapitação de 40 bebês israelenses pelo Hamas no dia 7 de outubro. A história chegou até a Casa Branca, quando o presidente estadunidense, Joe Biden, proferiu a seguinte frase para condenar o ataque do Hamas: "Eu nunca achei que eu veria, que teria confirmadas, fotos de terroristas decapitando crianças"¹³. Contudo, a Casa Branca afirmou, posteriormente, que essas fotos nunca foram vistas pelo presidente e que não havia provas da existência dessas imagens.¹⁴ A história mostrou-se infundada após investigações.¹⁵ Todavia, essa notícia falsa continuou a ser propagada e tornou-se fundamental para gerar indignação, e, portanto, fomentar o imaginário acerca do “Outro”/ do “inimigo” palestino.

Esses exemplos foram citados para ilustrar a questão central deste trabalho. Qual o motivo do prevailecimento de determinadas narrativas? Quais as conseqüências de mobilizar determinados discursos, especificamente num contexto de guerra no qual há um desequilíbrio de poder? A análise desta pesquisa debruça-se sobre um tema específico: como a violência sexual tem sido divulgada e representada pela mídia no contexto do conflito armado entre Israel e Palestina desde o 7 de outubro. Ou seja, a maneira pela qual o discurso sobre a violência sexual tem sido manuseado pela mídia ocidental. Como contraponto à narrativa da mídia hegemônica, analiso também a mesma temática sob a perspectiva da mídia alternativa.

Imagens e vídeos circularam na internet retratando violências de cunho sexual perpetradas por soldados israelenses contra o povo palestino: soldados exibindo roupas íntimas

¹³ G1. Contrariando fala de Biden, Casa Branca afirma que presidente não viu fotos de crianças israelenses mortas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/12/contrariando-fala-de-biden-casa-branca-afirma-que-presidente-nao-viu-fotos-de-criancas-israelenses-mortas.ghtml>. Acesso em 13 nov. 2024.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ MIDDLE EAST MONITOR. Le Monde debunks Israel claims that Hamas decapitated 40 babies. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20240405-le-monde-debunks-israel-claims-that-hamas-decapitated-40-babies/>. Acesso em 13 nov. 2024.

de mulheres assassinadas¹⁶ ou deslocadas de suas casas; homens civis palestinos despidos e vendados pelos soldados como “ato de vingança” contra o Hamas¹⁷. Ademais, a quantidade de mulheres mortas pelo conflito já deveria instigar os movimentos feministas a pronunciarem-se. No entanto, o que se observa é o silêncio do discurso feminista hegemônico “ocidental”¹⁸ em relação às mulheres palestinas e ao genocídio palestino e, quando se pronuncia, é apenas para reforçar concepções orientalistas, outro conceito a ser desenvolvido ao final desta introdução, que enfatiza a separação entre mulheres ocidentais e mulheres árabes — vistas como submissas/passivas por natureza — e que não compreende que as consequências do colonialismo, do racismo e do patriarcado devem ser analisadas como problemas articulados entre si, ou seja, que se atravessam e se interseccionam.

Por conseguinte, ao tratar sobre violência sexual, tema central nos estudos feministas, é fundamental tecer uma análise crítica sobre o discurso feminista ocidental que pode contribuir para fomentar estereótipos, e, portanto, legitimar violências. O feminismo decolonial/anticolonial é a chave teórica utilizada neste estudo para analisar sociologicamente questões complexas e desconstruir visões essencialistas de gênero. Soraya Misleh de Matos, palestina-brasileira, escreveu sua tese de doutorado intitulada “Uma história das mulheres palestinas: dos *saloons* aos primórdios da literatura de resistência” (2022), na qual a autora trata sobre a participação mulheres palestinas na política e na produção literária entre a metade do século XIX e início do século XX, e, portanto, desmantela a ideia que liga mulheres palestinas à “passividade”. Matos aponta para a importância de trazer as mulheres palestinas para os estudos sobre a região, tendo em vista que “a história da Palestina moderna é marcada pela atuação das mulheres. Não obstante, somente nos últimos anos, algumas, poucas ainda, pesquisas com enfoque em sua participação começam a ser publicadas, na esteira de uma nova historiografia, que busca reexaminar os acontecimentos no local” (MATOS, 2022, p. 20). A autora cita a antropóloga Rosemary Sayigh que também defende a construção de uma revisão histórica para além da “história dos homens e partidos políticos”, mais condizente com a realidade através do resgate das narrativas de grupos historicamente excluídos, nos quais se incluem as mulheres (MATOS, 2022).

¹⁶ BRASIL 247. Soldados israelenses postam lingerie de palestina assassinada e são chamados de terroristas por judeus. Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/soldados-israelenses-postam-lingerie-de-palestina-assassinada-e-sao-chamados-de-terroristas-por-judeus>. Acesso em 13 nov. 2024.

¹⁷ AL JAZEERA STAFF. Palestinians detained by Israel in Gaza blindfolded, stripped to underwear. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/8/video-photos-appear-to-show-detainees-stripped-to-underwear-in-gaza>. Acesso em 13 nov. 2024.

¹⁸ O feminismo hegemônico ocidental a qual é mencionado corresponde ao feminismo liberal clássico fundado na Europa no final do século XVIII. Sua precursora foi a inglesa Mary Wollstonecraft que escreveu “Reivindicações dos direitos da mulher” (MATOS, 2022).

Em seu livro *Palestinian Women: Narratives Histories and Gendered Memory*, Fatma Kassem conta a história de 20 mulheres palestinas “ordinárias” e marginalizadas pela história que tiveram suas vidas traumatizadas pela *Nakba* em 1948, evento histórico determinante para o povo palestino, que será discutido no próximo capítulo. Para corroborar sua tese de que as narrativas de grupos marginalizados devem ser incorporadas para uma maior compreensão coletiva de acontecimentos históricos, Kassem cita a feminista Chandra Mohanty que afirma: “Na verdade, narrativas de experiências históricas são cruciais para o pensamento político, não por apresentarem uma versão não mediada da “verdade”, mas por que elas podem desestabilizar as verdades recebidas e situar o debate nas complexidades e contradições da vida histórica” (MOHANTY, 2002, p. 524 apud KASSEM, 2011, p. 10, tradução nossa).

Este estudo, portanto, busca identificar quais “verdades” ecoam na mídia tradicional; quais narrativas não são representadas e, portanto, quais mulheres e homens são silenciados pelo discurso hegemônico. A discussão da representação da violência sexual nesse contexto permite criar questionamentos sobre questões que extrapolam a opressão do patriarcado e que levam em consideração a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) de categorias sociais como raça, gênero, classe, nacionalidade, religião. Como o movimento feminista ocidental pode contribuir para o silenciamento de mulheres e homens que sofrem violência sexual em contextos coloniais? Como o feminismo pode fortalecer o debate e a construção de uma perspectiva que abrange desigualdades raciais, coloniais, de gênero, de classe e de nacionalidade? E, mais importante, como um crime de guerra (o estupro) — seriamente combatido por feministas nos conflitos contemporâneos — pode ser manipulado para legitimar outros crimes de guerra e tragédias humanas, como é o caso do genocídio palestino?

Os objetivos específicos desta pesquisa podem ser definidos nos seguintes pontos:

- 1) Identificar, se os jornais analisados que representam a mídia ocidental hegemônica propagam narrativas desiguais em relação à temática da violência sexual no conflito entre Israel em Palestina dentro do escopo temporal delimitado: a partir do ataque do 7 de outubro até 13 de junho de 2024.
- 2) Analisar, por intermédio dos jornais selecionados — tanto os que representam a mídia hegemônica, quanto o que representa a mídia alternativa— quais são os efeitos políticos e sociais dos discursos que evocaram a violência sexual desde o 7 de outubro.
- 3) Entender como o discurso relacionado à violência sexual como arma de guerra é articulado a outros discursos para desumanizar um povo e legitimar um genocídio.

Referencial teórico e metodologia

Para os objetivos específicos expostos, este trabalho foi orientado por determinados marcos teóricos que delineiam as discussões apresentadas. A teoria crítica ao orientalismo, sob égide do pensamento do professor palestino-estadunidense Edward Said, trouxe contribuições fundamentais para refletir a desigual representação midiática, quando se trata de Ocidente *vs.* Oriente. A alta repercussão da matéria do *The New York Times* sobre os estupros “como arma de guerra” cometidos pelo Hamas e o silêncio em relação às violências sexuais que são acometidas contra o povo palestino há um século, demonstram como os meios de imprensa ocidentais estão inseridos na lógica colonial. Além disso, as representações da mídia ocidental corroboram a visão binária entre as mulheres árabes que são vistas como vítimas e os homens árabes que são tidos como os opressores — binarismo que serve ao Ocidente, já que o imaginário ocidental é reforçado pela ideia do homem árabe/palestino algoz e bárbaro (VERGÉS, 2021).

Assim, ao tratar de representações do Ocidente sobre o Oriente, é fundamental atentar-se a generalizações simplistas e essencialistas utilizadas para caracterizar um povo que é complexo como qualquer outro. Em sua obra “*Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente*” (2007), Said revelou que o Oriente é uma criação do Ocidente, e foi, sobretudo, uma forma de reforçar a ideia de superioridade da civilização europeia. O orientalismo corresponde a todo um imaginário construído pelo Ocidente sobre o Oriente, a partir de “entidades geográficas, culturais e históricas criadas pelo homem. Constitui, assim, uma ideia, um imaginário e um discurso” (SAID, 2007, p. 31).

O termo “orientalismo” remonta ao século XVI, quando várias cátedras de estudo sobre o Oriente surgiram na Europa e a representação do Oriente como um lugar “exótico”, “místico” e “inferior” passaram a incorporar o *corpus* acadêmico da época. Contudo, foi a partir do século XVIII que Said apontou para o ressurgimento do orientalismo, com o aumento dessas representações sobre o Oriente — região que englobava todo o Leste da Europa: o Oriente Médio e a Ásia. Foi nessa época que Napoleão Bonaparte empreendeu sua Campanha ao Egito, de caráter colonial, a qual gerou uma série de produções que moldaram o conhecimento europeu sobre o Egito e o Oriente e, portanto, foi um marco do orientalismo em sua fase moderna. Em sua obra crítica ao orientalismo, Said revela que o seu discurso estruturante é formado pelos ideais racistas/coloniais de superioridade da civilização europeia sobre as demais. O senso de dever em levar a “civilização” a essas sociedades vistas como atrasadas acompanhava o interesse de dominação e exploração desses povos.

De acordo com Said: “O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. O Orientalismo expressa e representa essa parte em termos culturais e mesmo ideológicos, num modo de discurso baseado em instituições, vocabulário, erudição, imagens, doutrinas, burocracias e estilos coloniais” (SAID, 2007, p. 28). Os efeitos negativos desses tipos de representação dos povos árabes ainda ressoam nos dias atuais. Said mostra em diversos fragmentos de obras políticas e literárias a difusão da visão de superioridade dos europeus em relação ao Oriente. O Oriente foi colocado como um local “místico” ligado ao passado, e, portanto, atrasado. Ao usar o Oriente como objeto de estudo, os orientalistas escolheram tratar toda a população que ali vivia como sujeitos passivos de estudo, sem considerar todas as suas diferenças, suas contribuições e perspectivas como referência. A produção sobre essas sociedades formou a visão contemporânea atual — não só no Ocidente, mas no próprio Oriente — carregada de estereótipos e estigmas.

Engana-se quem supõe que essas representações não atingem proporções políticas. A força de ideias generalistas e essencialistas sobre o Oriente Médio reforça o desprezo pelo “Outro”, desprezo expresso não só no plano simbólico e ideológico, mas também material. A invasão ilegal do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003,¹⁹ a invasão e ocupação do Afeganistão pelo mesmo país, em 2001, e o genocídio em curso contra o povo palestino — para citar exemplos de conflitos que não seriam permitidos em qualquer outro lugar de onde emana o poder global, mas que por estarem localizados nessa região do mundo são naturalizados — foram respaldados pelo discurso por trás dessas ações. Como aponta Said, a história do orientalismo, desde a sua formação com cátedras de estudos ao seu renascimento no século XVIII e até os dias atuais, nos quais o mapa do Oriente Médio é colocado como passível de mudança de acordo com interesses de Washington, permitiu a desumanização ideológica e material do que se chama “Oriente”:

Os inúmeros sedimentos da história que incluem incontáveis histórias e uma variedade estonteante de povos, línguas, experiências e culturas, tudo isso é desqualificado ou ignorado, relegado ao monturo, juntamente com os tesouros esmigalhados até formar fragmentos insignificantes — como é o caso dos tesouros retirados das bibliotecas e museus de Bagdá (SAID, 2007, p. 14).

Ademais, outro marco teórico que orientou este trabalho foi a perspectiva feminista decolonial que utiliza a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) de marcadores sociais tais quais raça, gênero, nacionalidade, classe, etc. para compreender fenômenos complexos, de

¹⁹ IHU UNISINOS. 20 anos da invasão ao Iraque: a guerra ilegal dos Estados Unidos que semeou o caos no Oriente Médio. Disponível em: < <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627160-20-anos-da-invasao-ao-iraque-a-guerra-ilegal-dos-estados-unidos-que-semeou-o-caos-no-oriente-medio> >. Acesso em 13 nov. 2024.

maneira sistêmica, sem os quais a análise sociológica torna-se enfraquecida. A perspectiva feminista liberal do Ocidente — criticada neste trabalho — torna-se insuficiente ao levar em consideração apenas a opressão advinda do patriarcado. As consequências do colonialismo, do racismo e do patriarcado, portanto, devem ser analisadas como problemas que se articulam, ou seja, se atravessam e se interseccionam:

Um feminismo decolonial não pode isolar as ‘violências contra as mulheres’ ou contra as ‘minorias’ de um estado global das violências: o suicídio maciço de crianças nos campos de refugiados/as, o uso maciço do estupro por policiais e militares nos conflitos armados, o racismo sistêmico, o exílio de milhões de pessoas devido à multiplicação de zonas de guerra e às condições econômicas e climáticas que tornaram a vida impossível, os feminicídios, a precarização ininterrupta (VERGÉS, 2021, p. 12).

Como aponta Matos, o feminismo liberal, historicamente, ignorou essas intersecções, e assim, “a consciência crítica em relação a essa lacuna vai forjar rearranjos na teoria política feminista, com o surgimento de vertentes como a anticolonial” (MATOS, 2022, p.29). O feminismo anticolonial — uma das vertentes dos “feminismos árabes”, portanto, compreende que a luta contra a violência às mulheres não pode estar dissociada da luta pela libertação nacional. Nas palavras de Matos: “[...] a busca por confinar as mulheres no espaço privado, alienando metade da população, está diretamente vinculada à colonização e, portanto, manutenção do poder hegemônico. E, nesse sentido, a emancipação das mulheres árabes é inseparável da luta por libertação nacional (MATOS, 2022, p.29).

Se o discurso é capaz de legitimar políticas públicas, invasões, permitir o silêncio das principais potências mundiais frente a violações do Direito Internacional, os veículos midiáticos possuem um inegável poder, ao reproduzir narrativas que moldam e formam a opinião da maioria da população. Mesmo que uma notícia tenha sido clamada como falsa, uma realidade foi criada. Ou seja, a “verdade” foi conferida ao discurso e, portanto, esse discurso ganhou poder. De acordo com Bento (2023), no contexto do pós-7 de outubro, as notícias sobre a decapitação de bebês e o estupro são duas cenas que exemplificam essa manipulação simbólica e discursiva. Na primeira cena, a narrativa criou um luto simbólico que continua a justificar a morte de crianças palestinas. Na segunda cena, uma feminista ocidental acusa o Hamas de estupro com base em uma imagem, sem evidências, reforçando um discurso orientalista que desumaniza os palestinos e legitima a violência israelense. Assim, esses relatos simbólicos foram utilizados como arma de guerra e como forma de omissão das lutas feministas em relação às mulheres palestinas.

Dessa maneira, este trabalho busca analisar quais as formações discursivas presentes nos jornais analisados. O discurso é nesse sentido:

Bem menos do que um ponto de vista, [o discurso] é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. Sua enunciação não é uma cena ilusória, onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem (MAINGUENEAU, 1993, p. 50 apud MESSENERG, 2017, p. 625).

Como aponta Messenberg (2017), o discurso faz parte da construção social e, por conseguinte, é construído por atores sociais com base em contextos específicos:

As formas, como as pessoas, que concebem a realidade são, então, histórica e culturalmente específicas. Compreendemos o mundo não por sua natureza essencial, mas pelos processos sociais. Tendo em vista o aspecto prático de todo discurso, os atores sociais estão continuamente orientando-se pelo “contexto interpretativo”, no qual estão inseridos e construindo seus discursos para se ajustarem a ele. Reconhecer a importância do contexto na formulação dos argumentos não significa percebê-los como falácias deliberadas, pois a formulação de qualquer discurso implica estabelecer uma versão do mundo diante de versões competitivas (MESSENERG, 2017, p. 626).

Noam Chomsky — linguista, filósofo e ativista político estadunidense —, em seu livro *Manufacturing Consent: The Political Economy of the Mass Media*, afirma que a grande mídia estadunidense serve aos interesses de grupos poderosos da sociedade que a financia e a controla. A grande mídia é construída sob um modelo de propaganda que está em conformidade com a agenda da elite norte-americana. Chomsky aponta que a globalização e o avanço do neoliberalismo permitiram a difusão desse modelo aos outros lugares do mundo.

Esse sistema de propaganda midiático, portanto, em vez de fomentar o acesso do público aos processos políticos através de informações de qualidade para o desenvolvimento de uma consciência política, introjeta a defesa de determinadas agendas econômica, social e política dos grupos sociais privilegiados. A subversão do papel da mídia é feita de diversas formas: “através da seleção de temas, distribuição de matérias de maior interesse, enquadramento das questões, ênfase de tom e ao manter o debate dentro de premissas aceitáveis” (HERMAN; CHOMSKY, 1988, p. 373, tradução nossa). Desse modo, a grande mídia funciona como uma instituição ideológica poderosa formada por um sistema de propaganda que funciona em prol das forças do mercado.

Por conseguinte, para fins metodológicos, o *corpus* analítico que compõe este trabalho são as notícias dos seguintes jornais: Folha de S. Paulo, The New York Times e Al Jazeera (suas versões em inglês). Os dois primeiros jornais correspondem aos representantes da “mídia hegemônica” e o último da “mídia alternativa”. Para prosseguir este trabalho, apresento quais as definições de “mídia ocidental hegemônica” e de “mídia alternativa” são utilizadas nesta pesquisa. A mídia hegemônica é compreendida nos moldes da concepção de “grande mídia”

criticada por Chomsky, apresentada acima. De acordo com Gramsci, no âmbito nacional, a imprensa constitui “a parte mais dinâmica” da estrutura ideológica dos grupos dominantes (GRAMSCI, 2001, p. 78 apud DEROCCHI, 2023, p. 42). Assim, Gramsci apontou que a imprensa fazia parte de um conjunto de instituições que, mesmo que não fossem ligadas formalmente aos governos, constituíam-se como “aparatos hegemônicos” (REHMAN, 2013, p. 136 apud DEROCCHI, 2023, p. 44). Ou seja, a imprensa era um dos locais nos quais as elites podiam divulgar ideias que forneciam as bases ideológicas, para produzir um consenso na opinião pública (DEROCCHI, 2023). Segundo Gramsci, os jornais poderiam também ter um “potencial transformador” na construção da “consciência coletiva” e o “caminho possível para grupos subalternos chegarem à hegemonia seria desenvolver seu senso crítico, criando as condições para a formulação de uma forma própria de pensamento e busca da autonomia através da ação política (DEROCCHI, 2023, p. 45).

No âmbito internacional, apesar da emergência econômica dos países do Sul Global e das disputas por hegemonia no plano internacional, a ordem mundial dominante é baseada em valores liberais de “livre-comércio e direitos humanos”, e grande parte das instituições foram criadas sob esses moldes liberais — comandadas pelos Estados Unidos — na nova ordem mundial do pós II Guerra Mundial (DEROCCHI, 2022, p.42). Por conseguinte, o jornalismo internacional possui um papel na formação hegemônica de consenso que reflete o “poder dos estados na ordem mundial” (DEROCCHI, 2023, p. 42). A partir de uma teoria das Relações Internacionais de inspiração gramsciana proposta por Robert Fox, a mídia constitui uma das instituições na qual é possível criar espaços de luta por ideias consensuadas:

A busca pela hegemonia é um processo no qual força e consenso são complementares [...] iniciativas de diplomacia pública, em especial as que envolvem comunicação, podem reforçar ou questionar ideias e valores consensuados [...] pois [...] uma estrutura alternativa pode surgir a partir do confronto de ideias sobre a ordem social (DEROCCHI, 2022, p. 43)

Apesar de não existir um consenso acadêmico acerca do conceito de mídia alternativa, aqui neste trabalho, ela faz alusão a veículos que produzem narrativas que disputam o “consenso”, no sentido gramsciano, com os veículos hegemônicos, que, por sua vez, exprimem os valores e ideologias das classes dominantes, ou dos países que dominam a ordem mundial. A mídia alternativa é “representada por veículos que desafiam os oligopólios de comunicação [...] encontra espaço na internet para se desenvolver e se estabelece como uma aliada da luta social por direitos humanos” (ROCHA ALVES, 2022, p. 213). Esta exerce um papel fundamental na contestação às estruturas de poder mundial, tendo em vista que o Sul Global passou a contrapor as narrativas do Norte Global e apresentar “outra visão ideológica para o

sistema mundial” (DEROCCHI, 2023, p. 17). Como aponta Rocha Alves (2022), essa mídia permite que ecoem histórias que não ganham espaço na mídia hegemônica devido a “uma série de motivos (conselho do governo, pressão comercial de anunciantes, conservadorismo, prioridades próprias dos veículos etc.)” (ROCHA ALVES, 2022, p. 213). Rocha Alves mostra que a internet foi essencial nesse processo de desenvolvimento das mídias alternativas, pois possibilitou o aumento da comunicação entre as pessoas e descentralizou a produção de notícias.²⁰

De acordo com Biroli e Miguel (2012), a objetividade jornalística tornou-se sinônimo de um jornalismo confiável. Contudo, reconhece-se que o princípio jornalístico de imparcialidade não é tão incorporado como os grandes jornais alegam aderir. Os veículos de comunicação deixam transparecer suas visões de mundo, tanto pelo tipo de reportagem que decidem publicar, como pela linguagem utilizada.

Este trabalho, por conseguinte, busca inserir essas narrativas — tanto hegemônicas como alternativas — numa ordem discursiva, tendo em vista que a linguagem não se abstém do seu caráter político e ideológico (DEROCCHI, 2023). Desse modo, é possível observar de maneira comparada como cada veículo produz narrativas sobre a questão da violência sexual no conflito em questão e, portanto, compreender como expressam seu viés ideológico. De acordo com De Rocchi, a análise dos discursos midiáticos permite desapegar-se da ideia do jornalista isento, já que este está inserido em processos sociais que o constituem como sujeito social e, portanto, sujeito a contextos específicos que formam sua visão de mundo:

O sujeito (que pode ser aqui o repórter ou o editor) é um ser descentrado para a Análise de Discurso, pois não tem uma expressão absolutamente original e pessoal dos fatos. Sua fala está permeada pelos já-ditos e ele é assujeitado [...]nem o autor tem controle total do que diz, pois a língua não é transparente. Ela está ligada à prática política” (DEROCCHI, 2019, p. 11).

A metodologia utilizada na análise das notícias foi inspirada na usada por Denise de De Rocchi em sua dissertação intitulada de “Mídia, Fabricação do consenso e poder: Análise das narrativas da Al Jazeera e Sputnik News sobre o conflito da Síria como instrumento da política externa do Catar” (2023). A autora realizou uma mistura de metodologias de análise textual que

²⁰ Em seu artigo, ROCHA ALVES confere ênfase às mídias alternativas brasileiras, especificamente as Ponte Jornalismo, Voz das Comunidades, Jornalistas Livres e The Intercept Brasil. Apesar de não constituir parte do *corpus* analítico deste trabalho, o The Intercept Brasil publicou diversas reportagens com narrativas opostas à hegemônica em relação ao conflito desde 7 de outubro. Dentre essas notícias estava uma que questionou a reportagem do NYT sobre violência sexual cometida pelo Hamas. THE INTERCEPT. Bebês decapitados, estupro em massa e civis queimados: as maiores mentiras sobre o 7 de outubro reveladas em documentário. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/23/israel-documentario-al-jazeera-expoe-mentiras-sobre-bebes-assassinados-estupros-mortes-civis-2/>. Acesso em 6 jun. 2024.

entrelaçou a Análise de Discurso da vertente de Pêcheux a elementos da Análise de Conteúdo de Laurence Bardin.

Por conseguinte, alguns elementos da perspectiva de Pêcheux e de Bardin foram usados na construção metodológica desta pesquisa. A análise de discurso proposta por Pêcheux parte da união entre Psicanálise, Linguística e História. Para o filósofo, “as pessoas são filiadas a um saber discursivo que não se aprende, mas que produz seus efeitos por intermédio da ideologia e do inconsciente” (ORLANDI, 2005, p. 11). Assim, na leitura do texto deve-se atentar à “compreensão do que o sujeito diz em relação a outros dizeres, ao que ele não diz” (ORLANDI, 2005, p. 11). A linguagem, portanto, não é transparente; “o discurso é permeado pela ideologia, entremeadada na linguagem. Para desvelar os aspectos ideológicos, observa-se o excesso e a falta em um dado discurso, discurso este que não é uma manifestação individual” (DEROCCHI, 2023, p. 36). Desse modo, nesta pesquisa foram categorizadas nas reportagens os temas recorrentes ou ausentes, fontes que são mencionadas ou não, padrões de palavras usadas, termos usados nas manchetes, e assim, observar as repetições, padrões e omissões de acordo com a Análise de Discurso proposta por Pêcheux.

Em relação à Análise de Conteúdo proposta por Bardin,

Bardin sugere organizar o trabalho em três etapas (pré-análise, exploração do material e análise dos resultados), sendo a primeira a própria delimitação dos objetivos do estudo e dos documentos que se pretende analisar. Recomenda ainda uma “leitura flutuante”, a partir da qual é possível definir o refinamento da amostra e pensar categorias de análise (DEROCCHI, 2023, p. 38).

Desse modo, a primeira fase da pesquisa constituiu uma seleção na planilha do Excel de todas as reportagens que se pretendia analisar a partir dos filtros de data utilizados. Triagens foram feitas em relação ao conteúdo das notícias. Após a seleção das notícias e leitura, categorias de análise foram criadas a partir de ideias predominantes em cada jornal, que se repetiram na leitura das notícias selecionadas e, posteriormente, em cada veículo de comunicação. Na conclusão deste trabalho, os resultados estão demonstrados em formato de tabela.

Dentre os jornais que se enquadram como “mídia hegemônica”, no Brasil, a escolha da Folha de S. Paulo se deu ao fato de este fazer parte de um dos principais conglomerados de mídia do país — o Grupo Folha²¹. Além disso, foi o jornal nacional com maior número de circulação no ano passado: o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) ²² apontou que em

²¹ FOLHA DE S. PAULO. Conheça o Grupo Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 13 nov 2024.

²² PODER 360. Jornais no Brasil: Evolução da circulação total. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

2023 a Folha de S. Paulo ultrapassou O Jornal Globo em relação ao número de circulação total (o número inclui a tiragem média diária do impresso e as assinaturas digitais pagas).

O The New York Times foi escolhido, dentre os jornais internacionais que também se enquadram como “mídia hegemônica”, sobretudo, devido à sua produção da matéria *How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7*²³ - a qual gerou alta repercussão acerca da questão da violência sexual na guerra em questão — o que constitui o foco deste trabalho. De acordo com Lima e Filho (2012), o NYT começou sendo um empreendimento familiar no século XVI e passou a ser, no século XX, “uma das empresas mais influentes dos Estados Unidos: a *New York Times Company* (LIMA; FILHO, 2012, p. 7).

Ademais, esse jornal exerce uma grande influência no mundo ocidental, principalmente em relação às matérias que tratam sobre o Oriente Médio. Nas palavras de Khalidi, ao descrever o NYT: “É o jornal de registro. Leva-se muito a sério. É objeto da confiança de um grande número de pessoas. E é, no que diz respeito às minhas próprias preocupações — ou seja, o Oriente Médio— um agente totalmente não fiável e extremamente nocivo. E tem-no sido desde há muito, muito tempo” (Entrevista ao *The New York War Crimes*, 2024, tradução nossa).²⁴ Desse modo, o The New York Times pode ser considerado um dos jornais que exerce grande influência na vida da população, sobretudo a estadunidense, e é um dos mais lidos no mundo, visto com grande credibilidade (LIMA; FILHO, 2012).

Já a Al Jazeera, criada no Catar, em 1996, é considerada o primeiro canal de notícias independente do mundo árabe “que revolucionou o sistema midiático regional”²⁵ e possui mais de 70 escritórios ao redor do mundo. Em 2006, foi lançada a Al Jazeera em inglês. Em seu site, essa se define como uma rede de notícias que procura fazer investigações profundas e imparciais que vão além dos limites da mídia tradicional.²⁶ A Al Jazeera tem sido um dos principais meios de comunicação a divulgar os crimes cometidos por Israel desde o 7 de outubro. Entretanto, em maio deste ano, a redação local da Al Jazeera em Israel foi fechada sob

²³ THE NEW YORK TIMES. ‘Screams without words’. How Hamas Weaponized Sexual Violence on October 7. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/28/world/middleeast/oct-7-attacks-hamas-israel-sexual-violence.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

²⁴ KHALIDI, Rashid. “A Continuous Series of Insults to Our Understanding: Rashid Khalidi discusses *The New York Times* as state media”. Disponível em: < <https://newyorkwarcrimes.com/a-continuous-series-of-insults-to-our-understanding> >. Acesso em 13 nov. 2024.

²⁵ LE MONDE DIPLOMATIQUE. O efeito Al Jazeera. Disponível em: < <https://diplomatie.org.br/o-efeito-al-jazeera/> >. Acesso em 13 nov. 2024.

²⁶ AL JAZEERA NETWORK. Our Story. Disponível em: <https://network.aljazeera.net/en/about-us>. Acesso em 13 nov. 2024.

a justificativa da emissora “prejudicar a segurança pública”.²⁷ Desse modo, todos esses fatos foram decisivos para a escolha da Al Jazeera em versão inglês, nesta pesquisa, como a mídia alternativa à narrativa das mídias ocidentais hegemônicas.

Por fim, após as escolhas dos jornais a serem analisados, foram selecionadas as notícias enquadradas de 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024 que tratavam sobre a violência sexual no conflito. Para isso, foram utilizados os filtros de busca que envolviam as datas selecionadas e as palavras-chaves nos sites de cada jornal. As seções deste trabalho que tratam de cada jornal explicitam como a metodologia de filtro de busca foi usada. Tendo em vista que a Folha de S. Paulo e o The New York Times são jornais de acesso por assinatura, os dois foram assinados para ter acesso a todas as notícias ao longo do período da pesquisa; já a Al Jazeera tem acesso aberto. Após explicitar os objetivos, referenciais teóricos e metodologia utilizados, o próximo capítulo abordará o contexto histórico da guerra, considerando que uma das questões tão disputadas — discursivamente — é exatamente quais as circunstâncias que levaram ao ataque do dia 7 de outubro.

²⁷ EURONEWS. Gabinete de Netanyahu aprova encerramento da delegação da Al Jazeera em Israel. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/05/05/al-jazeera-banida-pelo-governo-de-israel-apos-aumento-de-tensoes>. Acesso em 13 nov. 2024.

Capítulo 1. Contexto Histórico

“O centro da história, identidade, cultura e culto dos palestinos foi, assim, sumariamente eliminado, sem que sequer houvesse a pretensão de consultar seus desejos”.²⁸

Apesar do recorte desta pesquisa englobar as reportagens que saíram a partir do 7 de outubro, não é possível falar de um conflito que, definitivamente, não começou no dia 7 de outubro. Por conseguinte, é fundamental voltar ao ano de 1947 quando a Organização das Nações Unidas criou o Plano de Partilha da Palestina (Resolução 181), aprovado no dia 29 de novembro de 1947 pela Assembleia Geral, com 33 votos a favor, 13 contra e 10 abstenções, que dividia o território palestino em dois Estados: um judeu, composto por 53% do território e um árabe, composto por 47% do território (GOMES, 2001). Essa medida da ONU adveio do fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e do trauma deixado pelo Holocausto, que deixou seis milhões de judeus mortos, além de mais de um milhão de poloneses, 250.000 ciganos e pessoas com deficiência, homossexuais, comunistas, dentre outros.²⁹

Assim, em 1948, o Estado de Israel foi criado e o Mandato Britânico, que até então governava a região desde do declínio do Império Otomano, foi finalizado. A criação do Estado de Israel marcou uma série de conflitos no mundo árabe, que perduram até os dias atuais, e abriu caminho para o que os palestinos denominam de *Nakba* — que significa a Catástrofe em árabe— a qual levou ao que o historiador israelense Ilan Pappé chama de limpeza étnica³⁰ da população nativa palestina que ali vivia:

Quando terminou, mais da metade da população nativa palestina, o que significava cerca de 800 mil pessoas, foi desalojada, 531 vilarejos destruídos e 11 bairros urbanos esvaziados de seus habitantes. O plano assentado em 10 de março de 1948 e, sobretudo sua implementação sistemática nos meses seguintes, são um caso claro de uma operação de limpeza étnica, o que o direito internacional, hoje, considera um crime (PAPPÉ, 2016, p. 15).

²⁸ KHALIDI, Rashid. *Palestina: Um século de guerra e resistência (1917-2017)*. São Paulo: Todavia, 2024.

²⁹ UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. Documentando o número de vítimas do holocausto e da perseguição nazista. Disponível em: < <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution> >. Acesso em 13 nov. 2024.

³⁰ Pappé utiliza a definição de limpeza étnica da Palestina, pois se encaixa nos conceitos da Enciclopédia Hutchinson, da ONU e também nas conceitualizações acadêmicas. A definição enciclopédica e as acadêmicas apontam que “a limpeza étnica é um esforço para deixar homogêneo um país de etnias mistas, expulsando e transformando em refugiados um determinado grupo de pessoas, enquanto se destroem os lares dos quais elas foram enxotadas” (PAPPÉ, 2016, p. 23). Já o relatório da UNCHR define a limpeza étnica como medidas que provocam a “separação de homens e mulheres, detenção de homens, explosão de casas” (Relatório UNCHR apud PAPPÉ, 2016, p. 22).

De acordo com Khalidi (2024), a Resolução 181 da ONU significou a “segunda declaração de guerra” contra o povo palestino. E essa declaração de guerra deve ser compreendida como vitória do movimento sionista — que já havia plantado sua influência no exterior, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. O movimento sionista é um movimento nacionalista judaico europeu que emergiu em meados do século XIX, fortemente influenciado por ataques antisemitas aos judeus na Europa Oriental. Theodor Herzl, considerado o criador do sionismo político, foi um jornalista e dramaturgo da Áustria que publicou o livro *O Estado Judeu*, em 1896, no qual defendia a criação de um Estado judeu. Inicialmente, a proposta serviria para criar um Estado protegido do antisemitismo, e, portanto, o autor sugeriu que fosse ou a Argentina ou a Palestina. Como aponta Gomes (2001), nota-se que o apelo à ideia de profecia seria utilizado apenas posteriormente. O projeto sionista de Herzl foi construído sob um ideal imperialista colonizador. Em seu livro, o criador do sionismo político elegeu uma terra distante da Europa Oriental e vista como “atrasada” para ser suscetível à colonização dos europeus civilizados. Nas palavras de Herzl: “Para a Europa, constituiríamos ali um pilar contra a Ásia, seríamos uma sentinela avançada da civilização contra a barbárie. Manteríamos, como Estado neutro, relações constantes com toda a Europa, que deveria garantir a nossa existência” (PINKSY, p. 137 apud GOMES, 2001, p. 18). Sua ideia reflete a representação do Oriente criada pelo Ocidente e que, como Said aponta, serve como forma de legitimar a dominação de um povo em nome da “civilização”. Desse modo, o antagonismo entre os “civilizados” e os “bárbaros” expressa-se no antagonismo entre “árabes” e “europeus”. A criação do Estado Judeu e a ocupação posterior de novos territórios por Israel (inclusive os assentamentos judeus na Cisjordânia) sob a égide da grande potência britânica e, posteriormente dos Estados Unidos, encontra seu respaldo nessa construção de um imaginário colonial que inferioriza o povo árabe e, portanto, o torna suscetível às decisões vindas de fora sobre suas próprias vidas.

O retorno de Sion deveria ser feito sob os moldes da colonização britânica, criando o *Jewish Company*, tal qual as Companhias Inglesas. Em 1897, na Basileia (Suíça), no Primeiro Congresso Sionista, a Palestina foi, finalmente, definida como o “lar” destinado à criação do novo Estado para o povo judeu. Esse Congresso estabeleceu um programa que se tornou a base do projeto sionista e que perdurou por décadas; dentre os itens mais importantes firmados pelo programa estavam a afirmação do “direito para o povo judeu, reconhecido internacionalmente, de colonizar a Palestina” e a “promoção da colonização judaica na Palestina em larga escala” (GOMES, 2001, p. 13). Em 1901, foi criado o Fundo Nacional Judaico — destinado à arrecadação de dinheiro para o projeto de colonização — que tinha como principal objetivo a compra de terras na Palestina — aquisições definidas como “propriedade inalienável do povo

judeu” (GOMES, 2001, p. 13). Após a morte de Herzl em 1904, o movimento continuou a ganhar força e criou o *Palestine Land Development Company* em 1908 (GOMES, 2001). Pappé aponta que o sionismo era uma mistura de “ideologia nacionalista e prática colonialista” (PAPPÉ, 2016, p. 31) à medida que o movimento sionista secularizou o judaísmo, visto que ao mesmo tempo que reclamaram pela soberania da Palestina, também ignoraram os nativos que lá estavam “desde do período romano”:

Eretz Israel, o nome da Palestina na religião judaica, havia sido reverenciado através dos séculos, por gerações de judeus, como um lugar de peregrinação religiosa, nunca como um futuro estado secular. A tradição e religião judaicas claramente instruem os judeus a aguardarem a vinda do Messias prometido no ‘fim dos tempos’, até que eles possam retornar a Eretz Israel como um povo soberano em uma teocracia judaica, isto é, como os servos obedientes a Deus [...]. Da forma como a viam, a Palestina estava ocupada por ‘estrangeiros’ e tinha de ser repossuída (PAPPÉ, 2016, p. 31).

Uma das grandes vantagens do movimento sionista em comparação aos governos árabes, segundo Khalidi, foi a consolidação de apoio externo ao movimento. E, inicialmente, foi a Grã-Bretanha que auxiliou a incutir o sionismo nas terras palestinas. O Mandato Britânico governava a Palestina desde o fim da Primeira Guerra Mundial e do declínio do Império Otomano — que havia governado a Palestina e outros países árabes há mais de “vinte gerações” (KHALIDI, 2024, p. 39). Por conseguinte, o apoio britânico ao projeto sionista foi fundamental para o seu sucesso. Em 1916, Arthur Balfour se tornou Secretário das Relações Exteriores e Lloyd George virou Primeiro Ministro — ambos fortemente influenciados pelo líder sionista Chaim Weizmann (GOMES, 2001). Em 1917, foi emitida a Declaração de Balfour — carta assinada por Balfour dirigida ao Lord Rothschild, líder da comunidade judaica no Reino Unido, na qual a grande potência da época posicionou-se a favor do “estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu na Palestina”. Assim, a Declaração de Balfour é considerada, por Khalidi, a “primeira declaração de guerra” contra o povo palestino, visto que a carta serviu como suporte para a expansão do projeto sionista — idealizado por Herzl — e para impulsionar a imigração em alta escala de judeus para a Palestina (KHALIDI, 2024).

Assim como na Resolução 181 da ONU, a majoritária população árabe que vivia no território não foi consultada. De acordo com Khalidi, em 1917, 94% da população era árabe. A insatisfação popular com a expansão do movimento sionista intensificou-se a partir da década de 1920, com protestos que eclodiram e que receberam respostas violentas do Mandato Britânico em 1920, 1921 e 1929. O descontentamento da população palestina advinha do apoio britânico aos empreendimentos sionistas que — apesar de serem minoria na Palestina — estavam ganhando força por meio da compra de terras e da imigração em alta escala.

De acordo com Gomes, um dos slogans difundidos pelos sionistas na época — para atrair colonos judeus — era o de que a Palestina era “uma terra sem povo para um povo sem terra”. A Declaração de Balfour foi considerada uma traição pelo povo árabe, visto que, ao respaldar o “lar nacional” dos judeus na Palestina, a Grã Bretanha rompia uma de suas promessas — estabelecida no artigo sobre o Sistema de Mandatos — que era a de assegurar o processo de independência dos países árabes, antes sob domínio do Império Otomano. O documento emitido pela Liga das Nações, que formalizou o governo britânico na Palestina, incorporou a Declaração de Balfour em seu texto. Além disso, apresenta que:

[...] o povo judeu e apenas o povo judeu, é descrito como tendo uma conexão histórica com a Palestina. Aos olhos dos autores, todo o ambiente construído de dois mil anos do país com suas aldeias, santuários, castelos, mesquitas, igrejas e monumentos dotados dos períodos otomano, mameluco, aiúbida, cruzado, abássida, omíada, bizantino e anteriores não pertencem a nenhum povo, ou apenas a grupos religiosos amorfos. Havia pessoas lá, sem dúvidas, mas elas não tinham história ou existência coletiva e, portanto, poderiam ser ignoradas. As raízes daquilo que o sociólogo israelense Baruch Kimmerling chamou de ‘politicídio’ do povo palestino estão plenamente expostas no preâmbulo do Mandato. A maneira mais segura de erradicar o direito de um povo à sua terra é negar sua conexão histórica com ela. (KHALIDI, 2024, p. 53).

Ademais, o texto conferiu à Agência Judaica amplos poderes políticos e diplomáticos, enquanto nenhuma instituição árabe do tipo teve permissão para ser estabelecida. A Palestina, por conseguinte, teve seu direito de autodeterminação ignorado pela Declaração de Balfour, e, posteriormente, pela solução dada pela ONU: a Resolução 181, de Partilha, elaborada pelo Comitê Especial para a Palestina, o UNSCOP, comitê formado por nenhuma pessoa que sequer conhecia a história da Palestina (PAPPÉ, 2016).

Com a Segunda Guerra Mundial e a perseguição da Alemanha nazista aos judeus, a Palestina tornou-se um dos principais destinos da comunidade judaica, levando ao crescimento populacional e econômico judaico. Nas áreas rurais, ataques violentos passaram a emergir com mais frequência contra a aquisição de terras e de recursos pelos sionistas. Em 1936, uma grande revolta palestina emergiu por todo o país e gerou uma grande greve lançada por jovens militantes da classe média urbana. Essa rebelião intensificou-se e durou três anos, sendo chamada de “a grande revolta de 1936-9”. A revolta foi a expressão da grande insatisfação popular e surgiu de maneira espontânea.

É importante frisar, já que este trabalho analisa discursos e representações sobre violência de gênero, que o movimento de mulheres palestinas, pela luta das mulheres, já era precursor no Oriente Médio no final do século XIX. A luta pela autodeterminação do povo palestino e a luta pelos direitos das mulheres andaram (e ainda andam) lado a lado no cerne do

movimento feminista palestino. Por conseguinte, já na época do domínio do Mandato Britânico, as mulheres articulavam-se por meio de cartas oficiais e de associações feministas, criadas no início do século XX. Até os dias atuais, as associações de mulheres palestinas exercem um papel essencial no tecido social do povo palestino: as associações prestam ações e solidariedade no auxílio às mães solo que, muitas vezes, são as responsáveis por gerir a família devido à prisão ou morte de seus companheiros e filhos pelo governo de Israel. De acordo com Matos (2022), a Revolução de 1936-39 foi marcada pelo aumento da participação das mulheres na resistência. Ademais, após a *Nakba*, que Matos descreve como a “pedra basilar da história da Palestina” (MATOS, 2022, p. 31), a literatura de resistência emergiu a partir da década de 1950 e, dentro do rol das obras escritas por mulheres palestinas, encontram-se temas recorrentes que dialogam diretamente com a temática do pós 1948: a “emancipação feminina como parte da luta anticolonial, a questão de identidade, o sentimento de pertencimento ao lugar de origem e o exílio” (MATOS, 2022, p.33).

Em meio às revoltas, em 1937, uma Comissão Real, denominada Comissão Peel, fez uma proposta de partilha da região, na qual 17% do território formaria um estado judeu, expulsando mais de 200 mil árabes. Essa proposta intensificou a revolta. A Grã-Bretanha reagiu com uma forte repressão aos manifestantes e utilizou os mesmos mecanismos de violência das guerras coloniais. Dentre as táticas imperialistas utilizadas estiveram o exílio de líderes palestinos e a prisão de vários sem julgamento. Os grupos paramilitares formados por colonos judeus uniram-se às autoridades do Mandato Britânico na repressão dos palestinos (KHALIDI, 2024).

A resolução de partilha da ONU, portanto, tem influência da proposta sugerida pela Grã-Bretanha que, devido aos conflitos iminentes dessa recomendação junto com o desgaste do país no contexto do fim da Segunda Guerra Mundial, resolveu transferir a questão da partilha da Palestina para a ONU. Além de não consultar a opinião da maioria da população palestina, a composição étnica do país claramente não foi respeitada pela Resolução da Partilha, já que a população palestina constituía o triplo da população judaica. Contudo, a ONU concedeu mais da metade do país aos sionistas num contexto de pós-Segunda Guerra Mundial — além do lobby sionista construído no exterior há décadas — no qual se buscou “compensar os judeus pelo Holocausto nazista na Europa” (PAPPÉ, 2016, p. 51). De acordo com Khalidi, a Partilha da ONU conferiu formalidade à criação do Estado de Israel como estado soberano, à medida que todo o aparato (poder político, militar, econômico e internacional) do Estado já estava sendo construído há décadas sob o apoio da Grã-Bretanha. Assim, enquanto conseguiam o status

formal fornecido pela ONU, os sionistas passavam a trabalhar no deslocamento forçado da população nativa.

O historiador Illan Pappé, em seu livro “A Limpeza étnica da Palestina” utiliza arquivos históricos para demonstrar que a limpeza étnica empreendida já em 1947 e finalizada em 1948 contra o povo palestino adveio do projeto sionista: “A política sionista foi embasada, em primeiro lugar, na represália contra ataques palestinos em fevereiro de 1947, transformando-se em uma iniciativa para limpar etnicamente a totalidade do país em março de 1948” (PAPPÉ, 2016, p. 15). A limpeza étnica iniciou-se antes da proclamação do Estado de Israel em 15 de maio de 1948. Ela começou no dia 30 de novembro de 1947 e utilizou a força de grupos paramilitares sionistas (Haganah e Irgun) para derrotar palestinos e árabes advindos de outros países, para ajudar a população palestina. Contudo, a força dos combatentes árabes era infinitamente menor que a força sionista. Várias vilas e bairros árabes foram invadidos e massacres foram perpetrados. O massacre da aldeia de Dayr Yasin, por exemplo, marcou a memória coletiva da população palestina na época e motivou a fuga de diversas famílias, como apontou Fatma Kassem em seu livro sobre os relatos de mulheres palestinas que viveram a *Nakba*. Em Dayr Yasin, dos 100 moradores, 67 eram mulheres, crianças e idosos. Todos foram massacrados.

Essa reconstrução historiográfica, como aponta Pappé, é fundamental para combater a narrativa israelense chamada de “mito da fuga voluntária” que justifica o deslocamento de metade dos palestinos³¹ e 1.3 milhões de refugiados³². A extensão das expulsões foi tão grande, que no dia 11 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Resolução 194 (composta por 15 cláusulas) e estabeleceu que “os refugiados que desejam retornar para suas casas e em paz com seus vizinhos devem ser autorizados a retornar o mais rápido possível e que uma compensação seja paga pela propriedade daqueles que decidirem não retornar e para todos desaparecidos ou feridos”.³³ Contudo, 76 anos desde a *Nakba*, os palestinos ainda não tiveram seu direito de retorno concedido pelo Estado de Israel, sendo que 51% dos palestinos vivem fora da Palestina.³⁴ Além da Resolução 192, a ONU criou em 1949, uma agência específica para tratar dos refugiados palestinos: a UNRWA — Agência das Nações Unidas para Ajuda e Emprego. No entanto, como aponta Pappé, a UNRWA não foi designada a resolver a

³¹ PAPPÉ, Illan. A limpeza étnica da Palestina. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

³² KHALIDI, Rashid. Palestina: Um século de guerra e resistência. São Paulo: Todavia, 2024.

³³ UNRWA. Resolution 194. Disponível em: <https://www.unrwa.org/content/resolution-194>. Acesso em 13 nov. 2024.

³⁴ MONITOR DO ORIENTE. In memoriam: Resolução 194 da ONU. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20201221-in-memori-am-resolucao-194-da-onu/>. Acesso em 13 nov. 2024.

questão do direito ao retorno dos refugiados palestinos, mas sim o gerenciamento da vida cotidiana dos palestinos — através de campos de refugiados, escolas, postos de saúde — sobretudo, no que tange ao emprego, serviços médicos e sociais desses.

Técnicas como estupro, envenenamento de fontes de água e massacres foram utilizados sistematicamente para expulsar os palestinos — desde antes do dia 15 de maio de 1948. A primeira fase da limpeza étnica foi estabelecida pelo chamado Plano D (Dalet em hebraico) que fornecia instruções detalhadas sobre como expulsar os palestinos e despejá-los à força: “esse plano era um produto inevitável do impulso ideológico sionista a ter presença exclusivamente judaica na Palestina” (PAPPÉ, 2016, p. 15).

Pappé afirma que a defesa de usar o que ele denomina de “paradigma da limpeza étnica” no lugar “do paradigma da guerra”, para relatar sobre o que ocorreu em 1948 na Palestina, é imprescindível, para apontar o crime cometido pelo movimento sionista — que persiste em ser ocultado e negado internacionalmente. Pappé demonstra que a expulsão de milhares de palestinos não se deu por consequência “trágica” de uma guerra “como qualquer outra”. Além disso, o exército árabe enviado para lutar contra o exército israelense não tinha poder militar suficiente, para barrar o processo de limpeza étnica.

De acordo com Pappé, uma arma de relações públicas muito utilizada para justificar as ações de Israel e condenar a resistência palestina aos ataques — no contexto de apenas três anos após o trauma do Holocausto — foi o paralelo feito entre nazistas e palestinos/árabes. A relação feita com o nazismo serviu para legitimar a total destruição dessa população.

O desastre humanitário da *Nakba* deu lugar ao fortalecimento da identidade palestina e à reemergência da resistência palestina — apagada desde a Revolta de 1936-39 — expressa por grupos que passaram a mobilizar-se, através das armas, contra Israel. Dentre esses, estava o Fatah, que emergiu em 1959. A violência perpetrada pelo governo de Israel na Faixa de Gaza (onde havia e — ainda há — a maior concentração de refugiados palestinos) levou à criação de um ambiente propício para a militância armada que lançava ataques na fronteira — os chamados *feda'yin*, que significa “aqueles que se sacrificam”. A resposta de Israel a esses ataques foi sempre desproporcional. Ataques esses que levaram à eclosão da Guerra de Suez em 1956, na qual grandes potências envolveram-se, mas os Estados Unidos e a União Soviética — envolvidos por seus interesses próprios — fizeram pressão para o fim da ocupação de Israel, França e Grã-Bretanha na Península de Sinai e na Faixa de Gaza. Contudo, como apontou Khalidi, um relatório da UNRWA divulgou que vários civis foram mortos na Faixa de Gaza, mesmo após o fim da guerra, como retaliação pelos ataques a Israel antes do conflito. A relevância desse evento para este estudo reside no fato de que eventos como esse, na Faixa de

Gaza, não foram isolados e, portanto, são fundamentais para compreender a dimensão política atual na região: “Eles faziam parte de um padrão de comportamento dos militares israelenses. A notícia dos massacres foi suprimida em Israel e velada por uma mídia americana complacente” (KHALIDI, 2024, p. 131).

De acordo com Khalidi, os ataques letais cometidos pelos militantes foram parte de uma reação à *Nakba* e ao contexto pré-*Nakba*. Entretanto, em vez de uma resposta da comunidade internacional, que levasse em conta as reivindicações palestinas — dentre essas a questão principal do direito ao retorno dos milhares de palestinos refugiados — a resposta dada permitiu as retaliações desproporcionais israelenses que contribuíram para a formação de um caldeirão propício para o distanciamento, cada vez mais profundo, de qualquer solução para a paz. Assim, Gaza transformou-se no epicentro da guerra contra palestinos e seus civis tiveram que “pagar o preço”, muitas vezes, pelas guerras envolvendo Israel e os Estados árabes e, portanto, tornou-se o berço dos movimentos palestinos mais radicais:

A maioria dos líderes fundadores do Fatah e da OLP emergiu dos bairros apertados da estreita costa; a militante Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) obteve ali seu apoio mais fervoroso e, mais tarde, Gaza foi o berço e baluarte do Jihad Islâmico do Hamas, os mais ardorosos grupos defensores da luta armada contra Israel (KHALIDI, 2024, p. 131)

Em 1964, a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) foi criada pela Liga Árabe. A OLP foi a organização que assumiu as negociações internacionais referentes à causa palestina: negociações dificultadas pelo não reconhecimento da *Nakba* como crime internacional e pela falta de compromisso dos negociadores de paz com as reivindicações palestinas (PAPPÉ, 2016). Alguns anos depois, em junho de 1967, a Guerra dos Seis Dias eclodiu no Oriente Médio, quando o exército de Israel derrotou os três exércitos árabes (egípcios, sírios e jordanianos) e foi marcante para a história da região. Em apenas seis dias, Israel conquistou a Faixa de Gaza, a Península de Sinai (ambas eram território do Egito), a Cisjordânia, Jerusalém Oriental (que eram território da Jordânia) e as Colinas de Golã (antigo território da Síria). Segundo Khalidi, apesar da desproporção de força dos exércitos — reconhecida pelos próprios generais israelenses —, a justificativa usada para apoiar a anexação dos territórios baseava-se no mito ainda existente, de que Israel corria e ainda corre o risco de extinção (KHALIDI, 2024).

Assim, de acordo com Khalidi, a terceira declaração de guerra consistiu na Resolução 242 do Conselho de Segurança da ONU, elaborada por um diplomata britânico, com grande apoio dos Estados Unidos. A Resolução determinou a retirada de Israel dos territórios ocupados na guerra de 1967. No entanto, a maneira pela qual foi escrita abriu espaço para interpretações

linguísticas que foram exploradas politicamente por Israel e apoiadas pelos Estados Unidos. Por fim, Israel ainda ocupa ilegalmente Jerusalém Oriental e as Colinas de Golã. Khalidi aponta como essa guerra de 1967 moldou a geopolítica do Oriente Médio, tendo em vista que reforçou a aliança entre Israel e Estados Unidos, à medida que os Estados Unidos passaram a enxergar estrategicamente Israel como uma forte oposição aos “aliados soviéticos no Oriente Médio” (KHALIDI, 2024, p. 146).

Mais uma vez, a derrota palestina serviu para impulsionar o movimento de resistência palestino que reerguia-se pós-*Nakba*. Nesse contexto, o Fatah que se distinguia de outros movimentos pelo seu distanciamento ideológico e pelo seu apelo à opinião pública, para ações diretas contra Israel, tornou-se “a maior facção política” (KHALIDI, 2024, p. 157). Após a guerra de 1967, os militantes do Fatah, sob liderança de Yasser Arafat, assumiram a OLP. De acordo com Khalidi, nos anos 60, a OLP ganhou reconhecimento diplomático e recebeu apoio na ONU, sobretudo pelos países do “Terceiro Mundo” e da Europa Ocidental. Em 1974, Yasser Arafat foi convidado a discursar na 29ª sessão da Assembleia Geral da ONU. Contudo, Khalidi aponta que uma das falhas da OLP foi não ter levado a sério a necessidade de se voltar à opinião pública americana — assim como tinham feito os sionistas durante décadas. Apesar do aumento do apoio internacional, sobretudo devido ao eco da luta anticolonial que foi bem sucedida em países como a Argélia e a África do Sul, a OLP foi fortemente atacada por Israel (que recebia auxílio financeiro e militar estadunidense para enfraquecê-la) — por meio do assassinato de seus integrantes e das tentativas de assassinato de Arafat pelo Mossad (Serviço de Inteligência israelense).

Em 1982, na Guerra do Líbano, Israel em conluio com os Estados Unidos, conseguiram debilitar a Organização. Entretanto, novamente, o efeito não saiu como esperado e apesar da OLP ter saído enfraquecida, o movimento de resistência foi fortalecido dentro das fronteiras da própria Palestina: a resistência à ocupação israelense nos Territórios Ocupados (com mais força em Gaza) eclodiu numa grande revolta espontânea, em 1987, chamada de Primeira Intifada. A intifada irrompeu da insatisfação contra a repressão cotidiana nos territórios ocupados e pelo aumento dos assentamentos de colonos judeus. Para além do grande apoio popular à Intifada, as manifestações eram, na maioria das vezes, não violentas e as mulheres tiveram uma participação ativa na liderança.

A repressão brutal contra jovens palestinos ganhou a atenção midiática e a desigualdade de forças entre tanques israelenses e meninos palestinos atirando pedras³⁵ foi positiva para a

³⁵ MUNDO ORIENTE. Lembrando a Primeira Intifada. Disponível em: <https://www.monitordooriente.com/20231209-relembrando-a-primeira-intifada-2/>. Acesso em 13 nov. 2024.

opinião pública internacional pró-Palestina ao dismantelar a narrativa de Israel como moralmente superior aos palestinos e como uma nação em constante perigo. Khalidi chama a atenção para um padrão na proporção de mortos no combate: entre 1987 até 1996, 1.422 palestinos foram mortos, dos quais mais de 20% eram adolescentes; já do lado israelense, 175 foram mortos, sendo quase a metade agentes de segurança. “Essa proporção de oito para um era típica, algo que grande parte da cobertura da mídia americana jamais informaria” (KHALIDI, 2024, p. 232).

O Hamas (Movimento de Resistência Islâmico) foi fundado no início da eclosão da Primeira Intifada, em 1987. De acordo com Khalidi, a organização foi, no seu início, apoiada por Israel como parte da estratégia de dividir o movimento nacional palestino e de acabar com a OLP. O Hamas passou a ganhar muito apoio popular ao fazer oposição à OLP e reivindicar o uso da luta armada como única opção para a libertação da Palestina. A OLP, além de estar enfraquecida por razões internas e externas, sofreu muitas críticas pela população ao aceitar os Acordos de Oslo que — sob o autogoverno da estabelecida Autoridade Palestina — manteve o controle israelense sobre os Territórios Ocupados. O resultado foi a separação dos territórios palestinos controlados por Israel em forma de postos de controle, muros e o bloqueio da circulação palestina entre os territórios. Assim, os Acordos de Oslo foram considerados um desastre e não transformaram a realidade da Palestina:

A AP não tem soberania, jurisdição nem autoridade, exceto aquela permitida por Israel, que controla até a maior parte de suas receitas na forma de taxas alfandegárias e alguns impostos. Sua função principal, à qual grande parte de seu orçamento é dedicado, é a segurança, mas não para seu povo: a AP tem obrigação, pelos ditames dos Estados Unidos e de Israel, de fornecer segurança aos colonos e às forças de ocupação israelenses contra a resistência, violenta, ou não, de outros palestinos (KHALIDI, 2024, p. 275).

Desse modo, tendo suas expectativas frustradas pelos Acordos de Oslo, o descontentamento popular cresceu contra a OLP. Assim, como efeito, “o Hamas se expandiu, apesar de suas posições sociais extremamente conservadoras e da visão superficial do futuro que propunha” (KHALIDI, 2024, p. 283). A polarização interna entre o Fatah e o Hamas, além da grande insatisfação palestina com Oslo, contribuíram para que acontecesse a Segunda Intifada, em 2000. A repressão foi mais brutal que a primeira: Israel usou artilharia pesada e muitos palestinos morreram. Em resposta, o Hamas fez ataques com homens-bomba que tiveram como alvos os civis dentro de Israel. Apesar da OLP ter desistido do uso da violência desde 1988, o Fatah sentiu-se pressionado para responder ao alto número de baixas em manifestações e, por conseguinte, também realizou ataques suicidas com homens-bomba. A Segunda Intifada não teve o mesmo efeito positivo da Primeira, e Israel voltou a ocupar a

Cisjordânia e a Faixa de Gaza. Ademais, os ataques suicidas tiveram o efeito de dividir internamente a Palestina e de enfraquecer a imagem palestina perante a opinião pública.

O Hamas, apesar de ser considerada uma organização terrorista pelos Estados Unidos, União Europeia e Israel, ainda é reconhecido pela ONU como um movimento político. Em 2006, nas eleições do Conselho Legislativo Palestino, o Hamas surpreendeu diversos países do Ocidente ao vencer as eleições: ganhou 76 cadeiras de 132 em oposição ao seu adversário, Fatah, que ganhou apenas 43 cadeiras (TENÓRIO, 2019). De acordo com Khalidi, o Hamas atenuou seu tom na campanha: reconheceu a Autoridade Palestina como legítima e a solução de dois Estados de que iria participar. Os votos pelo Hamas foram tão expressivos que até bairros cristãos votaram massivamente no movimento. Após um pedido advindo, em formato de texto, dos líderes das principais facções políticas palestinas, presos em detenções israelenses em prol da não fragmentação palestina e da solução dos dois Estados, o Hamas e o Fatah uniram-se para formar uma coalizão que foi, por sua vez, barrada pelos Estados Unidos e Israel que não reconheciam o Hamas como parte da Autoridade Palestina. Assim, o mesmo comportamento em relação à OLP foi transferido para o Hamas, como afirma Khalidi:

[...] mesmo com os atentados suicidas, visando civis em violação do direito internacional, e com o antissemitismo grosseiro de seu estatuto, o histórico do grupo empalideceu ao lado do número massivo de vítimas civis palestinas causado por Israel e suas elaboradas estruturas de discriminação legal e regra militar. Mas foi o Hamas que ficou preso ao rótulo de terrorista, e o peso da lei dos Estados Unidos foi aplicado apenas ao lado palestino do conflito (KHALIDI, 2024, p. 297).

A pressão exercida pelos Estados Unidos (sobretudo financeiramente) foi suficiente para que o Fatah renunciasse à tentativa de coalizão com o Hamas. No entanto, o Hamas deu um “contragolpe” na tentativa do Fatah de derrubá-lo e, assim, estabeleceu um governo na Faixa de Gaza, relegando a Autoridade Palestina a 20% da Cisjordânia. Israel, por conseguinte, implantou um cerco, tornando a Faixa de Gaza uma verdadeira prisão a céu aberto — na qual impôs um bloqueio de circulação de mercadorias, pessoas e combustível. Ao longo dos últimos anos, Israel lançou incursões aéreas e terrestres em 2008, 2012 e 2014. E nota-se mais uma vez o uso desmedido de força nesses três ataques, “a uma escala de 43:1 de baixas, sendo que a maior parte dos israelenses mortos eram soldados, enquanto a maior parte dos palestinos era de civis” (KHALIDI, 2024, p. 298). Segundo Khalidi, essas informações não chegam à maior parte do público, tendo em vista que a mídia tradicional americana referiu-se apenas aos foguetes disparados pelo Hamas.

O uso de armas letais em regiões densamente povoadas contra alvos que são civis palestinos não é uma novidade desta guerra atual.³⁶ Khalidi aponta que as mais de 13 mil mortes e mutilações de palestinos pelo ataque em 2014 não consistiram em eventos isolados vistos como “danos laterais” de uma guerra, mas são atos intencionais adotados pelos militares israelenses e que, portanto, constituem crimes de guerra. Essa desproporção de força utilizada contra a população palestina, principalmente sobre a população de Gaza, é justificada como uma reação necessária “contra o terrorismo”. Todavia, como visto ao longo de toda essa seção acerca do contexto histórico da região, a brutalização do inimigo constitui-se como uma retórica poderosa utilizada pelo governo de Israel desde a *Nakba*. A comparação aos nazistas e o paralelo feito com o Holocausto foram utilizados nas operações de limpeza étnica, como demonstrado por Pappé e também no combate à OLP e ao Arafat, demonstrado por Khalidi. Os ataques suicidas realizados pelo Hamas, portanto, foram incorporados à retórica israelense.

Entretanto, o Hamas é um movimento político forte na Palestina e qualquer perspectiva de paz na região, para que seja efetiva, não deve ignorar negociações com esse grupo. A AP foi vista pela maioria dos palestinos como conivente com a ocupação israelense e foi acusada de cooperar com as forças israelenses na repressão à resistência palestina. De acordo com Tenório, sobre o Hamas,

O movimento é reconhecido por muitos como uma força popular e sociopolítica profundamente enraizada na sociedade palestina, que tem conseguido realizar um amplo trabalho, tanto em relação ao confronto militar contra a ocupação sionista, quanto aos trabalhos sociais voltados para as camadas mais desfavorecidas, por meio da assistência social, mobilização religiosa e ideológica e mantido relações com Estados, partidos e movimentos em todo o mundo (TENÓRIO, 2019, p. 239).

Em 2017, o Hamas lançou suas posições atualizadas expressas no formato de um documento chamado de “Documento Geral de Princípios e Políticas”. Nesse documento, o Hamas confirmou seu compromisso com a libertação da Palestina e sua luta contra o sionismo, definida pelo movimento não como uma luta contra judeus, ou contra a religião judaica, mas contra o projeto sionista de dominação colonial dos territórios palestinos. Defendeu a legitimidade do seu direito de resistir à ocupação e de lutar pelo direito de autodeterminação do povo palestino. Ademais, o Hamas expressou sua rejeição às ações do Holocausto nazista que provocou o sofrimento judeu e apontou que o ambiente árabe e muçulmano, ao longo da história, acolheu os judeus. O problema atual, portanto, de acordo com o documento, é fruto da

³⁶ CNN Brasil. Exclusivo: quase metade das bombas israelenses lançadas em Gaza não tinham alvos específicos, dizem EUA. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/exclusivo-quase-metade-das-bombas-israelenses-lancadas-em-gaza-nao-tinham-alvos-especificos-dizem-eua/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

postura violenta dos sionistas em conluio com as potências ocidentais contra os direitos do povo palestino e não tem relação com uma perseguição aos judeus (TENÓRIO, 2019).

A adesão ao Hamas emerge como consequência da brutalização — diária — proferida por Israel contra os palestinos. Isso pode ser constatado na guerra atual, na qual uma pesquisa feita em dezembro de 2023, após os ataques do 7 de outubro, demonstrou que o apoio ao Hamas cresceu nos territórios palestinos, com 82% dos palestinos na Cisjordânia (controlada pela AP) e 57% na Faixa de Gaza.³⁷

Enquanto Israel mantiver sua ocupação e o apartheid que domina, segrega e restringe a liberdade de movimentação dos palestinos com muros e *checkpoints*. Enquanto Israel limitar os cuidados com saúde, educação e impedir o acesso à terra e o desenvolvimento e o crescimento econômico dos palestinos, a resistência existirá e se tornará mais atuante (TENÓRIO, 2019, p. 250).

Em março de 2018, a Grande Marcha do Retorno foi organizada pelo Hamas e ocorreu na fronteira entre Gaza e Israel. O objetivo foi reivindicar pelo direito legítimo dos palestinos refugiados de retornarem, conforme garantido pela Resolução 192, de protestarem contra a situação degradante da Faixa de Gaza, que foi deteriorada após o bloqueio estabelecido por Israel e contra a transferência da embaixada norte-americana de Tel Aviv para Jerusalém (após o reconhecimento do governo Trump de Jerusalém como a capital de Israel — o que viola o direito internacional). A Marcha foi completamente pacífica, mas Israel alegou que ela ameaçava a segurança dos israelenses e, portanto, matou mais de 200 palestinos; dentre os mortos estavam crianças, jornalistas, médicos e deficientes físicos (TENÓRIO, 2019). Com exceção dos Estados Unidos, a comunidade internacional condenou veementemente o ataque.

Ao longo de todos esses anos até 7 de outubro de 2024, diversos ataques e violações às regras internacionais foram cometidos por Israel. Dentre os abusos cometidos estão as detenções sem acusação ou julgamento de palestinos, violências cometidas em *checkpoints* e a expansão acelerada de assentamentos de colonos judeus na Cisjordânia que, de acordo com o relatório da Human Rights Watch, deu-se antes mesmo do 7 de outubro:

Durante o primeiro semestre de 2023, o governo israelense aprovou a construção de 12.855 novas unidades habitacionais em assentamentos na Cisjordânia ocupada. Esse é o número mais alto já registrado pelo grupo israelense Peace Now, que sistematicamente monitora os planos desde 2012. A transferência de civis para um território ocupado constitui crime de guerra. Durante os primeiros oito meses de 2023, incidentes de violência de colonos contra palestinos e suas propriedades atingiram a média diária mais elevada desde que a ONU começou a registrar estes dados em 2006: uma média de três

³⁷ PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH. Public Opinion Poll No (90). Disponível em < <https://www.pcpsr.org/en/node/963>>. Acesso em 6 jun. 2024.

incidentes por dia, em comparação com dois por dia em 2022 e um por dia em 2021 (Relatório Human Rights Watch, 2024).³⁸

Institucionalmente, por exemplo, foi aprovada, em 2018, uma lei que, nas palavras da Al Jazeera, foi “a institucionalização do *apartheid*”³⁹, na qual o status árabe foi rebaixado em relação ao status judeu ao determinar Israel como estado-nação do povo judeu e estabelecer que o direito à autodeterminação é exclusivo do povo judeu. O ataque perpetrado pelo Hamas, no dia 7 de outubro, ao sul de Israel, o qual resultou na morte e no sequestro de civis israelenses e que levou à retaliação letal de Israel, foi justificado pelos integrantes do Hamas como “um passo necessário”. No primeiro relatório publicado pelo grupo, nomeado *Our Narrative*, os militantes citaram a expansão dos assentamentos judaicos na Cisjordânia, a judaização de Jerusalém Oriental, o bloqueio israelense, a detenção sob condições desumanas de presos palestinos e a morte de milhares de civis palestinos ao longo das últimas décadas, como causas que levaram ao ataque. Ademais, afirmaram que o objetivo inicial era atingir soldados israelenses e capturá-los para pressionar Israel por uma troca pelos prisioneiros palestinos presos nas detenções israelenses. Contudo, eles apontaram que falhas aconteceram devido ao caos instalado na Faixa de Gaza e ao confronto rápido com as forças israelenses.⁴⁰

Para concluir esta seção, é necessário frisar que, os acontecimentos ocorridos no 7 de outubro não podem ser compreendidos sem a análise do contexto histórico. Não se busca neste trabalho justificar as violações de direito internacional cometidas pelo Hamas (no que tange o ataque a civis). Entretanto, a reação palestina e a adesão da população ao movimento não ocorreram num vácuo; foram incitadas por ataques brutais por parte de Israel, que ocorrem há mais de 70 anos e que, através de uma retórica “de autodefesa” amparada pelas grandes potências, continua a negar aos palestinos seus direitos básicos. Relatórios, nos últimos anos, da ONU e de outras organizações internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional e Human Rights Watch, acusaram Israel de perpetrar, contra a população

³⁸ HUMAN RIGHTS WATCH. Israel e Palestina: Eventos de 2023. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/israel-and-palestine>. Acesso em 13 nov. 2024.

³⁹ AL JAZEERA. Israeli Supreme Court upholds contentious Jewish state law. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/8/israeli-supreme-court-upholds-contentious-jewish-state-law>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁴⁰ AL JAZEERA. Hamas says October 7 attack was a ‘necessary step’, admits to ‘some faults’. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2024/1/21/hamas-says-october-7-attack-was-a-necessary-step-admits-to-some-faults#:~:text=The%20report%20also%20listed%20the,from%202000%20until%20this%20year.>>. Ver Relatório publicado pelo Hamas: Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/541d1946e4b000f167ff3f68/t/65b3eec6b4364d3041f412bc/1706290903025/Our+Narrative.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

palestina, tanto em Israel quanto nos Territórios Ocupados, o crime contra a humanidade de *apartheid*.⁴¹ Por fim, nas palavras do filósofo Ben Guris:

Os palestinos na Cisjordânia e Gaza passaram cinquenta e sete anos como súditos, mas não cidadãos do estado israelense. Ao contrário dos colonos israelenses na Cisjordânia, eles estão sujeitos a tribunais militares em vez de tribunais civis regulares, quando são acusados de crimes. Eles não podem votar para tirar seus governantes do cargo. Eles nem sequer podem se mover livremente dentro da Cisjordânia e Gaza – quanto mais para outras partes do país. [...] Nenhum país em lugar algum tem o “direito” de garantir que sua maioria étnica atual nunca se torne uma minoria – especialmente se a única maneira de garantir esse resultado for negar direitos básicos aos outros. A limpeza étnica é injusta. Ninguém, em lugar algum, deveria ser removido da área onde vive apenas porque tem a origem étnica, racial ou religiosa errada. E se isso acontecer a qualquer pessoa, em qualquer lugar, é claro que ela deveria ter o direito de voltar (JACOBINA, 2024).⁴²

⁴¹ Ver relatórios publicados pela ONU, Anistia Internacional e Human Rights Watch: UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Israel's 55-year occupation of Palestinian Territory is apartheid – UN human rights expert. Disponível em: < <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/03/israels-55-year-occupation-palestinian-territory-apartheid-un-human-rights>>. Acesso em 13 nov. 2024.

AMNISTIA INTERNACIONAL. Anistia Internacional: Informe 2021/22: O estado dos direitos humanos no mundo. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/documents/pol10/4870/2022/bp/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. A Threshold Crossed: Israeli Authorities and Crimes of Apartheid and Persecution. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁴² JACOBINA. O direito ao retorno do povo palestino é uma questão de justiça histórica. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/04/o-direito-ao-retorno-do-povo-palestino-e-uma-questao-de-justica-historica/>. Acesso em 13 nov. 2014.

Capítulo 2. Genocídio palestino

Após a exposição do contexto histórico, já é possível tratar sobre a definição de genocídio e como essa se encaixa no caso do povo palestino. A compreensão do que se constitui como genocídio é fundamental neste trabalho para que se possa analisar a maneira pela qual o discurso é usado para legitimá-lo. O termo “genocídio” (união da palavra grega *geno* que significa raça/tribo e a palavra latina *cídio* que significa matar)⁴³ foi criado em 1944 pelo advogado judeu Raphael Lemkin, o qual teve grande parte da sua família dizimada pelo Holocausto. Contudo, foi com a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio⁴⁴, criada em 1948, pós Segunda Guerra Mundial, que o genocídio ganhou uma definição jurídica internacional:

Entende-se por genocídio qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como: (a) Assassinato de membros do grupo; (b) Dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) Submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; (d) Medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; (e) Transferência forçada de menores do grupo para outro (Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, 1948).

De acordo com Silva e Reis (2016), esse foi o primeiro tratado de Direitos Humanos adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, considerado uma *core convention*, ou seja, uma das convenções núcleo do Sistema de Proteção dos Direitos Humanos. A convenção contém 19 artigos e seu artigo IX confere à Corte Internacional de Justiça (CIJ) — principal órgão jurisdicional da ONU — a competência de julgar casos relativos à violação da convenção. Esse artigo fornece a responsabilidade ao Estado, visto que dificilmente um crime de genocídio ocorre sem a participação ou omissão estatal (SILVA, REIS, 2016).

Assim, no dia 29 de dezembro de 2023, a África do Sul instaurou um processo, na CIJ, de 84 páginas, no qual acusou Israel de violar a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio contra a população de Gaza, além de ter solicitado nove medidas provisórias de urgência para salvaguardar a população de maiores danos. Apesar do processo focar no conflito desde o 7 de outubro, ele cita o contexto histórico da região desde a *Nakba* e os efeitos da ocupação colonial de Israel desde então. De acordo com o documento, “o controle

⁴³ ENCICLOÉDIA DO HOLOCAUSTO. O que é genocídio? Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide>>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁴⁴ OAS. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADdio.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

quase total exercido por Israel sobre o acesso a Gaza e sobre o seu abastecimento de água, combustível, eletricidade e alimentos, ficou claramente demonstrado desde 7 de outubro de 2023” (*Application Instituting Proceedings*, 2023, p. 14, tradução nossa).

O documento usou dados, relatórios e relatos de agentes e diretores divulgados pelas Nações Unidas e outras organizações acerca da realidade de Gaza; além de frases “incitadoras de genocídio/ódio” por oficiais do governo e exército. Mostrou que a hostilidade contra os palestinos, como grupo étnico, estava incrustada na mídia, no governo e na sociedade em geral. Nota-se que, além do ato de cometer o genocídio, o Artigo III da Convenção também cita a “incitação direta e pública a cometer o genocídio” como um dos atos que devem ser punidos sob a violação da Convenção.⁴⁵ As violações de Israel contra a população de Gaza, acusadas pela África do Sul, foram cometidas através das seguintes ações:

(1) Matança de palestinos em Gaza, incluindo uma grande proporção de mulheres e crianças — estimada em cerca de 70 por cento das mais de 21.110 vítimas mortais — algumas das quais parecem ter sido executadas sumariamente; (2) Causando graves danos mentais e corporais aos palestinos em Gaza, nomeadamente através de mutilações, traumas psicológicos e tratamentos desumanos e degradantes (3) Provocando a evacuação e deslocamento forçados de cerca de 85% dos palestinos em Gaza — incluindo crianças, idosos e doentes, doentes e feridos — bem como a destruição em grande escala de casas, aldeias, campos de refugiados, cidades e zonas inteiras em Gaza, impedindo o regresso de uma parte significativa do povo palestino às suas casas; (4) Causando fome, desidratação e inanição generalizadas aos palestinos sitiados em Gaza, através do impedimento de assistência humanitária suficiente, do corte de água, alimentos, combustível e eletricidade suficientes e da destruição de padarias, moinhos, terrenos agrícolas e outros métodos de produção e de subsistência; (5) Falha em fornecer e restringir o fornecimento adequado de abrigo, vestuário, higiênico saneamento básico aos palestinos em Gaza, incluindo as 1,9 milhões de pessoas deslocadas internamente, obrigadas pelas ações de Israel a viver em situações perigosas de miséria, a par da perseguição e destruição sistemática dos locais de abrigo e dos assassinatos e ferimentos dos que se abrigam, incluindo mulheres, crianças, deficientes e idosos; (6) Falha em fornecer e assegurar a satisfação das necessidades médicas dos palestinos em Gaza, incluindo as necessidades médicas criadas por outros atos genocidas que causam lesões corporais graves, através de ataques diretos a hospitais palestinos, ambulâncias e outras instalações de saúde em Gaza, matando médicos, clínicos e enfermeiros palestinos, incluindo os médicos mais qualificados de Gaza, e destruindo e desativando o sistema médico de Gaza; (7) destruindo a vida palestina em Gaza, através da destruição das universidades de Gaza, escolas, tribunais, edifícios públicos, registros públicos, lojas, bibliotecas, igrejas, mesquitas, estradas, infraestruturas, serviços públicos e outras instalações necessárias à vida sustentada dos palestinos em Gaza como grupo, juntamente com o assassinato de grupos familiares - apagando histórias orais inteiras em Gaza - e o assassinato de membros proeminentes e distintos da sociedade; (8) impondo medidas destinadas a impedir os nascimentos de palestinos em Gaza,

⁴⁵ De acordo com o Artigo III: “Serão punidos os seguintes atos: o genocídio; o conluio para cometer o genocídio; a incitação direta e pública a cometer o genocídio; a tentativa de genocídio; a cumplicidade no genocídio”. *Ibidem*.

através da violência reprodutiva infligida às mulheres palestinas, aos recém-nascidos, aos bebês e às crianças (Application Instituting Proceedings, 2023, p. 73, tradução nossa).

É fundamental, por conseguinte, tecer uma análise sociológica do genocídio palestino com base nos conceitos de “biopoder” de Foucault (2005), “necropolítica” de Achille Mbembe (2018) e da intersecção entre ambos, o “necrobiopoder” de Berenice Bento (2018). De acordo com Foucault, o Estado Moderno tem a função de “fazer viver” e “deixar morrer”. Em sua obra, “Em defesa da Sociedade” (2005), Foucault afirma que uma das grandes transformações do século XIX foi o surgimento de um novo tipo de poder, o chamado “biopoder”, o qual se caracteriza pela “tomada de poder sobre homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 2005, p. 286). O autor aponta que, nos Estados Soberanos, existia um tipo de direito político diferente, o “direito de soberania” em que o soberano detinha o direito de matar seus súditos e, portanto, de controlar suas vidas: o direito de “fazer morrer” e de “deixar viver”. O biopoder inverte essa lógica e a substitui pelo direito de “fazer viver” e “deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 287).

Os séculos XVII e XVIII instalaram técnicas de poder voltadas ao controle disciplinar dos corpos individuais, as quais Foucault denomina de tecnologia disciplinar do trabalho. Porém, a partir da segunda metade do século XVIII, surge essa nova técnica de poder que ultrapassa o controle sobre corpos individuais e passa a controlar “o indivíduo, enquanto ser vivo”. Assim, a nova técnica passa a controlar aspectos que envolvem a própria vida da “massa de indivíduos”. O controle não é mais unicamente individualizante, mas passa a ser massificante. É nesse momento que surgem as primeiras demografias. O Estado Moderno começa a se ocupar de fenômenos coletivos relacionados à população em massa — vista agora como um “problema político e biológico” — tais quais a reprodução, a natalidade e a morbidade. A medicina passa a se voltar a questões de higiene pública, a medicalizar a população e a normalizar o saber. A biopolítica, portanto, cria mecanismos que buscam intervir para prolongar a vida e cada vez mais “deixar morrer”.

Se Foucault estava preocupado com o “controle do cuidado da vida” pelo Estado, o cientista político camaronês Achille Mbembe, em seu livro *Necropolítica* (2018), volta-se ao “controle da morte”. Sob influência do conceito de “biopoder” de Foucault, Mbembe desenvolve o conceito de “necropoder”: o poder do Estado de decidir quais são os corpos “matáveis”, ou seja, quem deve morrer. O autor afirma que a “forma mais bem-sucedida de necropoder é a ocupação colonial contemporânea da Palestina” (Mbembe, 2018, p. 33). Para analisar as zonas de morte criadas pelo Estado, não é preciso ir longe. A naturalização da destruição de determinados grupos da população é evidente na periferia do Brasil, onde 87%

dos corpos assassinados pela polícia brasileira são corpos negros.⁴⁶ Em 2022, a cada quatro horas uma pessoa negra foi morta pelo braço armado do Estado. O Estado, portanto, por meio de um conjunto de técnicas e de instrumentos planejados e sistemáticos, cria políticas de fazer morrer. O necropoder, por conseguinte, cria zonas de morte. Para Israel, há décadas, essa zona de morte é o território palestino:

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar (Mbembe, 2018, p. 38)

Ao fazer uma intersecção entre o conceito foucaultiano de “biopoder” e o conceito de Mbembe de “necropoder”, a socióloga Berenice Bento aciona um novo conceito, o de “necrobiopoder”. O necrobiopoder (2018) parte da sincronicidade entre a promoção de políticas, pelo Estado-Nação, que promovem “o cuidado da vida” e que “promovem a morte”. Nas palavras de Berenice Bento (2018): “[...] a governabilidade, para existir, precisa produzir interruptamente zonas de morte” (1.3). O genocídio do povo palestino por Israel, portanto, é melhor compreendido sob a noção de necrobiopoder. As políticas de promoção do cuidado da vida da população israelense existem em concomitância com as políticas de morte, ou seja, com as zonas de morte criadas na Palestina apontadas por Mbembe. Como aponta Bento, o próprio Estado de Israel, criado sob ideais coloniais, só foi possível com a limpeza étnica da população que ali vivia. Assim, o necrobiopoder constitui um “conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver” (BENTO, 2018. 1.7).

⁴⁶ CORREIO BRAZILIENSE. Negros são 87% dos mortos pela polícia de oito estados em 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/11/6655976-negros-sao-87-dos-mortos-pela-policia-de-oito-estados-em-2022.html>. Acesso em 20. mai. 2024.

Capítulo 3. Violência sexual como arma de guerra

O estupro tem se constituído como uma arma de guerra ao longo da história. De acordo com Rial (2007), ele foi utilizado na Primeira Guerra mundial, na Segunda Guerra Mundial, nos campos de concentração nazista, pelo exército japonês nas suas invasões no continente asiático e na própria América Latina durante as ditaduras militares como método de tortura contra os militantes de esquerda. Antes visto “apenas” como uma das consequências da guerra, o estupro como tática de guerra mostrou-se mais frequente após a Guerra Fria (LIMA, 2020). O estupro como arma de guerra— institucionalizado e impulsionado pelo Estado como projeto de limpeza étnica— foi pela primeira vez reconhecido na Guerra dos Balcãs, na ex- Iugoslávia, quando o estupro tinha o objetivo de difundir uma mensagem moral contra os “derrotados” à medida que feria a honra da mulher, do povo e da nação ao deixar a mulher do povo vencido grávida com sangue servo (RIAL, 2007). Nesse contexto, é impossível não mencionar os estupros cometidos pelos soldados de paz das Nações Unidas — os boinas azuis — em missões no Haiti, República Democrática do Congo, República Centro-Africana⁴⁷.

A primeira vez na história em que a agressão sexual foi classificada como crime contra a humanidade foi pelo Tribunal Internacional para a antiga Iugoslávia (TPII) em 1993 e, posteriormente, no Tribunal Internacional para Ruanda (TPIR), em 1994. Antes disso, o Tribunal Militar de Nuremberg julgou pouquíssimos casos relacionados ao assunto. A mudança no modelo de *accountability* — para o de prestação de contas penal individual — teve relação com a normatização da violência sexual como crime contra a humanidade. Ambos tribunais (TPII e TPIR) foram *ad hoc*, criados excepcionalmente para tratar dos genocídios ocorridos na Iugoslávia e em Ruanda e formados pelo Conselho de Segurança da ONU (CSNU). O primeiro (TPII) caracteriza a agressão sexual como crime contra a humanidade ocorrido especificamente em contexto de conflito armado; o segundo (TPIR) abrange quadros de ataque generalizado ou sistemático contra alguma população (PENACHIONI, 2017).

Em seguida, o Estatuto de Roma de 1998, o tratado internacional que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), incorporou a concepção de violência sexual como crime de guerra e como crime contra a humanidade. De acordo com o Estatuto de Roma, tais atos são

⁴⁷ ONU NEWS. ONU cria equipe de resposta a abusos sexuais cometidos por tropas de paz

Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2016/03/1543341>>. Acesso em 13 nov. 2024.

configurados como crime contra a humanidade: “Agressão sexual, escravatura sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência no campo sexual de gravidade comparável”⁴⁸. O TPI também compreende os atos de agressão sexual fora do contexto de um conflito armado, desde que haja uma intenção no ataque generalizado ou sistemático contra uma população. Ademais, estabelece na cartilha “Elementos do Crime” que a violência sexual pode constituir-se como forma de genocídio e diferencia a violência sexual da violência baseada no gênero (PENACHIONI, 2017).

Rita Segato (2005) faz uma analogia entre o controle do território e o controle sobre o corpo da mulher. O corpo feminino é utilizado sob a mesma lógica de expressão de poder sobre o território conquistado. O estupro, portanto, constitui-se como extensão da guerra contra determinada população e serve como forma, não apenas de violência física, mas também de inferiorização moral, tendo em vista o alto grau de moralidade que permeia a sexualidade:

Se, ao abrigo do espaço doméstico, o homem abusa das mulheres que se encontram sob sua dependência, porque *pode* fazê-lo, quer dizer, porque estas já formam parte do território que controla, o agressor que se apropria do corpo feminino em um espaço aberto, público, o faz porque *deve para mostrar que pode*. Em um, trata-se de uma constatação de um domínio já existente; em outro, de uma exibição de capacidade de domínio, que deve ser reeditada com certa regularidade e pode ser associada a gestos rituais de renovação dos votos de virilidade (SEGATO, 2005, p. 275)

Angela Davis, em sua obra “Mulheres, Raça e Classe” (2016), ressalta o caráter racista do estupro como arma através de duas perspectivas. A primeira, pela maneira como foi usado sistematicamente pelos Estados Unidos, ao longo de sua história, contra mulheres racializadas – na guerra do Vietnã, por exemplo, foi institucionalizado contra as vietnamitas ⁴⁹ e, na época da escravidão, era usado como forma de reprimir a população negra. Reitera-se que o estupro carrega o poder de desmoralização do inimigo de guerra ou da população que se quer dominar. A segunda perspectiva, na qual o racismo e o estupro andam lado a lado, refere-se às acusações de estupro contra homens de minorias raciais nos Estados Unidos. De acordo com Davis,

Na história dos Estados Unidos, a acusação fraudulenta de estupro destaca-se como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo. O mito do estuprador negro tem sido invocado sistematicamente sempre que as recorrentes ondas de violência e terror contra a comunidade negra exigem justificativas convincentes (DAVIS, 2016, p. 240).

⁴⁸ BRASIL. Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002. Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

⁴⁹ “[...] Guerra do Vietnã proporciona um exemplo adicional do modo como o racismo pode funcionar enquanto incitação ao estupro. Uma vez que foi inculcada na cabeça dos soldados a visão de que lutavam contra uma raça inferior, eles acabaram aprendendo que estuprar as vietnamitas era um dever militar necessário. [...] Tratava-se de uma política não escrita do Comando Militar dos Estados Unidos: encorajar o estupro de maneira sistemática, já que se tratava de uma arma de terrorismo de massa extremamente eficaz.” (DAVIS, 2016, p. 245).

Dessa maneira, a autora aponta para o estupro como arma discursiva para justificar o racismo contra homens negros. Segundo Davis, apesar de as mulheres negras serem e terem sido grandes vítimas de estupro, observa-se que são as mulheres brancas à frente do movimento antiestupro na maioria das vezes, tendo em vista que essa pauta ainda é vista com desconfiança pelas mulheres negras, já que foi e é usada para criminalizar (falsamente) homens negros. Além do mais, a força policial e jurídica que encarcera seus irmãos/filhos/maridos é a mesma que não usa o mesmo peso de “justiça”, quando a vítima é branca ou negra. A autora aponta que, até hoje, teóricas do antiestupro abraçam teorias essencialistas e racistas que reproduzem a ideia de que homens racializados são mais propensos a cometerem estupro. O chamado “mito do estuprador negro”, entretanto, não é recente e foi utilizado diversas vezes como pretexto para linchamentos contra meninos e homens negros nos Estados Unidos. As falsas acusações de estupro engendradas nesse período, serviram, inclusive, para que o linchamento pudesse ser institucionalizado no país: mais uma vez, recorre-se a justificativas discursivas que possam legitimar atos tão cruéis como os linchamentos.

François Vergès, em seu livro “Uma Teoria Feminista da Violência” (2021), aborda a necessidade de olhar para a violência sexual pelas chaves do feminismo decolonial, tendo em vista que o colonialismo e o capitalismo caminharam entrelaçados no processo de aprimoramento do patriarcado. O estupro acompanhou e persiste a acompanhar as ocupações coloniais:

Não há colonização sem estupros, não há guerra colonial sem estupros, não há ocupação imperialista sem estupros. Ele também faz parte do arsenal de repressão aos movimentos sociais; seja no Cairo, em Santiago, em Bagdá ou outras localidades, a polícia e o exército, em total impunidade, recorrem ao estupro e às violências de gênero e sexuais. Essa impunidade vem de longe, está enraizada na ideologia da guerra colonial racial” (VERGÉS, 2021, p. 25).

Assim, de acordo com Vergès (2021), se neoliberalismo reforça a separação entre corpos brancos (protegidos) e racializados (entregues a trabalhos precarizados e invisibilizados), as políticas de proteção não devem se basear em políticas estatais neoliberais punitivistas e militarizadas que encarceram e matam esses últimos corpos, enquanto reduzem o orçamento público e o acesso a direitos básicos e a uma vida digna. Por conseguinte, as análises de violência de gênero e sexuais devem ser analisadas através do questionamento das estruturas econômicas também.

Assim, a violência sexual em conflitos armados deve ser compreendida sob esse escopo de violência racial, colonial e generificada para um entendimento mais profundo sobre a questão

e para desmistificar a ideia de que apenas as mulheres são as únicas vítimas: “a incorporação dos estupros de homens racializados, gays, trans e trabalhadores do sexo à análise das violências de gênero e sexuais mostra que o estupro é indissociável do imperialismo e do racismo” (VERGÈS, 2021, p. 26). Os casos de violência sexual contra homens — inclusive perpetrados por mulheres — são alarmantes nas prisões na Palestina⁵⁰, no Iraque⁵¹ e em Guantánamo⁵², por exemplo. De acordo com Vergès, o uso de mulheres para torturar sexualmente homens muçulmanos corresponde a uma estratégia imperialista. Segundo a autora, o silêncio relacionado ao estupro de homens tem ligação com o receio de que os estupros cometidos contra mulheres sejam invisibilizados e também, como apontam estudos feitos com homens ruaiingas estuprados em Bangladesh⁵³, com a falta de expressão por parte dos homens — incentivada pela estigmatização e pela negligência dos profissionais humanitários. Nesse sentido, os programas de combate à violência sexual falham em incluir os homens como possíveis vítimas de agressão sexual.

Assim, ao incluir na análise de violência de gênero os homens, não se busca reduzir a crueldade e os riscos aos quais as mulheres estão expostas sistematicamente em conflitos armados. Entretanto, como aponta Vergès, a denúncia dos estupros cometidos contra homens fornece bases empíricas para a compreensão do estupro como uma arma, sobretudo, de “expressão do poder” (VERGÈS, 2021, p. 31).

Os ataques sexuais às mulheres palestinas não são novidade desde 1948, quando aconteceu a ‘*nakba*’, que implicou o estabelecimento do Estado de Israel e a subsequente política de expulsão dos palestinos de suas terras. Todavia, tais violências nunca foram julgadas como crime de guerra. Em seu livro sobre a experiência das mulheres palestinas que foram expulsas de suas casas em 1948, Fatma Kassem demonstra que, apesar do tabu e do silêncio em torno do assunto, nas sociedades israelenses e palestinas, o estupro cometido pelas forças israelenses esteve bastante presente na memória coletiva dessas mulheres: para além de evitarem sair nas ruas e manterem-se em casa, outras estratégias foram utilizadas para que “evitassem o estupro”: “algumas mulheres testemunharam que elas costumavam sujar seus

⁵⁰ MEIDEN, K. *Israeli settler colonialism, “humanitarian warfare,” and sexual violence in Palestine*, *International Feminist Journal of Politics*, DOI: 10.1080/14616742.2021.1882323

⁵¹ AL JAZEERA. The Abu Ghraib abuse scandal 20 years on: What redress for victims? Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/4/27/the-abu-ghraib-abuse-scandal-20-years-on-what-redress-for-victims>>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁵² VERGÈS, F. *Uma teoria feminista da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

⁵³ WOMEN’S REFUGEE COMMISSION: *It’s Happening to Our Men as Well: Sexual Violence against Rohingyas Men and Boys*, 8 nov. 2018. Disponível em: <https://www.womensrefugeecommission.org/research-resources/its-happening-to-our-men-as-well/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

corpos com sujeira ou excremento animal, tanto pela sua própria iniciativa, ou porque eram forçadas por algum membro familiar, sobretudo seus pais” (KASSEM, 2011, p. 162, tradução nossa). Kassem aponta que outra tática de proteção em relação ao estupro cometido sistematicamente por Israel foi a migração. O massacre da vila Deir Yassin, em 9 de abril de 1948, por exemplo, que deixou centenas de civis palestinos mortos por grupos paramilitares israelenses⁵⁴ e que contou com relatos de diversas atrocidades, entre essas, o estupro de palestinianas, foi reconhecido pelas mulheres entrevistadas como um dos grandes motivos que levaram várias famílias ao êxodo. Assim, o estupro e a ameaça de estupro consistiram em armas de guerra e de limpeza étnica, visto que foram utilizadas deliberadamente para causar o medo e motivar a fuga de palestinos.

Por conseguinte, o caso das mulheres palestinianas é uma evidência do que Segato apontou que, na guerra, o corpo da mulher torna-se uma extensão do lugar de batalha, e expressa-se pelo estupro do inimigo. As mulheres entrevistadas por Kassem também reforçam a relação criada entre “território invadido” e “mulher estuprada”. Para essas mulheres, a Palestina é vista simbolicamente como uma mulher e utilizam termos que indicam que o território, ao ser invadido em 1948 por Israel, sofreu violências que são análogas às violências sexuais cometidas contra as mulheres:

[...] a escolha da linguagem usada pelas mulheres que eu entrevistei está ligada à penetração do corpo feminino. Como tal, essa linguagem é altamente simbólica. Enquanto o homem perfura as partes mais privadas do corpo feminino, por exemplo, as forças israelenses também perfuraram as partes mais privadas das vidas palestinianas – suas próprias casas, sua terra (KASSEM, 2011, p. 95-96, tradução nossa).

O imaginário criado, que relaciona o território ao corpo feminino, contudo, pode ser utilizado de maneira negativa, como forma de subordinar as mulheres aos homens. Kassem demonstra que as narrativas nacionais da Palestina adotam o discurso de que, em 1948, a Palestina foi estuprada. Essa narrativa reforça a ideia de um território feminizado em busca de homens protetores, aos quais as mulheres devem ser subordinadas e, por conseguinte, reproduz a estrutura privada patriarcal abusiva. Além disso, essa construção feminina do território não é exclusiva da narrativa paleestina, já que também faz parte do movimento sionista que enxerga Israel como território feminino, que deve ser “libertado” de seus “ocupantes” – no caso, os palestinos nativos – e que os homens judeus são os antepassados da terra de Israel, enquanto ignoram as mulheres judias dessa narrativa.

⁵⁴ Grupos paramilitares que, posteriormente, se tornaram as Forças de Defesa de Israel (FDI) (KASSEM, 2011, p. 167).

Ademais, Kassem apresenta outras questões fundamentais sobre como o estupro foi silenciado internamente pelos homens palestinos e pela sociedade israelense. O silêncio em relação aos homens palestinos pode ser explicado pelo sentimento de vergonha e humilhação, tendo em vista que, de acordo com a concepção em voga compartilhada pelos homens palestinos, os homens carregam a obrigação de proteção não apenas do território, mas também das mulheres e, por conseguinte, teriam “falhado” com ambos. Já o silenciamento provido pela sociedade israelense dá-se pelo que Kassem denomina de uma tentativa de manter sua retórica de superioridade moral em relação à sociedade palestina e que, portanto, nega que teria cometido atos como o estupro (KASSEM, 2011). Contudo, de acordo com Kassem, o uso do corpo e da sexualidade das mulheres palestinas pelas forças de Israel não se limitou aos eventos de 1948 e continua a ocorrer até os dias atuais. Na primeira Intifada, por exemplo, em 1987, os serviços militares israelenses utilizaram uma estratégia que envolvia chantagear mulheres palestinas – através de fotos íntimas – em troca de informações sobre seus parentes próximos que atuavam na intifada.

De acordo com Revital Madar, em seu artigo *Beyond Male Israeli Soldiers, Palestinian Women, Rape and War: Israeli State Sexual Violence against Palestinians* (2023), pesquisadoras feministas tais como Catharine MacKinnon, Tal Nitsán e Elisabeth Jean Wood afirmaram que o estupro não se constitui como uma das armas empregadas sistematicamente pela força israelense contra mulheres palestinas e que, quando ocorre (depois de 1948), os estupros revelaram-se raros, quando comparados a outros conflitos nos quais o estupro é massivamente utilizado. Madar critica a abordagem dessas pesquisadoras ao mostrar que fazem essa alegação baseadas no pequeno número de relatos existentes que denunciem o estupro contra mulheres palestinas nos dias atuais. Contudo, a autora aponta que estudos sobre estupro que não levam em consideração a natureza colonial do conflito “contribuem para o silenciamento do estupro e de outras formas de violência sexual” (MADAR, 2023, p. 73, tradução nossa) e reproduzem a ideia do estupro como fenômeno universal, sem atentar para as especificidades dinâmicas do poder. Os dados empíricos usados por Madar – testemunhas de palestinos, relatórios de organizações não governamentais de direitos humanos, mídia e literatura sobre a violência sexual estatal de Israel – demonstram, ao contrário das afirmações anteriores, que várias formas de violência sexual contra palestinos são cometidas por diversos atores do estado de Israel (MADAR, 2023).

Madar aponta que as categorias usadas pelas pesquisadoras feministas são limitantes para compreender o fenômeno no contexto específico dos territórios palestinos ocupados. A categoria “soldados israelenses”, por exemplo, não abrange outros agentes estatais que praticam

violência sexual contra mulheres palestinas: dentre eles estão guardas de prisão, oficiais da corte militar (quando as mulheres vão visitar seus relativos nas prisões israelenses), interrogadores; todos esses podem ser homens ou mulheres. Ameaça de estupro, estupro e assédio sexual foram relatados por mulheres palestinas nesses ambientes descritos. Relatos de assédio sexual são comuns nos *checkpoints*, quando há o contato direto entre mulheres palestinas e soldados israelenses, entretanto, como aponta Madar, os relatos extrapolam esses locais e esses agentes (MADAR, 2023).

Ademais, a perspectiva binária entre “homens soldados israelenses” como os únicos possíveis algozes e as mulheres palestinas como as únicas vítimas mostra-se insuficiente, visto que ignora as agentes mulheres que cometem violência sexual e os homens palestinos que sofrem do mesmo tipo de violência – estratégia denunciada por Vergès contra homens muçulmanos nas prisões do Iraque, por exemplo. Como aponta Madar, os estudos feministas que focam nas acusações de estupro contra mulheres palestinas cometidos por soldados marginalizam eventos como os que acontecem nas prisões e campos de detenção israelenses.⁵⁵ Além do uso dessas categorias limitantes, a autora demonstra que a categoria “estupro” exclui outras violências sexuais que ocorrem devido às situações de vulnerabilidade. O termo “guerra” também não permite compreender o fenômeno de forma correta, tendo em vista que o conflito é caracterizado por ser um sistema colonial “saturado de legalidade colonial” no qual as relações de dependência são forjadas e não passam por um período sem lei (tal qual ocorre nas guerras):

[...] a presença opressiva da lei através da burocracia, limitações do ir e vir e a presença difundida das forças de segurança podem indicar um colapso moral profundo, mas não um colapso sistêmico que leva à falta da lei no sentido formal. Em vista disso, a guerra não pode representar o núcleo da nossa comparação. [...] Acima de tudo, não se pode explicar adequadamente até que extensão as vítimas palestinas da violência sexual estatal do estado de Israel podem divulgar o dano cometido contra elas (MADAR, 2023, p. 79, tradução nossa).

Assim, a violência sexual, nesse contexto de ocupação colonial, deve levar em conta a relação de dependência, o medo de retaliações (ao divulgar as agressões) e até mesmo de extorsões sexuais, como Madar aponta através de testemunhas. Madar traça um paralelo entre palestinos que vivem nos Territórios Ocupados e mulheres que vivem na pobreza extrema. De

⁵⁵ THE NEW YORK TIMES. Inside Sde Teiman, The Base Where Israel Detains Gazans. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/06/06/world/middleeast/israel-gaza-detention-base.html>. Acesso em 13 nov. 2024. Ver também o relatório das Nações Unidas sobre violência perpetrada contra presos palestinos desde o 7 de outubro de 2023: UNRWA. Detention and alleged ill-treatment of detainees from Gaza during Israel-Hamas War. Disponível em: https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/summary_on_detention_and_alleged_ill-treatmentupdated.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

acordo com a autora, essas mulheres, assim como imigrantes e minorias racializadas que vivem em situações de maior vulnerabilidade e que não possuem contratos formais de trabalho, estão mais suscetíveis a sofrer relações de dependência que envolvem extorsão sexual. Por conseguinte, o silêncio em torno da violência sexual cometida contra mulheres palestinas não deveria ser tomado pelas pesquisadoras feministas como prova de que as forças israelenses não cometem estupro; basta olhar para as diversas testemunhas que englobam categorias que extrapolam a perspectiva de “guerra”, “soldados homens” e “mulheres palestinas”. Desse modo, Madar demonstra que o estupro e outras formas de violência sexual cometidas por Israel, não são raros ou isolados, mas fazem parte da violência estatal racista e generificada empregada no contexto de ocupação militar colonial.

Por fim, para finalizar esta seção que se debruçou sobre a relação entre violência sexual e conflito armado com suas especificidades no caso do povo palestino, Kathryn Medien aborda uma questão fundamental neste caso: a produção discursiva que coloca as forças militares do Estado de Israel como os bastiões do humanitarismo liberal, do feminismo e da inclusão sexual, serve também para mascarar as práticas racializadas de violência sexual perpetradas contra o povo palestino sob a ocupação colonial israelense em seu cotidiano (MEDIEN, 2021, p. 2). Como Medien aponta em seu artigo intitulado *Israeli settler colonialism, “humanitarian warfare”, and sexual violence in Palestine*, as políticas adotadas pelas Forças de Defesa de Israel (FDI), como a permissão dada a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros a servir no exército, além de promover um militarismo feminista, fazem parte da campanha do Estado de Israel de se autopromover como um exército engajado em práticas morais de uma “guerra humanitária”.

Portanto, essa concepção do Estado de Israel funciona como arma de manipulação, com a qual organizações feministas e organizações internacionais têm, ao longo dos anos, sido coniventes. Contudo, como Vergès e Madar assinalaram, a presença de corpos femininos em serviços militares, por exemplo, não significa que a guerra está mais humanizada e, pelo contrário, serve como tática de poder baseada em noções orientalistas, que relacionam palestinos à homofobia e ao atraso em questões de gênero: “campanhas internacionais de relações públicas que promovem Israel como *gay friendly* tornaram-se um potencial método pelo qual os termos da ocupação israelense da Palestina são reiterados: Israel é civilizado, Palestinos são bárbaros, homofóbicos e incivilizados” (MEDIEN, 2021, p. 2, tradução nossa). Medien questiona o relatório publicado pela ONU em 2017, chamado de *Conflict-Related Sexual Violence*, no qual exclui o conflito Israel-Palestina da lista, tendência de organizações

sobre violência sexual que, segundo a autora, revelam um padrão ao focar em atores não estatais e em países do Sul Global, tidos como antidemocráticos e perpetradores de violência sexual:

Meu objetivo é levantar questões no que concerne ao mapa da violência sexual em conflitos, o qual aparenta localizar tudo facilmente em caracterizações coloniais da violência, o Sul Global e o terror Islâmico, através dos quais o perpetrador de violência sexual é um homem não branco atuando fora dos limites das estruturas do Estado (MEDIEN, 2021, p. 9, tradução nossa).

Medien demonstra que os difundidos relatórios que apontam para padrões de agressão sexual contra homens e crianças palestinas como método de tortura nas prisões e detenções israelenses são constantemente ignorados por feministas ocidentais. A falta de atenção dada aos casos de violência sexual cometidos por Israel é atribuída à concepção ocidental de promoção de Israel como um país ocidental, democrático e, por conseguinte, “incapaz de cometer atos não humanitários, como o estupro”. Ademais, a construção discursiva que codifica os homens palestinos a corpos muçulmanos e terroristas é utilizada como forma de legitimar atos — vistos como “respostas necessárias” — tão cruéis como o estupro (MEDIEN, 2021).

Assim, Medien afirma que a violência sexual não é um método de tortura isolado utilizado no conflito contra palestinos, mas constitui parte da própria estrutura da ocupação colonial israelense da Palestina. A FDI, por exemplo, utiliza termos como *fucking the targets* os quais buscam erotizar os alvos palestinos e, portanto, faz parte da estratégia de desumanizar o inimigo. Ademais, Medien observou que, ao longo da operação em Gaza, em 2014, comentários de conotação sexista que faziam alusão à violência sexual contra mulheres palestinas foram amplamente divulgados na esfera pública. Desse modo, a autora demonstra que relatórios e pesquisas feministas que não olham atentamente as estruturas históricas da dominação colonial da Palestina são coniventes com a violência sexual cometida contra os palestinos. Esses relatórios apenas reforçam estereótipos que insistem em localizar a violência sexual em situação de conflito como exclusiva de atores não estatais e de países do Sul Global, à medida que legitima o falso discurso que concebe Israel como um país democrático, defensor dos direitos humanos e que luta uma “guerra justa contra terroristas bárbaros”.

Capítulo 4. Representação Midiática da violência sexual desde o 7 de outubro

“Estava tentando ver como um acontecimento é construído e desconstruído, uma vez que, no fim das contas, ele apenas existe através do que se diz a seu respeito, já que, para ser preciso, ele é fabricado por aqueles que espalham a sua fama”.⁵⁶

Como apontado anteriormente, a mídia tem um papel crucial na representação orientalista dos árabes e muçulmanos na contemporaneidade. Essas representações foram exacerbadas após quatro momentos históricos no Oriente Médio: Guerra dos Seis Dias, a Guerra do Yom Kippur (1973), a Crise do Petróleo (1973) e a Revolução Iraniana (1979) (SAID, 1981). No seu livro *Covering Islam: how the media and the experts determine how we see the rest of the world* (1981), Said destaca o efeito negativo da mídia norte-americana pelo uso frequente de generalizações sobre o Islã, tornando o mundo islâmico simplificado e difundindo representações negativas de árabes e muçulmanos para todo o mundo ocidental. Já em 1981, duas décadas antes dos ataques terroristas do 11 de setembro nos Estados Unidos e do início da Guerra ao Terror⁵⁷, Said apontava que a mídia norte-americana já retratava homens árabes como “potenciais terroristas”. Essa representação do mundo árabe pela mídia norte-americana é fundamental para este trabalho, tendo em vista a sua influência nos demais veículos midiáticos. No Brasil, por exemplo, os dois jornais que mais circulam no país, Folha de S. Paulo e O Globo, reproduzem diariamente notícias advindas desses jornais estadunidenses.

No caso específico de Israel e Palestina, a mídia estadunidense exerceu um papel fundamental na construção da imagem dos conflitos entre os dois povos. A imagem do muçulmano (ou até mesmo cristão) palestino, como irracional e antissemita foi usada para formar a opinião pública ocidental. Khalidi destaca, na reportagem local desses conflitos, a cobertura desigual das guerras, na qual a desproporcionalidade de força utilizada por Israel não é evidenciada pela mídia tradicional. Ao tratar de um conflito em 2014, que levou à morte cinco civis israelenses, relatado pela mídia norte-americana tradicional, Khalidi aponta:

A cobertura conseguiu obscurecer a extrema desproporcionalidade dessa guerra unilateral: um dos exércitos mais poderosos do planeta utilizou todo o seu poder contra uma área sitiada de 360 quilômetros quadrados, que está entre

⁵⁶ DUBY, 1973, p. 10 apud KHALIDI, 2024, p. 133.

⁵⁷ Campanha militar desencadeada como resposta ao ataque terrorista ao Trade World Center - evocada pelo ex-presidente estadunidense George W. Bush.

os enclaves mais populosos do mundo e cujo povo não tinha como escapar da chuva de fogo e aço (KHALIDI, 2024, p. 299)

Assim, de acordo com Khalidi, a construção de imagens foi e é essencial para a vitória do sionismo, tendo em vista que este “ganhou a batalha política pela Palestina no mundo internacional em que ideias, representação, retórica e imagens estavam em questão” (SAID, 1981 apud KHALIDI, 2024, p. 323). Assim, compreende-se que as representações de confrontos acerca de conflitos entre Israel e Palestina pela mídia ocidental deve ser analisada à luz crítica. Nas próximas seções deste trabalho, analisaremos as notícias de cada um dos jornais selecionados, no que concerne à questão da violência sexual no conflito desde o 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024.

The New York Times

No dia 18 de setembro de 1851, o grande jornal estadunidense, The New York Times (NYT), foi criado, em Nova Iorque, sob o nome de *The New York Daily Times*, pelos jornalistas Henry Jarvis Raymond e George Jones. Contudo, em 1896, o jornal quase veio à falência e foi comprado por Adolph Ochs. Ochs inaugurou o slogan do jornal que dura até hoje: *All the News That's Fit to Print*⁵⁸ Até os dias atuais, o jornal é orientado por sua família, a família Ochs (DE LIMA; DOS SANTOS FILHO, 2012). O editor do jornal, A.G. Sulzberger, faz parte da quinta geração da família.⁵⁹ Um dos princípios do jornal foi registrado em um testamento da família que estabeleceu que "O NYT deve ser dirigido como jornal independente, comprometido apenas com o bem público — sem considerar vantagens ou ambições pessoais, reivindicações de partidos políticos, preconceitos ou preferências pessoais"⁶⁰. A *New York Times Company*, empresa americana de mídia de massa, é a responsável pela publicação do The New York Times e de outras produções associadas. A sede fica em Manhattan, em Nova Iorque.

O NYT sofreu o impacto do avanço das mídias sociais, com a redução da circulação de seu formato impresso, e da recessão de 2008 — que, na época, levou-o a uma crise intensa. Entretanto, o jornal criou mecanismos de inovação e sua versão on-line (que existe desde 1996) é uma das mais acessadas no mundo. O jornal ganhou muita credibilidade com seus leitores ao redor do mundo, sobretudo no que se refere ao caráter de “independência” pregado por este,

⁵⁸ “Todas as notícias que merecem ser impressas” (Tradução nossa).

⁵⁹ THE NEW YORK TIMES. What does The New York Times own? Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/what-does-the-new-york-times-own.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁶⁰ DW. 1851: Lançado o jornal New York Times. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1851-lan%C3%A7ado-o-jornal-new-york-times/a-955322>. Acesso em 13 nov. 2024

principalmente por ter publicado matérias antigoverno, como as de combate aos governos Nixon e Bush nos Estados Unidos ((DE LIMA; DOS SANTOS FILHO, 2012).

Entretanto, o NYT tem sido criticado pelos jornais independentes por apresentar uma cobertura de diversos conflitos ao redor do mundo sob um viés ideológico específico. A objetividade e neutralidade do jornal são questionadas. O *The New York War Crimes*⁶¹ é um exemplo de um projeto composto por ativistas e jornalistas que pretendem evidenciar a cobertura desigual do NYT na guerra de Israel contra a Palestina desde o dia 7 de outubro. O *The New York War Crimes*, que lançou recentemente sua versão de jornal on-line, com artigos, entrevistas e análises sobre a cobertura do NYT na Palestina, surgiu como uma forma de protesto — uma sátira — para evidenciar as notícias que não eram retratadas pelo grande jornal estadunidense na sua cobertura sobre o que está acontecendo na Palestina. O seu slogan ironiza o do NYT: *All the Consent That's Fit to Manufacture* — “Todo o consenso que possa ser fabricado” (tradução nossa).

Todavia, de acordo com o projeto, não é a primeira vez que o jornal exerce um papel na formação de opinião pública que reflete a posição ideológica da elite estadunidense. O seu site possui uma seção chamada *History*, na qual expõe a convivência da linha editorial — por meio de artigos publicados na época que privilegiavam a narrativa do governo estadunidense do NYT em relação a guerras, ditaduras militares e troca de regimes ao redor do mundo, que foram apoiadas pelos Estados Unidos. Dentre os exemplos demonstrados estão a ditadura militar de 1964 no Brasil e a Guerra no Iraque em 2003.⁶² O *The New York War Crimes* aponta que, apesar de algumas mudanças, a linha editorial é ditada pelos interesses políticos da Casa Branca.

O jornal acusa o NYT de ser conivente com o genocídio palestino. Para isso, um trabalho que envolve estudos históricos, pesquisas e entrevistas foi realizado, como grande evidência. Uma pesquisa quantitativa feita pelo projeto mostrou, por exemplo, que fontes israelenses e americanas foram citadas três vezes mais do que fontes palestinas. Ademais, as menções à Israel ou israelenses foram muito mais frequentes do que as menções aos palestinos ou à Palestina; o uso da voz ativa para israelenses em oposição ao uso da voz passiva para palestinos, como no caso de “Palestinos foram mortos”, é apontado como forma de ofuscar o agente dessas mortes: o exército de Israel. Várias manchetes do NYT foram questionadas pelo projeto, tendo em vista

⁶¹ THE NEW YORK WAR CRIMES. Disponível em: < <https://newyorkwarcrimes.com/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁶² THE NEW YORK WAR CRIMES. History. Disponível em: < <https://newyorkwarcrimes.com/tag/history>>. Acesso em 13 nov. 2024.

que elas seguem um padrão: ao tratar da violência sofrida pelos palestinos, o agente fundamental responsável por essa violência não é mencionado.

Dentre as notícias do NYT, foram analisadas as que envolviam o tema desde 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024. A ferramenta de busca do site do jornal possui a opção de buscar por datas específicas, por seção e por tipo (como artigo, vídeo e interativo). Assim, foram inseridas as datas escolhidas e, para não perder nenhuma notícia vinculada ao tema, foram selecionadas as partes “*section*” (seção) e “*type*” (tipo) a opção “*any*” (qualquer), para que todos os formatos de notícias fossem englobados. As palavras-chaves utilizadas foram: *Sexual violence hamas*; *Sexual violence israel*; *Sexual violence israel palestine*. As notícias repetidas foram retiradas do banco de análise. O parâmetro para a escolha de notícias relacionadas com o tema envolveu a menção da questão da violência sexual na guerra desde 7 de outubro até 13 de junho. Se a notícia fizesse referência à violência de gênero nesse contexto, também seria incluída no rol de análise. O filtro de relevância também foi utilizado. No total, foram 63 notícias selecionadas a partir desse filtro. Contudo, uma notícia a mais foi selecionada, denominada de “*Inside the Base Where Israel Has Detained Thousands of Gazans*” (O interior da base onde Israel deteve milhares de habitantes de Gaza, tradução nossa). Essa notícia não foi encontrada sob os filtros utilizados de violência sexual no conflito, contudo, ela foi englobada para a análise devido à importância de seu conteúdo: apresenta uma investigação feita pelo NYT acerca dos abusos sofridos por palestinos em uma das maiores detenções israelenses. Compreende-se que, dentre esses abusos, a violência sexual configura-se como uma das frequentes. Por conseguinte, 64 notícias ao total entraram em análise.

O grande jornal estadunidense foi criticado por outros jornais alternativos⁶³, sobretudo, pela reportagem intitulada ‘*Screams Without Words: How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7*’, na qual o jornal afirmava que o estupro foi cometido de maneira sistemática pelo Hamas contra mulheres israelenses no ataque do 7 de outubro. A notícia veiculada pelo The New York Times foi publicada no final de dezembro de 2023, num momento crucial para Israel: período em que o número alto de mortes de civis em Gaza tornou-se uma preocupação entre os próprios aliados de Israel. Por conseguinte, a reportagem apresentou uma nova informação ao conflito: o fato de que a violência sexual contra mulheres israelenses foi usada de maneira sistemática no 7 de outubro. A questão revelada nessa reportagem não era somente a ocorrência individual ou isolada de estupros, visto que, como apontado anteriormente neste trabalho, há registros de violência sexual em conflitos armados ao longo da história. A matéria baseia-se em

⁶³ Dentre esses destaca-se o The Intercept e a Al Jazeera.

supostas provas tidas como confiáveis, por um dos jornais mais influentes do mundo, do uso sistemático da violência sexual como arma de guerra.

Esse tipo de informação molda a visão de como um conflito é retratado e, portanto, auxilia a legitimar, publicamente, ações por parte do Exército de Israel. Várias inconsistências acerca dessa notícia foram apresentadas pela mídia alternativa. De acordo com o minidocumentário da Al Jazeera, intitulado de *The unravelling of the New York Times ' Hamas rape' story*⁶⁴ (O desenrolar da história do “estupro do Hamas” no New York Times, tradução nossa) e uma reportagem do The Intercept⁶⁵, a notícia foi escrita por três autores: Anat Schwartz, uma cineasta e ex-funcionária do setor de Inteligência da Força Aérea Israelense, seu sobrinho Adam Sella e o jornalista Jeffrey Gettleman. A “investigação” proposta pelo NYT contém diversos erros que levaram a várias críticas dentro da própria equipe do jornal. O jornal baseou-se sobretudo na narrativa oficial das autoridades, soldados e funcionários do Zaka — organização privada israelense que já tinha sido exposta pela manipulação de provas e pela criação das *fake news* que ligavam o Hamas à decapitação de bebês e à retirada de um feto do corpo de uma grávida no 7 de outubro.

Assim, a notícia apresentou problemas relacionados à autoria do texto e inconsistências no conteúdo nele inserido. Schwartz, além de não ser uma jornalista e ter sido ex-funcionária da Inteligência israelense, tinha “curtido” um tuíte que afirmava: que Israel devia “transformar a faixa num matadouro”; “Violem qualquer norma, rumo à vitória”; “Aqueles diante de nós são animais humanos que não hesitam em violar regras mínimas”. Além disso, o repórter mais experiente que estava participando do artigo, Gettleman, apontava a necessidade de duas fontes para cada ponto colocado na notícia, além de provas periciais e até visuais. No final, nenhum desses requisitos foi atendido e as provas tornaram-se insustentáveis, já que uma fonte desmentiu e a outra acusou o jornal de pressioná-la a dar testemunho em prol da narrativa do estupro. Em uma das reportagens analisadas na pesquisa,⁶⁶ o próprio NYT relatou que duas violências sexuais, supostamente cometidas pelo Hamas no dia 7 de outubro, relatadas por uma

⁶⁴AL JAZEERA. The unravelling of the New York Times ' Hamas rape' story. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/program/the-listening-post/2024/3/2/the-unraveling-of-the-new-york-times-hamas-rape-story>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁶⁵THE INTERCEPT. ‘Entre o Martelo e a Bigorna’. O New York Times sustentou que o Hamas usou o estupro como arma contra Israel - mas há erros absurdos nessa reportagem”. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/21/o-new-york-times-sustentou-que-o-hamas-usou-o-estupro-como-arma-contra-israel-mas-ha-erros-absurdos-nessa-reportagem/>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁶⁶THE NEW YORK TIMES. Israeli Soldier’s Video Undercuts Medic’s Account of Sexual Assault. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/03/25/world/middleeast/video-sexual-assault-israel-kibbutz-hamas.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

das fontes usadas na investigação, um paramédico que estava no local relatado, mostraram-se falsas pelo vídeo feito por um soldado israelense que também estava no local.

Como afirma o ex-chefe do escritório do The New York Times no Oriente Médio, Chris Hedge,⁶⁷ o The New York Times é o jornal que dita as pautas mundiais. Assim, uma reportagem como essa foi tomada instantaneamente como verdadeira e reproduzida por demais veículos de comunicação ao redor do mundo. Ou seja, conferiu verdade à narrativa. O padrão-duplo de reportagens em relação a alegações relacionadas a Israel e Palestina torna-se evidente aqui.⁶⁸ Semanas depois dessa reportagem, especialistas da ONU fizeram um apelo para que investigações fossem feitas em relação a alegações de estupro e violência sexual por israelenses contra mulheres e crianças palestinas detidas em prisões de Israel. Nenhuma “investigação” ou menção a essas alegações foi feita no The New York Times.

A problemática de notícias como essa não reside no fato de ter havido ou não a violência sexual cometida pelo Hamas, mas na realização de uma reportagem que afirma uma violência sistemática como arma de guerra sem provas sólidas, enquanto uma população inteira está sendo dizimada, violações do direito internacional sendo filmadas pelos próprios soldados israelenses. Uma reportagem como essa não apenas reforça o silêncio sobre as agressões sofridas pelo povo palestino, como reconfigura a visão pública sobre o assunto e legitima a desumanização dessa população e o genocídio em curso. Desse modo, a violência sexual é usada como arma de guerra de duas maneiras: em termos materiais — tendo em vista que é perpetrada pelo Exército Israelense desde a Nakba contra mulheres e homens palestinos — e em termos simbólicos, ao ser manipulada na produção de reportagens que servem à agenda dos grupos políticos que, de certa maneira, influenciam a grande mídia estadunidense.

A partir da análise das notícias acerca da temática, nota-se a influência da reportagem ‘*Screams Without Words*’: *How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7* nas demais matérias do jornal que tratam sobre a violência sexual no conflito. Além de matérias de opinião que a citam, matérias que buscam informar sobre os relatórios da ONU e de outras organizações acerca dessa violência também apontam a sua influência. Na notícia intitulada *Israeli Rape-Crisis Group Report Finds ‘Systematic’ Sexual Violence on and After Oct. 7*, por exemplo, que

⁶⁷ AL JAZEERA. The unravelling of the New York Times ‘Hamas rape’ story Disponível em: <https://www.aljazeera.com/program/the-listening-post/2024/3/2/the-unraveling-of-the-new-york-times-hamas-rape-story>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁶⁸ Acerca do conceito de padrão-duplo, ver a monografia da Maria Clara Araújo dos Santos. SANTOS, Maria Clara Araújo dos. Padrão-duplo: uma análise da mídia brasileira sobre a questão palestina (o caso de Sheikh Jarrah). 2023. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36850/1/2023_MariaClaraAraujoDosSantos_tcc.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

também foi escrita por Adam Sella, o jornalista aponta que a investigação publicada pelo NYT foi usada como base para o relatório feito por uma organização israelense que afirmou que houve violência sexual sistemática nos ataques do Hamas. O jornalista também rebateu as críticas feitas à matéria anterior. Ademais, nota-se, a partir da pesquisa, que a reportagem ressoou não só interna, mas externamente. Em duas reportagens que transcrevem dois discursos públicos de Biden, o presidente estadunidense cita a “violência sexual e estupro cometidos pelo Hamas como forma de aterrorizar judeus”: “Essa crise começou no dia 7 de outubro com um massacre perpetrado pelo grupo terrorista Hamas, como todos sabem. Mil e duzentas pessoas inocentes, mulheres e meninas, homens e meninos, massacrados, depois de terem sido vítimas de violência sexual” (The New York Times, 2024, tradução nossa);

Esse ódio ganhou vida a 7 de outubro de 2023. No feriado sagrado dos judeus, o grupo terrorista Hamas desencadeou o dia mais mortífero para o povo judeu desde o Holocausto. Impulsionados pelo desejo ancestral de eliminar o povo judeu da face da Terra, mais de 1200 pessoas inocentes, bebês, pais, avós, foram chacinados num kibutz, massacrados num festival de música, brutalmente violados, mutilados e violentados sexualmente. Há demasiada gente a negar, a minimizar, a racionalizar, a ignorar os horrores do Holocausto e do 7 de outubro, incluindo o uso terrível da violência sexual pelo Hamas para torturar e aterrorizar os judeus (The New York Times, 2024, tradução nossa)

O discurso de Biden, presidente de uma das maiores potências mundiais, reverbera mundialmente. Nota-se o papel da retórica do “estupro” utilizado pelo governante. Em primeiro lugar, o ataque do Hamas é completamente descontextualizado, como se a “crise” tivesse começado apenas no 7 de outubro. E como se todo o problema se resumisse ao “antissemitismo”. Ademais, a violência sexual é utilizada retoricamente a fim de conferir a brutalização ao grupo armado. Como aponta Khalidi (2024), os Estados Unidos exercem e exerceram um papel crucial para o sucesso do sionismo. O apoio ao sionismo em Israel foi visto estrategicamente pelo governo estadunidense a fim de construir um braço no Oriente Médio que o ajudasse a manter a sua hegemonia na região. Como apontam os arquivos históricos demonstrados pelo *The New York War Crimes*, não é a primeira vez que a orientação editorial do New York Times alinha-se aos interesses políticos da Casa Branca.

O alinhamento do jornal à narrativa do governo dos Estados Unidos é evidenciado pela pesquisa. Das 64 pesquisas analisadas, apenas nove denunciam abusos cometidos contra palestinos — com exceção das notícias das quais informam sobre os crimes cometidos tanto por Israel quanto pelo Hamas de acordo com a ONU e o TPI. Dentre essas nove, apenas duas eram artigos de opinião que denunciaram a violência desproporcional cometida em Gaza e a islamofobia presente nos Estados Unidos. Uma compara a situação dos palestinos detidos com

os prisioneiros de Abu Ghraib e a outra que — apesar de não tratar especificamente de violência sexual — traça um contexto do conflito e destaca abusos cometidos por Israel. Outra observação é digna de nota: nenhuma das manchetes, dentre as nove notícias, utilizou termos que remetessem à violência sexual, como “estupro” ou “violência sexual”, a exemplo: *U.N. Report Describes Physical Abuse and Dire Conditions in Israeli Detention; What We Know About Palestinians Detained in Israel; Inside the Base Where Israel Has Detained Thousands of Gazans* (“Relatório da ONU descreve maus-tratos físicos e condições terríveis nas prisões israelenses; O que sabemos sobre os palestinos detidos em Israel; O interior da base onde Israel deteve milhares de habitantes de Gaza, tradução nossa). Contudo, ao ler as reportagens, a violência de cunho sexual é relatada, vide: “[...] Citou um detido de 41 anos que afirmou que os interrogadores ‘me obrigaram a sentar-me em cima de uma coisa como um pau de metal quente que parecia fogo’ e que outro detido ‘morreu depois de lhe terem enfiado o pau elétrico’ no ânus” (The New York Times, 2024, tradução nossa).

A violência sexual, quando cometida contra palestinos não recebe a mesma atenção em formato de manchetes como acontece no caso oposto. De todas as 64 notícias, apenas uma utilizou o termo “violência sexual” contra palestinos, contudo, nessa única manchete, palestinos e israelenses foram citados juntos: *Canada’s equal funding to help Israeli and Palestinian victims of sexual violence draws Israeli fire* (A igualdade de financiamento do Canadá para ajudar as vítimas israelitas e palestinas de violência sexual atrai a atenção de Israel, tradução nossa). A seguir seguem alguns exemplos das manchetes encontradas para relatar violências sexuais cometidas contra as mulheres israelenses: *Israeli authorities show more evidence of Hamas atrocities; What We Know About Sexual Violence During the Oct. 7 Attacks on Israel; Silence Is Violence — but Not When It Comes to Israeli Rape Victims; Israeli authorities show more evidence of Hamas atrocities; Israeli Hostage Says She Was Sexually Assaulted and Tortured in Gaza* (O que sabemos sobre a violência sexual durante os ataques de 7 de outubro contra Israel; Silêncio é violência — mas não quando se trata de vítimas de violação israelenses; Autoridades israelenses apresentam mais provas das atrocidades cometidas pelo Hamas; Refém israelense diz que foi sexualmente agredida e torturada em Gaza, tradução nossa). Ademais, poucos palestinos ou organizações palestinas são utilizados como fontes. À exceção da reportagem *Inside the Base Where Israel Has Detained Thousands of Gazans*, na qual o NYT fez investigações no centro de detenção que mais prendeu palestinos — de forma arbitrária —, quase nenhuma trouxe relatos e fontes palestinas. A maior parte das fontes israelenses utilizadas são do governo e da polícia de Israel. O termo “terrorista” também foi identificado em reportagens do jornal que não são de caráter opinativo, indicando que algumas reportagens do

jornal estão alinhadas com os Estados Unidos que — diferente da ONU — reconhece o Hamas como grupo terrorista.

No mesmo mês (dezembro de 2023) que a reportagem *'Screams Without Words': How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7* foi publicada, uma reportagem no *The Guardian*⁶⁹ relatou que mais de 8000 palestinos estavam detidos em prisões palestinas. Mais de 80% estariam presos de maneira arbitrária, sem julgamento e por tempo indefinido. A Anistia Internacional⁷⁰ também demonstrou que a prisão arbitrária de palestinos tem sido utilizada sistematicamente por Israel. Torturas, assédio e violência sexual constituem rotina nessas prisões, como demonstrado na seção deste trabalho “Violência sexual como arma de guerra” e têm sido relatados constantemente por ONGs de Direitos Humanos e pela UNRWA. Como será visto na seção sobre o Al Jazeera, diversos relatos publicados pelo jornal corroboram o uso de violência sexual sistemática nessas detenções. De acordo com uma ONG palestina de Direitos Humanos,⁷¹ “a maioria das mulheres palestinas presa é sujeita a alguma forma de tortura psicológica e maus-tratos durante todo o processo de prisão e detenção, incluindo várias formas de violência sexual, tais como espancamentos, insultos, ameaças, revistas corporais e assédio sexual explícito” (tradução nossa). Em 2015, uma pesquisa⁷² conduzida pela universidade israelense Bar Ilan University apontou que tortura e abuso sexual contra palestinos são sistêmicos nas prisões israelenses. Meninos a partir da idade de 15 anos fazem parte do número de vítimas. Entretanto, nenhuma notícia denunciando essa violência sexual sistemática foi publicada pelo NYT. Em dezembro, no mesmo mês da publicação de *'Screams Without Words': How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7* e de outras matérias que abordam esse assunto, nenhuma notícia denunciando abusos contra palestinos foi publicada.

Dessa forma, embora existam diversas evidências de maus-tratos de natureza sexual contra palestinos ao longo da história da ocupação israelense, a narrativa de que estupros e

⁶⁹ THE GUARDIAN. More than 8,000 Palestinians in Israeli jails, rights groups say. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/21/more-than-8000-palestinians-in-israeli-jails-rights-groups-say#:~:text=More%20than%208%2C000%20Palestinians%20are,according%20to%20human%20rights%20groups>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁷⁰ AMNESTY INTERNATIONAL. Israel/OPT: Horrifying cases of torture and degrading treatment of Palestinian detainees amid spike in arbitrary arrests. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-horrifying-cases-of-torture-and-degrading-treatment-of-palestinian-detainees-amid-spike-in-arbitrary-arrests/>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁷¹ ADDAMEER. Imprisonment of women and girls. Disponível em: <https://www.addameer.org/the-prisoners/women#:~:text=Moreover%2C%20the%20majority%20of%20Palestinian,searches%2C%20and%20sexually%20explicit%20harassment>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁷² PUBMED. Sexual torture of Palestinian men by Israeli authorities. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26718999/>. Acesso em 13 nov. 2024.

outras formas de violência sexual foram cometidos de maneira sistemática contra israelenses em 7 de outubro se consolidou na percepção da maioria das pessoas. Essa narrativa foi utilizada mais de uma vez nos discursos do chefe de Estado de um dos países mais poderosos do mundo para revelar a “natureza bárbara” dos seus inimigos. Em outra reportagem, que em tese deveria denunciar a morte de civis em Gaza, denominada de *The Civilian Death Toll in Gaza* (O número de civis mortos em Gaza, tradução nossa), contextualiza a guerra nos seguintes termos:

Após os ataques de 7 de outubro — em que os combatentes do Hamas mataram mais de 1.200 pessoas, enquanto cometiam agressões sexuais e torturavam, por vezes em vídeo — os líderes israelenses prometeram eliminar o Hamas. Israel está tentando matar os combatentes do Hamas, destruir os seus arsenais de armas e dismantelar a sua rede de túneis. Para o efeito, Israel lançou bombas de 2.000 kg sobre os bairros densamente povoados de Gaza (The New York Times, 2023, tradução nossa).

Destaca-se que as “agressões sexuais cometidas pelo Hamas no dia 7 de outubro” aparecem na contextualização do que teria levado o governo de Israel a reagir, ou seja, a justifica. Em resposta de um leitor à matéria *‘Screams Without Words’: How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7* publicada pelo jornal, no canal que permite respostas dos leitores aos editores, um leitor afirma: “Como é que os seres humanos podem cometer tais atrocidades contra outros seres humanos? Mirit Ben Mayor, superintendente-chefe da polícia israelense, afirma que vê uma combinação de duas forças ferozes, ‘o ódio aos judeus e o ódio às mulheres’.” (The New York Times, 2024, tradução nossa). Esses exemplos elucidam o que Fanon apontou em “Condenados da Terra” (1979): “O colono faz do colonizado uma espécie de quintessência do mal. [...] O indígena é declarado impermeável à ética, ausência de valores, como também negação dos valores. É, ousemos confessá-lo, o inimigo dos valores. (FANON, 1979, p. 30-31).

Como apontado, os artigos de opinião seguem, em sua maioria, a mesma orientação editorial das reportagens acerca desse assunto. Antes do relatório da ONU ser divulgado, os artigos criticaram “a demora da ONU Mulheres em denunciar assertivamente a violência sexual cometida pelo Hamas” e acusam esse “silêncio” de antissemitismo. O padrão dos artigos de opinião foi muito parecido com os da Folha de S. Paulo a serem analisados na próxima seção. Para fins de exemplo, o artigo denominado de *The New Rape Denialism* (O novo negacionismo do estupro, tradução nossa), publicado após o relatório da ONU, de março, critica os setores progressistas que criticam essa narrativa do estupro. Segundo o autor Bret Stephens — que publicou quatro dos nove artigos de opinião analisados —, a violência sexual cometida de maneira sistemática é inegável e os setores que tentam negá-la, “recusam-se a aceitar que a guerra de Israel em Gaza seja uma resposta ao mal, ou que os israelenses possam ser vítimas de

alguma forma” (The New York Times, tradução nossa). Todos os seus outros três artigos de opinião seguem o mesmo tom: *Silence Is Violence — but Not When It Comes to Israeli Rape Victims* (O Silêncio é Violência — mas Não quando se trata de vítimas de estupro israelenses, tradução nossa); *The Appalling Tactics of the ‘Free Palestine’ Movement* (As táticas terríveis do movimento “Palestina Livre”, tradução nossa); *Sheryl Sandberg Screams Back at the Silence* (Sheryl Sandberg grita contra o silêncio, tradução nossa). Em todas essas reportagens, o autor aponta sua indignação em relação aos “crimes sexuais cometidos pelo Hamas” e sua crítica ao silêncio de alas progressistas em relação a essas violências:

Os terroristas envolvidos em gigantescas matanças não têm normalmente tempo para despir e violar as suas vítimas. As morgues não costumam encontrar corpo após corpo com as cuecas ensanguentadas, os seios esquartejados e as virilhas mutiladas. No dia 7 de outubro e nos dias que se seguiram, encontraram e não apenas em alguns incidentes isolados. Como é que tantos dos assassinos tiveram a mesma ideia? [...] Foi a humilhação e o terror. Os primeiros indícios de que a brutalidade sexual fazia parte do manual do Hamas (The New York Times, 2024, tradução nossa).

No seu perfil encontrado no The New York Times,⁷³ o jornalista descreve-se como alguém que acredita na “necessidade de salvaguardar as instituições da democracia no país e no estrangeiro” (The New York Times, tradução nossa). Contudo, o autor não fez qualquer esforço para criticar as investidas antidemocráticas do governo de Israel contra palestinos. Em nenhum dos seus artigos foi encontrada a mesma indignação em relação ao genocídio em curso, ou em relação à violência sexual cometida contra palestinos. As demais matérias de opinião escritas por outros autores — com exceção das duas citadas que denunciam a violência israelense — também fazem críticas ao “silêncio de organizações feministas face aos crimes sexuais cometidos pelo Hamas”.

De maneira mais sutil, as reportagens em geral — que não tratam especificamente da violência sexual cometida pelo Hamas — apontam o “uso sistemático de violência sexual” como um dos crimes cometidos no 7 de outubro de maneira incontestada, como se esse discurso não se constituísse um objeto de disputa. Para fins de exemplo: “O legislador democrata foi chamado de “mentiroso” pelos presentes, depois de ter tentado inserir uma referência ao uso de violência sexual pelo Hamas contra as mulheres israelenses (há muitas provas do ataque do

⁷³ De acordo com informações encontradas no seu perfil no The New York Times, o jornalista se descreve assim: “Sou frequentemente descrito como um conservador, embora tenha sido um crítico severo da direção do Partido Republicano. Acredito na livre iniciativa, no comércio livre, na liberdade de expressão e na necessidade de salvaguardar as instituições da democracia no país e no estrangeiro” (The New York Times, tradução nossa). THE NEW YORK TIMES. Bret Stephens. Disponível em: <https://www.nytimes.com/column/bret-stephens>. Acesso em 13 nov. 2024.

Hamis e do número de mortos em Israel)” (The New York Times, 2024, tradução nossa). Em outra notícia, das poucas que criticam Israel e que tem como foco denunciar a censura contra uma professora palestina presa pelo governo de Israel por criticá-lo e acusá-lo de usar a retórica do estupro como arma de guerra, o jornalista logo apontou: “Na quarta-feira, um novo relatório de uma comissão da ONU, que investigou o ataque de 7 de outubro, documentou casos de violência sexual contra mulheres e homens durante o ataque e contra algumas das pessoas raptadas” (The New York Times, 2024, tradução nossa).

O que se observa nessas reportagens é que o jornal não abriu muito espaço para narrativas divergentes. Como apontado, funcionários do NYT criticaram internamente a famosa notícia *Screams Without Words’: How Hamas Weaponized Sexual Violence on Oct. 7*. Além do mais, os relatos e denúncias do lado palestino foram — quando não minimizados pelo uso de linguagem ou desproporção quantitativa de matérias — tratados de maneira secundária. Conclui-se, portanto, que o NYT trouxe para o palco da guerra uma narrativa específica, narrativa alinhada com a posição do governo dos Estados Unidos e do governo de Israel. Dessa forma, a descrição de imagens impactantes de crimes sexuais foi empregada para sustentar a narrativa de uma suposta busca por “justiça de gênero”. Enquanto isso, o genocídio em Gaza foi relegado a um papel secundário, uma vez que, segundo o discurso dominante, os crimes atribuídos ao inimigo — reduzidos à motivação do antissemitismo — serviram para justificar a “reação” de Israel.

Folha de S. Paulo

A Folha de S. Paulo surge em 1960, na capital do estado de São Paulo, após a fusão de três jornais — Folha da Noite, Folha da Manhã e Folha da Tarde — voltado à classe média urbana de SP. A linha editorial nessa época defendia os interesses dos proprietários rurais paulistas. Em 1962, os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho compram a Folha e, a partir dessa época, o jornal passou a apoiar as manifestações pró-golpe de 1964 (KUSHNIR, 2012). O passado da Folha, portanto, está atrelado ao conservadorismo e ao apoio à ditadura. Contudo, foi um dos primeiros a defender a abertura política e a campanha Diretas Já pela redemocratização do país. Atualmente, o jornal é controlado apenas pela família Frias, desde a saída de Carlos Caldeira em 1992. De acordo com seu site, o Grupo Folha — um dos principais conglomerados de mídia do Brasil — controla as seguintes empresas além da Folha de S. Paulo: “seu site noticioso (folha.com.br), o Datafolha, um dos institutos de pesquisa mais respeitados do país, uma agência de notícias (Folhapress) e o Centro Tecnológico Gráfico-Folha (CTG-F),

um dos maiores e mais modernos parques gráficos da América Latina. É sócio da SPDL, empresa de distribuição e logística estabelecida com o jornal ‘O Estado de S. Paulo’.”⁷⁴

Ao escolher a Folha de S. Paulo, foram analisadas as notícias que envolviam o tema desde 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024. A ferramenta de busca do site do jornal possui a opção de buscar por período e por seção. Para englobar todas as notícias a partir do 7 de outubro, foi feita a busca por “último ano”. Para não perder nenhuma notícia vinculada ao tema, foi escolhida, na parte “seções”, a opção “tudo na Folha” para depois retirar as notícias que não teriam relação com o tema. As palavras-chaves utilizadas foram: *Violência sexual Israel Palestina*; *Violência sexual Hamas*; *Violência sexual Palestina*; *Estupro mulheres israelenses*; *Estupro mulheres palestinas*. As notícias repetidas foram retiradas do banco de análise. No total, foram 39 notícias selecionadas. O parâmetro para a escolha de notícias relacionadas com tema envolveu a menção da questão da violência sexual na guerra desde 7 de outubro até 13 de junho. Se a notícia fez referência à violência de gênero nesse contexto, também foi incluída no rol de análise.

Em primeiro lugar, ao analisar as notícias, observou-se a influência do jornal The New York Times na escolha editorial da Folha de S. Paulo. Além de ter reproduzido a reportagem do jornal estadunidense acerca da alegação de violência sexual sistemática contra mulheres israelenses, seus artigos de opinião citam mais de uma vez a reportagem “Como o Hamas fez da violência sexual uma arma nos ataques de 7 de outubro”. Em uma coluna da Folha de S. Paulo, a escritora israelita Becky S. Koerich afirma no seu artigo intitulado “Mata, mas não estupra” sobre cenas de um vídeo (que não foi divulgado publicamente e, portanto, sem fontes para serem usadas) de crimes cometidos contra mulheres de Israel pelo Hamas no 7 de outubro:

Quem não tem estômago para ver as cenas, basta ler o relato que o jornal The New York Times publicou recentemente, baseado em provas contundentes, com detalhes dolorosos de crimes. São registros perturbadores da humanidade se automutilando, do mal em seu estado bruto. Mulheres e adolescentes imploravam pelo fim. Mas o mal personalizado em vermes humanos negou a elas esse direito: morrer era pouco, elas mereciam mais. Mereciam o pior dos sofrimentos. Porque eram mulheres. Porque eram judias. Torturaram, humilharam, rasgaram vaginas, arrancaram seios, quebraram ossos. Atiraram em vaginas, cravaram pregos em virilhas, arrancaram unhas e olhos e feto, deceparam. Os vermes estupravam com ódio: pelo ódio. Estupraram sem se importar com cadáveres ao redor — o tesão, objetificado nos corpos de mulheres, era justamente pela barbárie. O tesão era pela repulsa, não pela atração como acontece com pessoas normais. Filme de terror. (Folha de S. Paulo, 2024).

⁷⁴ FOLHA UOL. Conheça o Grupo Folha. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em: 19 mai.2024.

Os artigos de opinião publicados no jornal com relação a esse tema seguem a mesma orientação ideológica. Dos nove textos de opinião, apenas um divergiu desse tipo de posicionamento. Nesse, denominado de “Gaza entre o silêncio e as *fake news*”, o jornalista Salem Nasser critica a escolha editorial da Folha de S. Paulo na cobertura da guerra em Gaza e aponta que “o jornal escolheu o seu lado”. Nasser critica um artigo da colunista Mariliz Pereira acerca da notícia do NYT. Nas palavras do jornalista:

Perdeu também a capacidade de instigar, sobre os acontecimentos, alguma reflexão informada por análises iluminadas [...] Uma base em que se pode apoiar a ideia de equilíbrio sustentada pelo jornal é dada pela ideia de que a existência de ocupação, de apartheid, de limpeza étnica, de genocídio é objeto de disputa, questão de opinião. Ao não ter a coragem de dizer que não é assim, continua a permitir livre curso à mentira que se fantasia de equidistância. [...] Enfim, enquanto folheava o jornal na manhã de quarta-feira passada (10), não me surpreendi com o fato de que ele passava em silêncio sobre a guerra de Gaza. Tampouco me surpreendi com o fato de que na última folha, na coluna de Mariliz Pereira Jorge, o tema aparecesse na forma de falsas notícias. A colunista tem insistido em relatar fatos que não aconteceram no dia 7 de outubro. Diz que o New York Times, a ONU e a BBC confirmam, por exemplo, a violência sexual contra as mulheres, quando todos esses desmentiram as notícias. (Folha de S. Paulo, 2024).

Como é observado por Nasser, a acusação de violência sexual (difundida pela reportagem do The New York Times) foi usada diversas vezes pelas colunas de opinião. As colunistas acusaram as organizações feministas e as Nações Unidas de silêncio, quando a agressão sexual acomete mulheres judias e utilizaram a retórica do antissemitismo, a exemplo dos artigos: “O feminismo abandonou as judias”; “Misoginia antissemita”; “ONU descobre o estupro na guerra”. Nenhum desses artigos denunciou o silêncio em relação à matança das mulheres palestinas, ao estupro, ao bloqueio de comida e de recursos de menstruação⁷⁵ (sendo a pobreza menstrual uma preocupação feminista fundamental).

Ademais, em relação às outras notícias veiculadas pelo jornal, de caráter informativo, que em princípio seriam “mais imparciais” do que as opinativas, poucas relataram as agressões de cunho sexual que sofreram palestinos pelo governo de Israel. Das 39 notícias analisadas, apenas essas três trataram, especificamente, sobre violências de cunho sexual cometidas por Israel contra os palestinos: “Palestinos detidos por Israel relatam espancamentos e humilhações, diz UNRWA”; “Soldados de Israel gravam vídeos 'brincando' com calcinhas de palestinas em Gaza”; Palestinos detidos em base militar acusam Exército de Israel de praticar tortura”. Nota-se que mesmo nessas escassas reportagens, a atenção linguística conferida ao crime de

⁷⁵ ORIENTXXI. The Hushed Ordeal of Palestinian Women. Disponível em: <<https://orientxxi.info/magazine/the-hushed-ordeal-of-palestinian-women,7145>>. Acesso em 13 nov. 2024.

“violência sexual” não recebe a mesma proporção que a dada aos textos que tratam sobre mulheres israelenses: nenhuma dessas manchetes, por exemplo, apresenta a palavra “violência sexual” ou “estupro”, ao contrário das inúmeras manchetes que denunciam, quando o crime é, em tese, cometido pelo Hamas (a exemplo dessas últimas: “ONU divulga relatório que aponta violência sexual contra mulheres cometida pelo Hamas”, “Hamas mutilou e estuprou mulheres antes e depois de mortas’: os relatos de atrocidades no ataque a Israel”; “Como o Hamas fez da violência sexual uma arma nos ataques de 7 de outubro”; “Hamas estuprou mulheres ao invadir Israel, dizem Biden e Netanyahu; terroristas negam” ; “Refém israelense diz ter sofrido abuso sexual e tortura de membros do Hamas em Gaza”; “Israel tenta montar 'quebra-cabeças' da violência sexual da qual acusa o Hamas”). Além disso, essas três reportagens foram produzidas por jornais externos: a primeira e a última pelo The New York Times e a segunda pelo Reuters. Isso demonstra que a Folha de S. Paulo não produziu nenhum texto — seja de opinião ou de caráter informativo — que denuncie, a partir de fontes palestinas, a violência sexual cometida pelo governo de Israel.

Em uma dessas três reportagens, por exemplo, os termos “assédio sexual”, “violência sexual” ou “estupro” são citados apenas em segundo plano, no final da reportagem, e entre aspas ao se referir ao trecho do relatório da UNRWA que, claramente, se configura como alegações de violência sexual:

No texto, uma prisioneira libertada descreve como um oficial israelense ameaçou matar toda a sua família em um ataque aéreo, se ela não fornecesse mais informações aos israelenses. Outro disse que foi forçado a sentar em uma sonda elétrica que queimou seu ânus. Alguns palestinos libertados disseram aos trabalhadores humanitários que foram espancados em seus genitais, revistados de forma agressiva e apalpadados sexualmente, afirma o relatório da UNRWA. Mulheres relatam terem sido forçadas a se despir na frente de oficiais homens, sugerindo que alguns dos incidentes "podem configurar violência e assédio sexual" (Folha de São Paulo, 2024).

Mesmo nas reportagens que não tratam especificamente sobre a temática da violência sexual, mas que apenas a mencionam sem aprofundamento, a análise mostra que a violência sexual foi citada, em sua maioria, apenas como alusão aos casos contra mulheres israelenses e, na maioria das vezes, no sentido de constituir uma das violações do direito internacional cometidas pelo Hamas, “junto com o sequestro de civis”, das quais Israel estaria no seu direito de defesa. Assim, observa-se que há apenas uma narrativa preponderante no jornal acerca dessa temática: a violência sexual usada como arma de guerra pelo Hamas, sem nenhum contraponto. Em uma entrevista realizada à Folha com o embaixador de Israel, Daniel Zonshine, na qual o jornalista faz uma pergunta relacionada ao relatório da ONU, que aponta para “informações

convincentes” de que houve violência sexual no 7 de outubro cometida pelo Hamas, o embaixador faz a seguinte afirmação:

A narrativa é que tem um lado sofrendo e um lado agressivo. O que nós tentamos fazer é evitar a repetição disso [aponta para o relatório], do ataque. E talvez [o relatório mostre] um pouco sobre a natureza de quem temos de enfrentar. O que nós encontramos lá foi crueldade pura. E tem declarações de líderes do Hamas no sentido de que, se tiverem oportunidade, vão fazer novamente. Para nós é importante que o mundo entenda isso (Folha de S. Paulo, 2024).

Portanto, a violência sexual foi usada pelo embaixador, nessa entrevista, como forma de legitimar a ação israelense no território palestino. Ao apontar “a natureza do que estamos enfrentando”, as agressões de cunho sexual assumem o papel de mudar a visão pública acerca do conflito. O tom do embaixador, na entrevista, aponta a sua perspectiva de que os mais de 30 mil mortos são apenas danos colaterais da única reação esperada e possível do governo israelense.

Desse modo, o padrão de notícias do jornal revela que as mulheres palestinas mal são citadas e, quando são, são utilizadas para reforçar a ideia orientalista de binarismo na qual as mulheres árabes são as vítimas do patriarcado e os homens árabes são “atrasados”. Em um texto de opinião intitulado “A mulher que peitou o Hamas”, da coluna de Becky S. Korich, a autora afirma:

Em Gaza, desde a ascensão do Hamas ao poder (2007), os níveis de violência à mulher são alarmantes. Uma pesquisa realizada em 2022 apontou que 37,5% das mulheres casadas em Gaza tinham sofrido violência doméstica nos 12 meses anteriores. Porém, poucas têm a coragem de denunciar e preferem tolerar os abusos para manter a unidade familiar. Crimes são tacitamente permitidos pelo governo do Hamas —se não explicitamente tolerados— para preservar dano à honra dos homens, é claro. Códigos de recato (que incluem a obrigatoriedade do hijab), casamentos precoces de meninas, limitações aos poderes públicos e às atividades de lazer são uma realidade em Gaza. Esses animais bárbaros sempre têm como alvo as mulheres (Folha de S. Paulo, 2023).

Outro artigo de opinião (“O estupro como arma de guerra”) de autoria da jornalista Mariliz Pereira Jorge reproduz a mesma ideia: “No caso do Hamas, há outro ingrediente nefasto nessa motivação: mesmo mulheres de sua origem são consideradas propriedade, cidadãos de segunda categoria. O testemunho de uma mulher vale menos do que o de um homem. Desigualdade de gênero é a norma” (Folha de S. Paulo, 2024). Em outro texto publicado nesse período que chamou a atenção pelo caráter orientalista, intitulado de “Preciso de ajuda para tirar meus sete filhos de Gaza’, diz brasileira”, traz o relato de uma brasileira que se casou com um membro do Hamas e que alega ter sofrido violência sexual e constantes agressões por ele. A

entonação do relato mais uma vez corrobora com o estereótipo dos homens árabes e a divisão orientalista que dispõe o Oriente como inferior ao Ocidente. A narrativa desses textos publicados na Folha remete ao artigo “As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros” publicado pela antropóloga palestina-americana Lila Abu-Lughod. A autora inicia o texto com uma crítica ao discurso de libertação das mulheres afegãs como legitimador da “Guerra ao terror”. O seguinte trecho do seu artigo encaixa-se no contexto das notícias analisadas, ao trocar “Estados Unidos” por “Israel”:

[...] a questão é porque saber sobre a “cultura” da região e particularmente suas crenças religiosas e o tratamento dispensado às mulheres era mais urgente do que explorar a história e o desenvolvimento dos regimes repressivos na região e o papel dos Estados Unidos nessa história. Tal enquadramento cultural, me pareceu, obstava a exploração séria das raízes e da natureza do sofrimento humano nessa parte do mundo. Em vez de explicações políticas e históricas, solicitavam-se dos especialistas explicações culturais. Em vez de questões que talvez levassem à exploração das interconexões globais, ofereceram-nos outras que serviam para artificialmente dividir o mundo em esferas separadas – recriando uma geografia imaginária do Ocidente em oposição ao Oriente, nós em oposição aos muçulmanos, culturas nas quais primeiras-damas dão discursos em oposição a outras nas quais as mulheres andam contidas e silenciosas em burcas. (Abu-Lughod, 2012, p. 453).

Da mesma forma que ocorreu na guerra no Afeganistão contra o Talibã, o discurso identificado como pertencente ao “feminismo ocidental”, no atual conflito, busca obter o apoio de mulheres em prol da guerra “contra o Hamas” ou “contra o terrorismo” para justificar a invasão e os bombardeios israelenses em Gaza. Como discutido no capítulo “Violência Sexual como arma de guerra” deste trabalho, não é a primeira vez que a necessidade de salvação de mulheres árabes e muçulmanas é mobilizada para legitimar guerras, sobretudo coloniais. A “obsessão” pela causa das mulheres árabes não é uma novidade; a ocupação colonial francesa na Argélia, por exemplo, tomou como símbolo de “libertação feminina” a retirada de véus das mulheres argelinas pelas mulheres francesas em cerimônia francesa.

A crítica às notícias veiculadas pela Folha que portam esse tom de salvação em relação às mulheres palestinas e de demonização dos homens palestinos (que mal são citados nas reportagens, e, portanto, cria-se o imaginário de identificação generificado, que atribui a esses homens a imagem de terrorista) não constitui uma defesa da violência que foi ou não cometida pelo Hamas, ou por demais homens palestinos, mas sim um alerta aos perigos de reproduzir — acriticamente — estereótipos negativos sobre uma população a fim de angariar a opinião pública a favor de um genocídio.

Como salienta Abu-Lughod, a crítica não busca, através do relativismo cultural, relativizar tudo, até mesmo violências — apesar da importância do relativismo, historicamente no advento da Antropologia, na superação de ideais de superioridade imperialistas. A saída é, portanto, desconfiar de discursos que dizem que mulheres árabes precisam ser salvas de suas comunidades por movimentos ocidentais que sequer consideram as suas reivindicações reais. Além disso, discursos que demonizam homens racializados, sem criticar os processos de colonialismo e de massacres perpetrados pela lógica do “necropoder”, discursos que fabricam os lugares onde esses homens vivem, são vazios e servem ao discurso dos colonizadores, tal qual a obsessão pela “submissão” das mulheres argelinas serviu ao governo francês na guerra da Argélia. Essa retórica é usada para reafirmar o senso de superioridade em relação ao “outro”, que é construído pelo Ocidente, sob estigmas que, quando não o desumaniza ou o barbariza, torna-o passivo como um ser a-histórico e sem agência política.

Na Palestina, os movimentos feministas compreendem que a libertação feminina não ocorre sem a libertação da opressão colonial israelense (MATOS, 2022). O feminismo palestino entende que a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres palestinos é dificultada, quando os filhos e maridos de mulheres palestinas continuam a ser assassinados e presos pelo Exército de Israel. Desse modo, a polarização que identifica o patriarcado como a única forma de opressão existente, contribui para a cegueira em relação aos demais problemas sistêmicos que são reivindicados por mulheres de diferentes partes do mundo. Como apontado anteriormente, as mulheres palestinas organizam-se em torno de demandas feministas desde o início do século XX, desde o domínio do Mandato Britânico. Essas associações persistem até os dias atuais, apesar da tentativa do governo israelense em desmoralizá-las.

Em 2021, o governo de Israel classificou seis ONGs palestinas como associações terroristas,⁷⁶ dentre essas estavam três que lutam pelo direito das mulheres e pelo fim da colonização da Palestina, a Al-Haq, o Centro Bisan para Pesquisa e Desenvolvimento e a Sociedade Palestina de Mulheres Trabalhadoras para o Desenvolvimento, além de outras ONGs que lidam com crianças, prisioneiros, trabalhadores camponeses e outros grupos vulneráveis. Na época, a alta-comissária da ONU, Michelle Bachelet, denunciou a decisão israelense e afirmou que essas ONGs “têm uma das melhores reputações de Direitos Humanos nos

⁷⁶ NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Decisão de Israel contra ONGs fere os direitos humanos. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/155791-decis%C3%A3o-de-israel-contra-ongs-fere-os-direitos-humanos>>. Acesso em 13 nov. 2024.

territórios ocupados palestinos e trabalham em parceria com as Nações Unidas há décadas”⁷⁷, além de documentarem diversos abusos de Direitos Humanos que incluem análises de gênero.

De acordo com a historiadora Christelle Taraud (2022) que escreveu um livro sobre a história do feminicídio, ela destaca que a Palestina vive uma situação de dominação política que é encarnada por um patriarcado de forte intensidade — expresso pelo estado de Israel. Nesse sentido, a pesquisadora demonstra que há uma ligação entre a dominação colonial e o alto número de feminicídios dentro da comunidade palestina. Os feminicídios que são cometidos contra mulheres dentro da comunidade palestina — denominados de crimes de honra — são condicionados por um espaço colonial segregado e marcado pela brutalidade da tirania da violência cotidiana, perpetrada pelo governo de Israel. Por conseguinte, é a partir desse contexto que tais crimes devem ser analisados, e não a partir de um viés que leva em conta apenas o indivíduo, a família ou, sobretudo, a diferença cultural.

Em seu artigo, “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico decolonial” (2012), a antropóloga Rita Segato discorre sobre o conceito de patriarcado de alta e de baixa intensidade em contextos coloniais na contemporaneidade. De acordo com Segato, o feminicídio é uma invenção da modernidade colonial: “A ocupação depredadora dos corpos femininos ou feminizados se pratica como nunca até aqui e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar restos” (SEGATO, 2012, p. 108). Apesar da autora citar comunidades indígenas, sua análise pode ser compreendida no contexto palestino que vive sob ocupação colonial. De acordo com Segato, o “processo colonizador” acentua as hierarquias já existentes internamente no tecido comunitário, como as de gênero. Os homens sofrem de emasculação em relação à força e domínio dos homens colonizadores, o que os leva a reproduzir esse poder (o qual os oprime externamente) dentro de suas comunidades. Segato denomina esse processo de “violentogênico” que se traduz nessa “hiperinflação” masculina (SEGATO, 2012, p. 120). Assim, o patriarcado de baixa intensidade dessas comunidades — nas quais havia hierarquia de gênero — torna-se exacerbado pelo contato com o patriarcado de alta intensidade expresso pela violência diária do Estado opressor, que nesse caso é Israel, e as maiores vítimas constituem o círculo familiar desses homens racializados, ou seja, as mulheres e filhos.

De volta às reportagens do jornal pesquisado, muitas das matérias analisadas na Folha de S. Paulo — de caráter informativo e opinativo — tratam sobre o relatório da ONU, publicado em março deste ano, na qual a organização, após realizar uma investigação, afirmou ter

⁷⁷ Ibidem.

“motivos para acreditar” que estupros e outros tipos de violência sexual contra mulheres israelenses foram cometidos pelo Hamas. Esse relatório foi divulgado em meio às tensões entre o governo de Israel e a ONU, que eclodiram ao longo do conflito: enquanto as Nações Unidas têm repudiado publicamente os crimes do direito internacional cometidos por Israel em Gaza, as autoridades israelenses acusaram os órgãos das Nações Unidas de silêncio em relação às violações sexuais cometidas contra as mulheres israelenses e ainda de compactuarem com o Hamas por não o reconhecerem como grupo terrorista. Assim, após a divulgação desse relatório, a ONU foi acusada de ter feito as denúncias tardiamente, como mostram as matérias da Folha de S. Paulo (a exemplo: “Israel acusa ONU de abafar relatório sobre violência sexual cometida pelo Hamas”).

No entanto, um relatório feito pela ONU, em fevereiro deste ano, que denunciou estupros, violência sexual e ameaças de estupro contra mulheres e meninas palestinas pela força israelense (que inclui exército, polícia, funcionários de prisão) não recebeu atenção midiática.⁷⁸ Nenhuma notícia sobre esse relatório foi encontrada na Folha de S. Paulo. O relatório também apontou para prisões arbitrárias de mulheres e crianças palestinas, como sendo algo que não acontece há anos em Gaza e na Cisjordânia. O governo israelense negou as acusações e atribuiu motivações antissemitas e anti-Israel para tais denúncias. Entretanto, outro relatório feito, dessa vez por uma ONG israelense, *Physicians for Human Rights Israel (PHRI)*, chamado de *Systematic Violations of Human Rights, The incarceration conditions of Palestinians in Israel since October*⁷⁹, demonstrou nas suas 41 páginas testemunhas de “degradantes tratamentos e sérios abusos” (tradução nossa), incluindo casos não isolados de violência sexual, assédio, tortura e humilhação. Ademais, o relatório expõe que a quantidade de palestinos detidos no sistema penitenciário de Israel subiu de 5.500, antes do 7 de outubro, para 9000 em janeiro de 2024. Quase um terço dos detentos estão presos sem terem recebido uma acusação e sem serem levados a julgamento.

O jornal, entretanto, publicou duas reportagens acerca do relatório da ONU, divulgado no dia 12 de junho de 2024, sobre os crimes de guerra cometidos — dentre os quais está a violência sexual — pelo governo de Israel e pelo grupo do Hamas de acordo com a investigação feita pela organização. Em uma das reportagens (“Israel e Hamas cometeram crimes de guerra, aponta ONU em relatório que cita tortura”), a violência sexual é atribuída como

⁷⁸ ORIENTXXI. The Hurshed Ordeal of Palestinian Women, Disponível em: <https://orientxxi.info/magazine/the-hushed-ordeal-of-palestinian-women,7145>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁷⁹ PHYSICIANS FOR HUMAN RIGHTS. Systematic Violation of Human Rights: The incarceration conditions of Palestinians in Israel since 7 october. Disponível em: <https://www.phr.org.il/wp-content/uploads/2024/02/5845_Imprisoned_Paper_Eng.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

responsabilidade apenas do Hamas, enquanto que, para Israel, é utilizado o termo “perseguição de gênero”. Na outra (“O que diz o relatório da ONU que acusa Israel e Hamas de cometer crimes de guerra”), o grupo do Hamas é atribuído como terrorista — designação presente na maioria das notícias analisadas na Folha de S. Paulo, ainda que nem o Brasil e nem a ONU classifiquem o Hamas como grupo terrorista.⁸⁰ Além disso, observa-se uma diferença na linguagem utilizada nessa segunda reportagem. Em relação à acusação de crime de violência sexual contra Israel, a reportagem assinala que “foi registrada uma série de abusos sexuais contra mulheres em Gaza [...]” (Folha de S. Paulo, 2024). Já em relação à acusação do mesmo crime contra o Hamas: “os terroristas cometeram abusos contra mulheres de maneira sistemática durante o ataque de 7 de outubro, incluindo a remoção forçada de roupas; entretanto, a comissão não conseguiu comprovar que houve estupro [...]” (Folha de S. Paulo, 2024). Essas frases demonstram uma mudança na forma passiva para a forma ativa dos verbos que indicam, na primeira frase, a ausência de um agente e na segunda a presença do agente, os “terroristas”. Essas questões linguísticas, apesar de parecerem sutis, revelam omissões e escolhas terminológicas fundamentais para a análise do viés do jornal.

Para finalizar a seção de análise de notícias da Folha de S. Paulo, conclui-se que há uma desigualdade na produção das matérias. Longe de ser imparcial, a Folha assumiu um lado explícito a favor das forças israelenses na guerra em Gaza. Isso é demonstrado pela sua omissão nas denúncias das violências perpetradas contra o povo palestino, a quase inexistência de fontes e relatos palestinos, o viés orientalista de suas matérias e a minimização dada à violência sexual, quando os atingidos são a população palestina. A violência sexual é, nesse jornal, na maior parte das vezes, manipulada como retórica a fim de legitimar o genocídio.

AL JAZEERA

A Al Jazeera foi o primeiro canal independente de notícias árabe, criado em Doha, em 1996, pelo emir do Catar, e marcou o fim do monopólio saudita sobre os veículos midiáticos árabes. Até a sua criação, os meios de comunicação árabes eram controlados pelo governo da Arábia Saudita. Após a sua fundação, o canal de informação transformou significativamente a mídia do Oriente Médio e passou a exercer um papel importante na dinâmica política da região.

⁸⁰ AGÊNCIA BRASIL. Entenda por que o Brasil não trata o Hamas como organização terrorista. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2023-10/entenda-porque-o-brasil-nao-trata-o-hamas-como-organizacao-terrorista>. Acesso em 13 nov. 2024.

Na Primavera Árabe (2011), o canal foi fundamental, sobretudo na divulgação de informações a partir de dentro dos países envolvidos e adotou uma posição favorável aos protestos, o que levou ao descontentamento de muitos líderes árabes. Ademais, representantes do governo dos Estados Unidos chegaram a criticar a cobertura do jornal na invasão estadunidense do Afeganistão e do Iraque e acusaram o jornal de difundir ideias inflamatórias ligadas ao terrorismo.

Regionalmente, o formato do canal contrapõe-se aos canais de TV que ainda são, em sua maioria, controlados pelos governos árabes. Fora da região, a Al Jazeera transformou-se em um canal de informações que atingiu uma grande audiência em diversos países (dentro e fora do mundo árabe) e que passou a transmitir uma perspectiva contraposta às dos grandes veículos ocidentais sobre as questões que envolvem os países árabes. Para garantir a sua expansão em países não árabes, a versão em inglês da Al Jazeera foi lançada em 2006. Essa versão em inglês auxiliou a retirar a imagem internacional do veículo como um canal antiocidental. De acordo com o seu site⁸¹, o canal tem mais de 70 escritórios ao redor do mundo e mais de 3000 funcionários oriundos de mais de 95 países. O canal, portanto, formou um espaço transnacional que se apresenta como um meio que “traz vários ângulos para a mesma história, informando e empoderando suas audiências”⁸² (tradução nossa). De acordo com o jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil, a Al Jazeera construiu uma estrutura que lhe permitiu esquivar-se das censuras locais e, portanto, fomentar um espaço público de debates aprofundados com pontos de vistas diferenciados: “Estruturado por canais de TV por satélite e por jornais pan-árabes, aos quais se acrescentam a Internet, os blogs e as redes sociais, esse espaço tornou-se um centro de gestação no qual se formam opiniões e preferências políticas a respeito de todas as questões que agitam a região”.⁸³

As críticas relacionadas ao canal tendem a ligar a linha editorial da Al Jazeera aos interesses diplomáticos do governo catari. Contudo, o histórico de reportagens do canal, tendo em vista a sua oposição aos governos árabes na Primavera Árabe, aponta que a Al Jazeera se tornou um “fenômeno árabe” que exerce um papel na região muito mais complexo e abrangente. De acordo com Philip Seib (2008), a Al Jazeera inaugurou um paradigma na “nova mídia” que é compreendido como “Efeito Al Jazeera”. A “nova mídia” sob efeito da Al Jazeera adquiriu

⁸¹ AL JAZEERA. About us. Disponível em: <https://network.aljazeera.net/en/about-us>. Acesso em 13 nov. 2024.

⁸² Ibidem.

⁸³ LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. O efeito Al Jazeera. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-efeito-al-jazeera/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

uma grande base popular e deixou de ser apenas um veículo de comunicação, que, por conseguinte, passou a ser um instrumento que tem a força de influenciar a política internacional.

A ideia do termo “efeito Al Jazeera” advém do termo “efeito CNN”⁸⁴, cunhado na década de 90, que foi utilizado para designar como os novos formatos tecnológicos dos veículos midiáticos — como a cobertura televisionada ao vivo por 24 horas de conflitos que ocorrem em outro lugar do mundo — podem causar efeitos sobre as elites e audiências locais, e, por conseguinte, provocar reações políticas acerca de eventos internacionais. A Guerra do Golfo, em 1991, marcou esse momento de influência da CNN no público e políticos estadunidenses, tendo em vista que “foi a única rede norte-americana que transmitiu imagens e reportagens diretamente do front do Iraque” (RODRIGUES, 2020, p. 6). Nas Relações Internacionais, o “efeito CNN” não se restringe ao veículo da CNN, mas faz alusão a um novo paradigma do papel midiático — com suas novas estruturas de comunicação — que passou a influenciar as agendas políticas de governos, tal qual os Estados Unidos. A Al Jazeera segue o mesmo modelo da CNN com *Talk shows* e programas ao vivo, contudo, o efeito diferencial da Al Jazeera, como novo paradigma, é que esta passou a contrabalancear a narrativa da grande mídia ocidental.

Assim como em todos os veículos midiáticos selecionados, na seleção de notícias da Al Jazeera, versão em inglês, foram analisadas as notícias que envolviam o tema desde 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024. Contudo, a ferramenta de busca do site não é tão bem elaborada como a dos demais sites: possui apenas a opção de buscar por palavra, data (do mais recente para o mais antigo) e relevância. Além disso, apresenta um limite de notícias, sendo 100 notícias por pesquisa. Para não perder, nem as mais recentes e nem as mais relevantes, foram analisadas as notícias pelas duas opções e eliminadas as que não compreendiam a data limite. Observa-se que dentro das 100 mais relevantes e das 100 selecionadas por data, dentro das palavras-chaves inseridas, a grande maioria das notícias eram repetidas. Além disso, algumas não tinham relação direta com a temática, e, portanto, também foram retiradas da análise. Assim, a partir das palavras de busca *Sexual violence israel palestine*, 74 notícias foram usadas na análise da pesquisa. O parâmetro para a escolha de notícias relacionadas com tema envolve a menção da questão da violência sexual na guerra desde 7 de outubro de 2023 até 13 de junho de 2024. Se a notícia fazia referência à violência de gênero nesse contexto, também era incluída no rol de análise.

Inicialmente, ao analisar as notícias, uma ferramenta utilizada pelo jornal já chama a atenção: diariamente, a Al Jazeera publica um canal denominado de *Israel's war on Gaza*

⁸⁴ Remete à emissora estadunidense *Cable News Network* (CNN).

updates e *Israel-Hamas War*, nos quais o veículo faz uma página ao vivo com atualizações dos acontecimentos mais importantes do dia, especificamente voltados à guerra em Gaza, e um pequeno resumo dos eventos mais importantes do dia. Nessas páginas, é possível fazer uma análise da linguagem usada no título do canal: “Atualizações da guerra de Israel em Gaza” (tradução nossa) aponta, em primeiro lugar, o agente que é “Israel”, ou seja, uma guerra produzida por Israel em Gaza. Ademais, ao fazer uma cobertura específica desses eventos, de forma diária através de um canal ao vivo, observa-se uma preocupação central do jornal em difundir informações sobre essa guerra. Outra observação que merece ser feita acerca desse canal diário é sobre os tipos de notícias nele encontradas. No dia 5 de março, por exemplo, no canal *Israel’s war on Gaza updates: Israel kills three as US envoy visits Beirut*, — que entrou no rol de notícias selecionadas para análise — uma das notícias veiculadas foi a morte de um adolescente palestino devido a lesões após ataques de Israel na cidade de Jenin. No mesmo dia, a morte de um jornalista foi noticiada, junto com a informação sobre a quantidade de jornalistas mortos em Gaza. Esse padrão de notícias repete-se na cobertura diária da Al Jazeera. Observa-se que esse tipo de notícia foi raramente publicado na cobertura da mídia hegemônica tradicional.

Em relação à temática sobre violência sexual na guerra, ela é mencionada, de acordo com os parâmetros de data, em 74 notícias. Muitas vezes, aparece nos canais de notícias ao vivo mencionados acima. O *Israel-Hamas war: List of key events, day 55*, por exemplo, traz o relato de um palestino liberto das prisões israelenses sobre como a violência sexual era usada para ameaçar prisioneiras mulheres pelas forças de Israel. A AL Jazeera também publicou uma matéria acerca do relato de uma jornalista palestina presa por escrever sobre as violações cometidas por Israel. Nesse relato, a escritora descreve as condições desumanas da prisão e a maneira como o estupro foi utilizado como ameaça nos interrogatórios. A Al Jazeera, portanto, através desses canais de notícias e de matérias como essas que trazem relatos individuais de palestinos, abre espaço para que ecoem histórias que, frequentemente, são marginalizadas — ou veladas — pela mídia hegemônica ocidental. Como aponta Rial em seu artigo sobre o silêncio da mídia em relação ao estupro das mulheres iraquianas pelos soldados estadunidenses: “Muitas das mulheres iraquianas (árabes e muçulmanas) estupradas por homens ocidentais não têm nome, não se fala das atrocidades cometidas contra elas e seus algozes permanecem incógnitos, embora vistam uniformes com insígnias reconhecíveis” (RIAL, 2007, p. 139). Por conseguinte, a Al Jazeera, ao confrontar a narrativa hegemônica, abriu espaço para o reconhecimento da violência sofrida por esses indivíduos.

Em nenhum momento a Al Jazeera deixou de informar sobre as acusações contra o Hamas. Contudo, diferente do The New York Times e, sobretudo, da Folha de S. Paulo, o jornal não se limitou a essa narrativa. Ademais, o contexto é bem explicitado nas notícias que tratam da guerra e a desproporção de forças é elucidada, como consta em uma das reportagens acerca do relatório da ONU sobre a possibilidade de estupros cometidos pelo Hamas no 7 de outubro: “A guerra de Israel contra Gaza devastou o território sitiado, matando mais de 30.500 pessoas, segundo as autoridades sanitárias palestinas, e deslocando mais de 80% da população. Segundo a ONU, um quarto dos 2,3 milhões de habitantes de Gaza passa fome” (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

A notícia tida como mais relevante (de acordo com o filtro do site) foi a intitulada: *UN experts warn of Israeli violations against Palestinian women, girls* (Especialistas da ONU alertam acerca das violações Israelenses contra mulheres e meninas Palestinas, tradução nossa). Nessa reportagem, a Al Jazeera aponta os relatos de especialistas da ONU sobre as condições deteriorantes de mulheres palestinas, incluindo meninas, nas prisões israelenses desde o 7 de outubro. Os especialistas apontaram agressões, fome e violência sexual cometidos contra essas mulheres. De acordo com a Al Jazeera, dentre essas mulheres e meninas palestinas, jornalistas e defensoras de Direitos Humanos foram arbitrariamente presas.

A Al Jazeera foi uma das mídias que teceu duras críticas à reportagem do The New York Times em relação à afirmação de violência sistemática feita pelo Hamas no dia 7 de outubro. No dia 2 de março de 2024, a Al Jazeera publicou um vídeo denominado de *The unravelling of the New York Times ‘Hamas rape’ story* que aponta as diversas problemáticas da reportagem sobre o estupro sistemático feito pelo The New York Times no final de dezembro de 2023, como já discutido na seção que analisa as notícias do jornal estadunidense. Além desse vídeo, A Unidade de Investigação da Al Jazeera (I - Unit) realizou uma investigação acerca do ataque de 7 de outubro e sobre os supostos crimes cometidos no dia, que resultou no documentário, publicado no dia 20 de março de 2024 — mencionado na introdução — intitulado de *October 7*. O documentário aponta que abusos foram cometidos pelo Hamas, e por diversas pessoas que não eram da organização e que entraram no território israelense durante a invasão, mas que várias das histórias tão difundidas no Ocidente, como a decapitação de bebês e o estupro sistemático de mulheres israelenses são infundadas. Ademais, mostra que algumas mortes foram possivelmente causadas pelas forças israelenses, tendo em vista os vídeos advindos dos helicópteros israelenses que bombardearam vários veículos e indivíduos —sem a identificação de se eram, ou não, membros do Hamas.

O documentário entrevistou especialistas e um dos membros da Zaka, responsável pela difusão de várias dessas histórias. Madeleine Rees, Secretária Geral da *Women's International League for Peace and Freedom*, também foi uma das entrevistadas que analisou a alegação de violência sexual sistemática no dia em questão. De acordo com Madeline, a violência sexual contra mulheres é um tipo de violência que ocorre na maioria dos conflitos e, por conseguinte, enquanto estupros pontuais ocorreram durante a invasão — sem a precisão, se por membros do Hamas, ou outras pessoas que saíram de Gaza —, não há como afirmar que essa foi uma violência sistemática utilizada pelo grupo. A ausência de evidência visual de estupros nos registros das câmeras foi algo que chamou a atenção dos investigadores. A afirmação de que houve um “estupro sistemático” não está de acordo com as evidências encontradas. O fato de que muitas casas de kibutz da região foram destruídas por armamento pesado demonstra que, muito provavelmente, foi obra das forças de Israel, tendo em vista que o Hamas não possui esse tipo de armamento (eles incendiaram as casas). O documentário, portanto, aponta uma questão central para este trabalho: a função da difusão dessas narrativas que busca desumanizar um povo para legitimar a sua dizimação.

A partir da análise das reportagens da Al Jazeera, foi possível observar que, para além do trabalho de investigação que buscou explicitar melhor os eventos e as histórias difundidas sem senso crítico pela mídia hegemônica ocidental, o jornal também se empenhou na produção de notícias que revelam o caráter desigual dessa mídia. A exemplo disso, no dia 12 de outubro de 2023, o canal publicou uma notícia com a manchete *White House walks back Biden's claim he saw children beheaded by Hamas*, na qual apontou que a notícia de decapitação de bebês não conseguiu ser confirmada pelos oficiais israelenses, e, portanto, a Casa Branca teve que retirar a declaração do presidente Biden na qual ele apontou que tinha visto “bebês decapitados”. Na mesma reportagem, o jornal cita os estupros como uma das notícias que, junto à decapitação de bebês, tem sido veiculada por diversas redes sociais como Facebook, X e TikTok e que chegou até o presidente dos Estados Unidos. O impacto disso é relatado pela notícia, já que a declaração de Biden tornou-se manchete em vários jornais ao redor do mundo. A notícia também aponta que a plataforma X tem sido a maior veiculadora de *fake news* na guerra.

A Al Jazeera desafiou a narrativa “oficial” dos Estados Unidos, muitas vezes de maneira sutil. No trecho a seguir, por exemplo, o jornal aponta a desigualdade dada às mulheres palestinas e israelenses pelo discurso do governo estadunidense:

As autoridades da Casa Branca transmitiram ao presidente Biden e ao vice-presidente Harris sua profunda preocupação com os horríveis relatos de

violência sexual cometidos por terroristas do Hamas em 7 de outubro e com os relatos de atos contínuos de violência de gênero contra os que estão em cativeiro”, afirmou. A Casa Branca não mencionou as conclusões da ONU sobre a violência sexual contra palestinos pelas forças israelenses (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

O jornal também apresentou diversas notícias que denunciam a violência sexual cometida contra palestinos desde o 7 de outubro, mais uma vez opondo-se à narrativa hegemônica do Ocidente, ao mostrar como esse tipo de violência perpetrada pelas forças israelenses tem sido presente. Uma reportagem fez um paralelo entre os abusos relatados pelos palestinos detidos nas prisões — como relatado em detalhes pelo jornal israelense *Haaretz* — e as torturas sofridas pelos presos em Guantánamo e em Abu Ghraib. Dentre as diversas violações cometidas, o abuso sexual é recorrente nesses relatos:

O relato de um prisioneiro diz o seguinte: “Um guarda começou então a enfiar cenouras no ânus de AH e de outros prisioneiros.” O documento apresentado por Adalah, HaMoked, Physicians for Human Rights Israel e PCATI descreve uma “escalada brutal”, caracterizada pelo que parece ser uma violência sistêmica, tortura e maus-tratos contra palestinos sob custódia israelita em sete prisões e centros de detenção diferentes desde o início da guerra em outubro. O que se vê no tratamento, desde o despir dos prisioneiros até aos maus-tratos que lhes são infligidos, passando pelo abuso dos atributos religiosos e raciais. Há absolutamente um paralelo. É inegável”. (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

As reportagens de caráter opinativo também apresentam um senso crítico em relação às notícias veiculadas pela mídia hegemônica ocidental e seu caráter orientalista. A reportagem intitulada *For feminists, silence on Gaza is no longer an option*, por exemplo, feito por Maryam Aldossari, pesquisadora em iniquidade de gênero no Oriente Médio, denuncia o silêncio das mulheres ocidentais em relação à violência israelense contra mulheres em Gaza e a sua cumplicidade com o genocídio em curso. Seu texto reflete o que foi discutido já neste trabalho, a visão orientalista que retira a agência das mulheres palestinas e que enxerga os homens palestinos de maneira desumanizada:

Esta catástrofe está a acontecer às claras, mas a maioria das feministas na Grã-Bretanha, e mais geralmente no Ocidente, parece não ter nada a dizer sobre isso. Gradualmente, fui-me apercebendo de que o seu tipo de feminismo vê as mulheres palestinas como oprimidas, não por Israel ou por qualquer outra força externa, mas pelos homens palestinos. Para eles, as mulheres palestinas têm pouca ou nenhuma capacidade de ação e são vítimas perpétuas de uma sociedade que tem a violência baseada no gênero enraizada no seu próprio núcleo. Além disso, aos seus olhos, os homens palestinos são sinônimos de grupos profundamente patriarcais, religiosos e socialmente conservadores, como o Hamas, que são conhecidos por abusar e oprimir as mulheres. Assim, essas "feministas" acreditam nas afirmações de Israel de que o seu ataque a Gaza ajudará a "libertar" as mulheres palestinas das garras do Hamas, e ignoram os danos reais e graves que a guerra lhes tem infligido. As

"feministas" desse tipo apoiaram a invasão americana do Afeganistão, porque supostamente tinha como objetivo "libertar as mulheres afegãs", mas nunca pensariam em defender a "libertação" forçada, por exemplo, das mulheres judias que vivem em comunidades profundamente patriarcais e religiosas em Israel. (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

A mesma autora publicou outro artigo de opinião intitulado de *Western feminism and its blind spots in the Middle East*, no qual também critica as feministas ocidentais e reforça sua posição de que o problema não é condenar a violência do Hamas contra mulheres israelenses, mas sim o fato de que muitas se utilizam dessa retórica para apoiar o massacre contra as mulheres palestinas. É possível comparar esses artigos de opinião com o artigo da Becky S. Koerich “A mulher que peitou o Hamas” ou o “O feminismo abandonou as judias” de Mariliz Pereira Jorge, ambos publicados pela Folha de S. Paulo analisados pela seção anterior. Diferente desses dois, o artigo de Aldossari contrapõe a narrativa generalizante; a autora não negligencia a violência sexual cometida pelo Hamas, contudo, chama a atenção para o contexto por trás do que está acontecendo, o qual não pode ser ofuscado ao tratar da violência sexual no conflito: a invasão brutal que já deixou milhares de mortos palestinos, sendo sua maioria mulheres e meninas. Como visto, os artigos de opinião do jornal brasileiro que abordam esse assunto, tratam de maneira superficial, sem senso crítico e abraçam todas as concepções orientalistas acerca da relação de gênero no Oriente Médio.

Outro artigo que se diferencia muito dos analisados pela mídia hegemônica é o denominado de *Israel occupying Palestine echoes France colonising Algeria: Analysts*, escrito pelo libanês Mat Nashed, no qual o jornalista entrevista acadêmicos especialistas na guerra da Argélia e que apontam paralelos com a ocupação da Palestina ao longo da história. De acordo com a reportagem, não é a primeira vez que países coloniais identificam seus inimigos como esturpadores para justificar a violência contra esses:

“Em novembro e dezembro, (...) a resposta aos protestos em massa [a favor de um cessar-fogo em Gaza] foi que o Hamas utilizou intencionalmente a violação como arma de guerra e isso é um indicador de quão depravados eles são e de quão necessária esta luta é para os valores da civilização ocidental”, disse Rahnama... Ela acredita que as acusações israelitas se enquadram num padrão histórico mais vasto, segundo o qual as populações indígenas são retratadas como moral e sexualmente depravadas para justificar a confiscação das suas terras e o uso da violência contra elas (Al Jazeera, 2024, tradução nossa)

Além disso, a alusão à *Nakba* foi encontrada em dois artigos de opinião. Na mídia hegemônica ocidental, não houve qualquer menção à *Nakba*. Como visto no contexto histórico, o entendimento sobre o que foi a *Nakba* para o povo palestino é essencial para a compreensão

dos conflitos na região. Nesse sentido, nos artigos citados apontam que nesses 76 anos de *Nakba*, a violência não cessou e, pelo contrário, aumentou nos últimos meses sobre Gaza e Cisjordânia. O padrão dos tipos de arma de guerra também se manteve; a violência sexual e a fome, por exemplo, eram presentes na *Nakba* e foi um dos fatores que levou ao deslocamento de diversas famílias:

Entre as histórias veladas, contavam-se as experiências agonizantes de fome forçada, casos de violência sexual perpetrados pela milícia judaica Haganah contra homens e mulheres, e as narrativas desoladoras de mães que, no meio dos bombardeios, deixaram os seus filhos para trás (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

Desse modo, o contexto foi abordado de maneira aprofundada pelo canal catari. Em uma das notícias analisadas, o jornal faz um resumo da catástrofe do sistema de saúde em Gaza devido à guerra, o que revela a preocupação do jornal em informar sobre os efeitos do genocídio em curso sobre a população. Além disso, o jornal revelou algo que nenhum dos outros dois jornais hegemônicos tinham apontado — a pressão conferida por Israel na ONU, para a retirada desse país da lista de países que mais cometeram violações contra crianças:

Mais de 3.000 crianças correm o risco de morrer devido à desnutrição
O Gaza Media Office publicou uma lista abrangente de estatísticas que destacam a devastação em Gaza em meio à guerra em andamento. Aqui está um resumo dos números relacionados à situação da saúde no enclave costeiro:
3.500 crianças correm risco de morte devido à desnutrição e à falta de alimentos.
11.000 pessoas feridas precisam viajar para receber tratamento no exterior.
1.477.748 pessoas estão infectadas com doenças infecciosas devido ao deslocamento.
71.338 casos de infecção por hepatite viral como resultado do deslocamento.
60.000 mulheres grávidas estão em risco devido à falta de acesso à saúde.
350.000 pacientes crônicos estão em risco devido ao impedimento da introdução de medicamentos. [...] A ONU enfrentou anos de pressão de Israel e seus aliados sobre o relatório de direitos da criança: Ex-funcionário Craig Mokhiber, ex-funcionário de direitos humanos da ONU que se demitiu no ano passado por causa da resposta da organização à guerra de Gaza, diz que o órgão mundial excluiu Israel de sua chamada lista negra durante anos devido à campanha de pressão (Al Jazeera, 2024, tradução nossa).

A análise das notícias também apontou, além do conteúdo das reportagens, um grande número de manchetes que denunciam a violência contra palestinos pela força israelense, nos quais os atores são bem explicitados, a exemplo: *Palestinians speak of being stripped and abused by Israeli forces in Gaza* (Palestinos falam de terem sido despídos e maltratados pelas forças israelenses em Gaza, tradução nossa); *Palestinian children abused in Israeli detention* (Crianças palestinas abusadas nas detenções israelenses, tradução nossa); *Not just the UNRWA*

report: Countless accounts of Israeli torture in Gaza (Não é apenas o relatório da UNRWA: inúmeros relatos de tortura israelense em Gaza, tradução nossa).

As fontes utilizadas pela Al Jazeera também chamaram a atenção. Como apontado anteriormente, o jornal utiliza frequentemente os relatos de palestinos. Uma matéria, que não trata especificamente sobre violência sexual, mas que aborda a relação das mulheres palestinas com a vestimenta em meio à violência israelense, trata a importância do *isdal* — uma roupa utilizada pelas mulheres muçulmanas durante a oração e fora da privacidade de suas casas — e que, agora, faz parte do dia a dia dessas mulheres face à possibilidade de bombardeios inesperados. Essa matéria entrou na seleção de matérias devido à sua abordagem anti-orientalista de um aspecto da vida cotidiana de mulheres palestinas que não é contado pela mídia hegemônica ocidental. Como discutido neste trabalho, vestimentas como o *isdal*, ou o véu em geral, são carregadas de preconceito pelo Ocidente. Relatos como esse da Al Jazeera humanizam mulheres palestinas que estão tendo suas vidas, crenças e costumes violados diariamente pela brutalidade israelense. Não é possível falar de violência sexual na guerra sem trazer à tona esse recorte de violência.

Um outro exemplo é a reportagem na qual a Al Jazeera publicou a versão do Hamas sobre o 7 de outubro: *Hamas says October 7 attack was a 'necessary step', admits to 'some faults'* (O Hamas afirma que o ataque de 7 de outubro foi um “passo necessário” e admite “algumas falhas”, tradução nossa). A matéria divulga o ponto de vista do Hamas, tendo em vista, que esse é um agente crucial na guerra. Os principais pontos do relatório publicado pelo grupo, denominado de *Our Story*, foi divulgado, no qual o movimento explicita o que ocorreu no dia e as principais motivações; também nega as acusações de estupro.

Por fim, conclui-se que a AL Jazeera distanciou-se da abordagem orientalista tão presente nos outros veículos de comunicação, ao privilegiar narrativas palestinas acerca do conflito, trazer fontes variadas, que incluem diversos pontos de vista e também ao tratar da guerra de maneira aprofundada, apontando os contextos e desigualdades de força entre os atores envolvidos.

Conclusão

Para concluir este trabalho, esta seção ocupa-se de apresentar, em formato de tabela, a sistematização dos resultados encontrados. Abaixo, estão três tabelas. A primeira busca, em termos de Pêcheux, apontar as repetições e omissões em relação a termos e temas em cada jornal. A segunda, em acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin, apresenta os sentidos e ideias mais frequentes encontrados em cada veículo de mídia em relação a 1) como o contexto do conflito é retratado; 2) imagens construídas acerca dos atores palestinos; 3) como a violência sexual nesse conflito é vista. A terceira apresenta as fontes — que foram categorizadas — mais utilizadas por cada jornal em consonância com as duas metodologias de análise.

Tabela 1 – Repetições e omissões em cada jornal

Jornais	Reportagens que utilizam os termos “violência sexual/estupro/abuso sexual” contra palestinos pelo governo de Israel	Reportagens que utilizam os termos “violência sexual/estupro/abuso sexual” contra israelenses pelo Hamas	Artigos de opinião que denunciam violência contra palestinos	Artigos de opinião que denunciam violência contra israelenses
The New York Times	9,3%	90%	22%	77%
Folha de S. Paulo	5,1 %	74%	11%	88%
Al Jazeera	52%	18%	100%	6,6%

Tabela 2 – Produção de sentidos e ideias em cada jornal

Jornais	Sentidos/Ideias relacionados ao contexto	Sentidos/Ideias relacionados à imagem dos atores palestinos	Sentidos/Ideias relacionados à violência sexual
The New	Ato terrorista advindo de	Hamas — terrorista bárbaro, estuprador	Violência sexual cometida pelo Hamas contra israelenses;

York Times	motivações antissemitas; crise que eclodiu no 7 de outubro		argumento utilizado para legitimar reações pelo governo israelense; justiça de gênero para israelenses
Folha de S. Paulo	Ato terrorista advindo de motivações antissemitas	Hamas — terrorista, bárbaro, estuprador Homens palestinos — opressores das mulheres palestinas Mulheres palestinas — submissas	Violência sexual cometida pelo Hamas contra israelenses; argumento utilizado para legitimar reações pelo governo israelense; justiça de gênero para israelenses
Al Jazeera	Nakba; Genocídio; Apartheid contra o povo palestino; histórico de colonização	Hamas — ator político da região Mulheres palestinas — olhar humanizado	Violência sexual cometida pelas forças israelenses contra palestinos; Violência sexual cometida pelo Hamas contra israelenses; violência sexual; justiça de gênero para palestinos e israelenses; retórica da violência sexual vista como maneira de legitimar genocídio

Tabela 3 – Fontes utilizadas em cada jornal

Jornais	Fontes/relatos
The New York Times	Fontes oficiais do governo israelense, civis israelenses, ONU, TPI, fontes oficiais do governo estadunidense.
Folha de S. Paulo	Fontes oficiais israelenses, reportagem do The New York Times, fontes do governo estadunidense, ONU, TPI.
Al Jazeera	UNRWA, ONU, TPI, civis palestinos, ativistas palestinos, fontes oficiais do governo palestino, fontes oficiais do governo israelense.

Assim, para responder aos objetivos propostos pelo trabalho, inicialmente através dos resultados analisados, é possível concluir que a mídia hegemônica ocidental — representada pelo The New York Times e pela Folha de São Paulo — propagaram narrativas desiguais em relação à temática da violência sexual no conflito entre Israel em Palestina dentro do escopo temporal delimitado pela pesquisa. O discurso sobre a violência sexual cometida pelo Hamas de maneira sistemática foi amplamente utilizado pela mídia hegemônica como arma retórica na

legitimação do genocídio contra o povo palestino. A difusão desse tipo de notícia foi simbolicamente eficaz, já que aliada a outros discursos (como o de decapitação de bebês, por exemplo) foi eficiente na produção de imagens mentais que chocam e que produzem uma ideia sobre o outro, que em tese, cometeu tais crimes.

Esse outro — encarnado na ideia de um povo — é barbarizado, desumanizado até o ponto em que a morte de mais de 30.000 pessoas não cause tanta indignação. Esse discurso foi politicamente vitorioso, já que a defesa dos direitos do povo palestino passa a ser questionada, quando é esse “o povo que em tese praticou as clamadas barbaridades”. Além do mais, a ideia de “justiça de gênero”, muito presente nos artigos do *The New York Times* e da *Folha de S. Paulo*, foi usada de maneira desigual, visto que a violência sexual contra mulheres palestinas — ou outros tipos de violência comuns durante um crime contra a humanidade do tamanho de um genocídio — foi ofuscada pela grande reportagem que acusa o Hamas de estupro sistemático. Percepções orientalistas foram frequentes nessas reportagens expressas pelo ideário do feminismo ocidental. Como aponta Segato, ao universalizar os problemas do patriarcado sem levar em consideração as especificidades de mulheres que vivem em contextos de dominação colonial, o feminismo eurocêntrico:

[...] sob a bandeira da unidade [...] sustenta, assim, uma posição de superioridade moral das mulheres europeias ou eurocentrismo, autorizando-as a intervir com sua missão civilizadora-colonial/modernizadora. Esta posição é, ao mesmo tempo, a-histórica e anti-histórica, porque encerra a história dentro de um cristal de tempo lentíssimo, quase estagnado, do patriarcado e sobretudo encobre a virada radical introduzida pela entrada do tempo colonial/moderno a história das relações de gênero (SEGATO, 2012, p. 116).

A descontextualização histórica do conflito em conjunto com a criação do sentimento de horror em relação ao outro lado constitui um ato de desumanização. Assim, os discursos com caráter mais desumanizador manifestaram-se no *The New York Times* e na *Folha de São Paulo*. O NYT ainda teve uma cobertura um pouco mais humanizada que a *Folha de S. Paulo*. Contudo, o sofrimento palestino foi marginalizado pelos dois jornais. Isso foi evidenciado pela omissão de contextualização, de atenção dada a relatórios que apontam violência contra palestinos, pela escassez de relatos palestinos e pela prevalência do uso de fontes oficiais israelenses. Como registrado, a reportagem sobre o estupro sistemático teve várias inconsistências, sobretudo, pelo uso de certas fontes do governo de Israel, que não puderam ser provadas, e que, posteriormente, foram desmentidas. A falsa ideia de “mesma proporção de horror” foi encontrada. A escassa problematização da violência em Gaza, quando o lado palestino está sendo muito mais afetado

(em termos de mortes, danos estruturais, sociais e econômicos) do que o outro, evidencia, por meio dessa omissão, o viés ideológico dos jornais.

A Al Jazeera — dentre os jornais analisados — apresentou uma linha editorial mais humanizada da questão analisada. Em nenhum momento, por exemplo, a Al Jazeera negou os supostos estupros cometidos pelo Hamas, à medida que também não afirmou que houve estupro sistemático, por falta de provas. Seus artigos apresentaram uma perspectiva mais aprofundada ao, por exemplo, trazer análises de pesquisadores que fizeram paralelos históricos da situação da Palestina com outros países que viveram sob a lógica colonial. Historicamente, apresentou artigos que fazem referência à Nakba - referência histórica fundamental no conflito que não foi nenhuma vez citada pelos outros dois veículos. As reportagens indicaram a desproporção de força da guerra por meio da contextualização das notícias através de atualizações do número de mortos e da situação em Gaza, por exemplo. A catástrofe humanitária foi denunciada diversas vezes e o termo “genocídio” foi registrado. O uso das palavras “estupro” e “violência sexual” foram empregadas nas diversas reportagens, denunciando os abusos contra palestinos, fontes palestinas foram escutadas e a história de pessoas marginalizadas — que em outros jornais são apenas números — foram contadas (como a do menino e jornalista mortos em Gaza). O jornal problematizou o discurso do feminismo ocidental, o silêncio em relação ao genocídio e a cumplicidade da mídia estadunidense com a política externa dos Estados Unidos. O discurso difundido pela mídia hegemônica foi questionado inúmeras vezes pela Al Jazeera, seja através de suas investigações sobre “ataques sexuais sistemáticos cometidos pelo Hamas”, seja pela divulgação de relatos palestinos e pela exposição das mentiras divulgadas, como no caso da publicação da notícia, que revela que a Casa Branca teve que desmentir o vídeo dos bebês decapitados. Desse modo, é possível afirmar que a Al Jazeera, como representante da mídia alternativa nesta pesquisa, produziu um discurso contraposto ao discurso da mídia hegemônica ocidental.

Por fim, conclui-se que a mídia hegemônica ocidental instrumentalizou pautas feministas para construir e mobilizar discursos favoráveis à guerra de Israel contra o povo palestino. Tendo em vista que a linguagem não é neutra e que os discursos são carregados de ideologia, a mídia hegemônica ocidental reproduziu a ideologia de um dos grandes apoiadores de Israel,⁸⁵ os Estados Unidos. A narrativa prevalecente permite o prosseguimento da matança

⁸⁵ CNN BRASIL. Quem são os fornecedores de armas a Israel, além dos EUA? Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-sao-os-fornecedores-de-armas-de-israel-alem-dos-eua/#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%20s%C3%A3o%20de,Holocausto%20nazista%20%E2%80%93%20e%20pela%20It%C3%A1lia>> Acesso em 13 nov. 2024.

de palestinos ao reforçar, como instituições que têm o poder de formar a opinião pública, a ideia orientalista e desumanizadora que associa árabes/muçulmanos a selvagens, terroristas e estupradores. A questão central, portanto, é que a violência sexual foi utilizada pela mídia como verdadeira arma de guerra. O conceito de necrobiopoder de Bento (2018) é evidente na maneira como a mídia opera. Enquanto o feminismo ou a proteção das mulheres israelenses são evocados na mídia ocidental, o silêncio permanece em relação à matança de mulheres palestinas. Ou seja, o cuidado com a vida só é relegado a determinados corpos, e, assim, os corpos palestinos (corpos também femininos) são dispostos de maneira hierarquicamente inferior, e, desse modo, são destituídos de sua humanidade e de qualquer preocupação derivada de seu reconhecimento.

Assim, as ações genocidas de Israel continuam a ser protegidas pelo Ocidente, à medida que este é associado aos valores civilizatórios da ordem liberal e os árabes ao símbolo de “terrorismo” que, portanto, cria as bases ideológicas que impedem qualquer crítica às narrativas produzidas no genocídio. O discurso produzido pela mídia alternativa Al Jazeera, entretanto, com a sua repercussão global — dado que, com o lançamento do seu canal em inglês, esta não se restringe mais aos países do mundo árabe — é, por conseguinte, um importante contrabalanço às mídias hegemônicas, uma vez que (como discutido neste trabalho), o discurso é atravessado por e constitui o poder, além de produzir efeitos simbólicos e políticos.

Referências Bibliográficas

ABU-LUGHOD, L. (2012). **As mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação? Reflexões antropológicas sobre o relativismo cultural e seus Outros.** Revista Estudos Feministas, 20(2), 451–470. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200006>

ADDAMEER. **Imprisonment of women and girls.** Disponível em: <https://www.addameer.org/the_prisoners/women#:~:text=Moreover%2C%20the%20majority%20of%20Palestinian,searches%2C%20and%20sexually%20explicit%20harassment>. Acesso em 13 nov. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda por que o Brasil não trata o Hamas como organização terrorista.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-10/entenda-porque-o-brasil-nao-trata-o-hamas-como-organizacao-terrorista>. Acesso em 13 nov. 2024.

AL JAZEERA. **About us.** Disponível em: <https://network.aljazeera.net/en/about-us>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Hamas says October 7 attack was a ‘necessary step’, admits to ‘some faults’.** Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/1/21/hamas-says-october-7-attack-was-a-necessary-step-admits-to-some-faults#:~:text=The%20report%20also%20listed%20the,from%202000%20until%20this%20year.>>>.

_____. **Israeli Supreme Court upholds contentious Jewish state law.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/7/8/israeli-supreme-court-upholds-contentious-jewish-state-law>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **The Abu Ghraib abuse scandal 20 years on: What redress for victims?** Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2024/4/27/the-abu-ghraib-abuse-scandal-20-years-on-what-redress-for-victims>>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **The unravelling of the New York Times ‘Hamas rape’ story.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/program/the-listening-post/2024/3/2/the-unraveling-of-the-new-york-times-hamas-rape-story>. Acesso em 13 nov. 2024.

AL JAZEERA INVESTIGATIONS. **7 October.** YouTube, 20 mar. 2024. 59min58s. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0atzea-mPY>. Acesso em: 6 jun. 2024.

AL JAZEERA STAFF. **Palestinians detained by Israel in Gaza blindfolded, stripped to underwear.** Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2023/12/8/video-photos-appear-to-show-detainees-stripped-to-underwear-in-gaza>. Acesso em: 13 nov. 2024.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Israel/OPT: Horrifying cases of torture and degrading treatment of Palestinian detainees amid spike in arbitrary arrests.** Disponível em: <<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2023/11/israel-opt-horrifying-cases-of-torture-and-degrading-treatment-of-palestinian-detainees-amid-spike-in-arbitrary-arrests/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

AMNISTIA INTERNACIONAL. **Anistia Internacional: Informe 2021/22: O estado dos direitos humanos no mundo.** Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/documents/pol10/4870/2022/bp/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

BENTO, Berenice. **Gênero e sexualidade como armas de guerra.** Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 29-30.

_____. Berenice. **Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos Pagu, 2018. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/>>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. Berenice. **O genocídio palestino e palavras que matam.** 2023. Disponível em: <https://berenicebento.com/2023/11/o-genocidio-palestino-e-palavras-que-matam/>. Acesso em: 17 ago. 2024.

BIROLI, Flávia; FELIPE MIGUEL, Luis. **Orgulho e preconceito: a “objetividade” como mediadora entre o jornalismo e seu público.** Opinião Pública, Campinas, v. 18, n. 1, p. 22–43, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002.** Promulga o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL 247. **Soldados israelenses postam lingerie de palestina assassinada e são chamados de terroristas por judeus.** Disponível em: <https://www.brasil247.com/mundo/soldados-israelenses-postam-lingerie-de-palestina-assinada-e-sao-chamados-de-terroristas-por-judeus>. Acesso em: 13 nov. 2024.

CNN Brasil. **Exclusivo: quase metade das bombas israelenses lançadas em Gaza não tinham alvos específicos, dizem EUA.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/exclusivo-quase-metade-das-bombas-israelenses-lancadas-em-gaza-nao-tinham-alvos-especificos-dizem-eua/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

_____. **Quem são os fornecedores de armas a Israel, além dos EUA?** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-sao-os-fornecedores-de-armas-de-israel-alem-dos-eua/#:~:text=Os%20Estados%20Unidos%20s%C3%A3o%20de,Holocausto%20nazista%20E2%80%93%20e%20pela%20It%C3%A1lia>> Acesso em 13 nov. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. **Negros são 87% dos mortos pela polícia de oito estados em 2022.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/11/6655976-negros-sao-87-dos-mortos-pela-policia-de-oito-estados-em-2022.html>. Acesso em 20. mai. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** Chicago: University of Chicago Legal Forum, 1989. p. 139-167.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LIMA; DOS SANTOS FILHO. **O jornal norte-americano: The New York Times**. Revista Eletrônica de Comunicação. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/rec/article/view/895>>. Acesso em 13 nov. 2024.

DEROCCHI, Denise. **Mídia, fabricação do consenso e poder: análise das narrativas da Al Jazeera e Sputnik News sobre o conflito da Síria como instrumento da política externa do Catar e da Federação Russa**. 2023. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

_____. Denise. **Política Externa do Catar: Uma Interpretação a Partir de Robert W. Cox**. Conjuntura Internacional, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 38-45, mai. 2022. ISSN 1809-6182. DOI: 10.5752/P.1809-6182.2022v19n4pX-X.

_____. Denise. **Quatro olhares sobre Gaza. Quantos discursos? Uma análise da cobertura de CNN, BBC, Al Jazeera e Sputnik News sobre a Marcha do Retorno**. In: INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Porto Alegre, RS, 20 a 22 jun. 2019. Anais... Porto Alegre: [s.n.], 2019.

DW. 1851: **Lançado o jornal New York Times**. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1851-lan%C3%A7ado-o-jornal-new-york-times/a-955322>. Acesso em 13 nov. 2024

ENCICLOÉDIA DO HOLOCAUSTO. **O que é genocídio?** Disponível em: <<https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide>>. Acesso em 13 nov. 2024.

EURONEWS. **Gabinete de Netanyahu aprova encerramento da delegação da Al Jazeera em Israel**. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2024/05/05/al-jazeera-banida-pelo-governo-de-israel-apos-aumento-de-tensoes>. Acesso em 13 nov. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FOLHA UOL. **Conheça o Grupo Folha**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/>. Acesso em 13 nov 2024.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

G1. **Contrariando fala de Biden, Casa Branca afirma que presidente não viu fotos de crianças israelenses mortas**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/12/contrariando-fala-de-biden-casa-branca-afirma-que-presidente-nao-viu-fotos-de-criancas-israelenses-mortas.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

GOMES, Aura Rejane. **A questão da Palestina e a fundação de Israel**. 2001. 139 f. Tese (Mestrado em Ciência Política) — Universidade de São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-24052002-163759/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **Manufacturing consent: The political economy of the mass media**. Nova York: Pantheon Books, 1988.

HUMAN RIGHTS WATCH. **A Threshold Crossed: Israeli Authorities and Crimes of Apartheid and Persecution**. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2021/04/27/threshold-crossed/israeli-authorities-and-crimes-apartheid-and-persecution>>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Israel e Palestina: Eventos de 2023**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2024/country-chapters/israel-and-palestine>. Acesso em 13 nov. 2024

IHU UNISINOS. **20 anos da invasão ao Iraque: a guerra ilegal dos Estados Unidos que semeou o caos no Oriente Médio**. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/627160-20-anos-da-invasao-ao-iraque-a-guerra-ilegal-dos-estados-unidos-que-semeou-o-caos-no-oriente-medio>. Acesso em: 13 nov. 2024.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. **Application Instituting Proceedings**. Disponível em: <https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/192/192-20231228-app-01-00-en.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2024.

JACOBINA. **O direito ao retorno do povo palestino é uma questão de justiça histórica**. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2024/04/o-direito-ao-retorno-do-povo-palestino-e-uma-questao-de-justica-historica/>. Acesso em 13 nov. 2024.

KASSEM, F. **Palestinian Women: Narrative Histories and Gendered Memory**. 1. ed. Londres: Bloomsbury Publishing, 2013.

KHALIDI, Rashid. **Palestina: um século de guerra e resistência (1917-2017)**. São Paulo: Todavia, 2024.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: Jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **O efeito Al Jazeera**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-efeito-al-jazeera/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LIMA, M. M. C. (2022). **A Condenação da Bósnia pelo Comitê Contra a Tortura: Um Novo Marco no Contexto dos Crimes Sexuais em Conflitos Armados**. *Revista Direito Em Debate*, 31(57), e10193. <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2022.57.10193>

MADAR, R. **Beyond Male Israeli Soldiers, Palestinian Women, Rape, and War: Israeli State Sexual Violence against Palestinians**. *Conflict and Society*, v. 9, n. 1, p. 72–88, 1 jun. 2023.

MATOS, Soraya Misleh de. **Uma história das mulheres palestinas: dos salons aos primórdios da literatura de resistência**. 2022. Tese (Doutorado em Estudos Árabes) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-05102022-155512>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2018.

MEDIEN, K. **Israeli settler colonialism, “humanitarian warfare,” and sexual violence in Palestine**. *International Feminist Journal of Politics*, p. 1–22, 25 fev. 2021.

MESSEMBERG, Débora. **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 3, p. 773-799, set.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRpHfKbRS/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MIDDLE EAST MONITOR. **Le Monde debunks Israel claims that Hamas decapitated 40 babies**. Disponível em: <https://www.middleeastmonitor.com/20240405-le-monde-debunks-israel-claims-that-hamas-decapitated-40-babies/>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MONITOR DO ORIENTE. **In memoriam: Resolução 194 da ONU**. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20201221-in-memori-am-resolucao-194-da-onu/>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Relembrando a Primeira Intifada**. Disponível em: <https://www.monitordo Oriente.com/20231209-relembrando-a-primeira-intifada-2/>. Acesso em 13 nov. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Decisão de Israel contra ONGs fere os direitos humanos**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/155791-decis%C3%A3o-de-israel-contra-ongs-fere-os-direitos-humanos>>. Acesso em 13 nov. 2024.

OAS. **Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio**. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20a%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Puni%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crime%20de%20Genoc%C3%ADio.pdf>. Acesso em 13 nov. 2024.

O GLOBO. **Gaza foi o lugar mais mortal para jornalistas em 2023, aponta relatório**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/02/15/gaza-foi-o-lugar-mais-mortal-para-jornalistas-em-2023-aponta-relatorio.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

ONU NEWS. **ONU cria equipe de resposta a abusos sexuais cometidos por tropas de paz**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2016/03/1543341>>. Acesso em 13 nov. 2024.

ORIENTXXI. **The Hushed Ordeal of Palestinian Women**. Disponível em: <<https://orientxxi.info/magazine/the-hushed-ordeal-of-palestinian-women,7145>>. Acesso em 13 nov. 2024.

ORLANDI, E. P. **Michel Pêcheux e a Análise de Discurso (Michel Pêcheux et l'Analyse de Discours)**. *Estudos da Língua(gem)*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 9-13, 2005. DOI: 10.22481/el.v1i1.973. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/article/view/973>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH. **Public Opinion Poll No (90)**. Disponível em <<https://www.pcpsr.org/en/node/963>>. Acesso em 6 jun. 2024.

PAPPÉ, Illan. **A Limpeza étnica da Palestina**. São Paulo: Editora Sundermann, 2016.

PENACHIONI, Júlia Battistuzzi. **Violência sexual em conflitos armados e em ataques generalizados ou sistemáticos: a criminalização pelo Tribunal Penal Internacional**. 2017. 141 f. Dissertação (Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_11a23a01525b2191a6e6c441a50344ff. Acesso em: 13 nov. 2024.

PHYSICIANS FOR HUMAN RIGHTS. **Systematic Violation of Human Rights: The incarceration conditions of Palestinians in Israel since 7 october**. Disponível em: https://www.phr.org.il/wp-content/uploads/2024/02/5845_Imprisoned_Paper_Eng.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

PODER 360. **Jornais no Brasil: Evolução da circulação total**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/12/circulacao-jornais-IVC-nov2023.pdf> . Acesso em 13 nov. 2024.

PUBMED. **Sexual torture of Palestinian men by Israeli authorities**. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26718999/>. Acesso em 13 nov. 2024.

RIAL, C. **Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque**. Revista Estudos Feministas, v. 15, n. 1, p. 131–151, abr. 2007.

ROCHA ALVES, V. de P. da. (2022). **Comunicação de Resistência: a mídia alternativa brasileira on-line na luta pelos direitos humanos**. Revista Alterjor, 25(1), 211-245. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-1507.v25i1p211-245>

RODRIGUES, Georgia Godoy. **Do Efeito CNN ao Efeito Al Jazeera: a mídia como ator das Relações Internacionais**. Revista de Análise Internacional, Curitiba, v. 5, n. 2, jul./dez. 2020, p. 52-68. ISSN 2594-3839.

SAID, Edward W. **Covering Islam: How the Media and the Experts Determine How We See the Rest of the World**. New York: Pantheon Books, 1981.

_____. Edward W. **O Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, Maria Clara Araújo dos. **Padrão-duplo: uma análise da mídia brasileira sobre a questão palestina (o caso de Sheikh Jarrah)**. 2023. Monografia (Bacharelado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36850/1/2023_MariaClaraAraujoDosSantos_tcc.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial***. e-cadernos CES, n. 18, 1 dez. 2012.

_____. Rita Laura. **Território, soberania e crimes de Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juárez**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 2, p. 265-285, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000200002>. Acesso em: 13 nov. 2024.

SEIB, Philip. **The Al Jazeera effect: how the new global media are reshaping world politics**. 1st ed. Washington, D.C: Potomac Books, 2008

SILVA, Carlos Augusto Canedo Gonçalves; REIS, Roberta Cerqueira. **Direitos humanos e a Corte Internacional de Justiça: um estudo de caso sobre a aplicação da Convenção de Genocídio pela CIJ**. Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, 2016.

TARAUD, Christelle. **Féminicides**. Paris: Éditions La Découverte, 2022.

TENÓRIO, Sayid Marcos. **Palestina: do mito da terra prometida à terra da resistência**. São Paulo: Anita Garibaldi/Ibraspal, 2019.

THE GUARDIAN. **More than 8,000 Palestinians in Israeli jails, rights groups say**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/dec/21/more-than-8000-palestinians-in-israeli-jails-rights-groups-say#:~:text=More%20than%208%2C000%20Palestinians%20are,according%20to%20human%20rights%20groups>. Acesso em 13 nov. 2024.

THE INTERCEPT. **Bebês decapitados, estupro em massa e civis queimados: as maiores mentiras sobre o 7 de outubro reveladas em documentário**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/23/israel-documentario-al-jazeera-expoe-mentiras-sobre-bebes-assassinados-estupros-mortes-civis-2/>. Acesso em 6 jun. 2024.

_____. **‘Entre o Martelo e a Bigorna’. O New York Times sustentou que o Hamas usou o estupro como arma contra Israel - mas há erros absurdos nessa reportagem**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/21/o-new-york-times-sustentou-que-o-hamas-usou-o-estupro-como-arma-contra-israel-mas-ha-erros-absurdos-nessa-reportagem/>. Acesso em 13 nov. 2024.

THE INTERCEPT BRASIL. **Crianças palestinas são ‘menores’: Veja como a mídia dos EUA protegeu Israel**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/01/18/veja-como-midia-dos-eua-favoreceu-israel-criancas-palestinas-sao-menores>. Acesso em: 13 nov. 2024.

_____. **Investigação realizada pela Unidade de Investigação da Al Jazeera e que envolveu “sete horas de filmagens de câmeras de corpo do Hamas, uma compilação inédita dos mortos na data e entrevistas com agentes que estiveram nos locais”**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2024/03/23/entrevista-richard-sanders-al-jazeera-israel-nao-tem-provas-de-estupros-sistematicos/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

THE NEW YORK TIMES. **Bret Stephens**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/column/bret-stephens>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Inside Sde Teiman, The Base Where Israel Detains Gazans**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/06/06/world/middleeast/israel-gaza-detention-base.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Israeli Soldier’s Video Undercuts Medic’s Account of Sexual Assault**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/03/25/world/middleeast/video-sexual-assault-israel-kibbutz-hamas.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **‘Screams without words’. How Hamas Weaponized Sexual Violence on October 7.** Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/12/28/world/middleeast/oct-7-attacks-hamas-israel-sexual-violence.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **What does The New York Times own?** Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/what-does-the-new-york-times-own.html>. Acesso em 13 nov. 2024.

THE NEW YORK WAR CRIMES. **History.** Disponível em: < <https://newyorkwarcrimes.com/tag:history>>. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **“A Continuous Series of Insults to Our Understanding: Rashid Khalidi discusses The New York Times as state media”.** Disponível em:< <https://newyorkwarcrimes.com/a-continuous-series-of-insults-to-our-understanding>>. Acesso em 13 nov. 2024.

UN WOMEN. **Six months into the war on Gaza, over 10,000 women have been killed.** Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news-stories/press-release/2024/04/six-months-into-the-war-on-gaza-over-10000-women-have-been-killed>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNICEF USA. **More than 13,000 children reported dead as Gaza famine nears.** Disponível em: <https://www.unicefusa.org/stories/more-13000-children-reported-dead-gaza-famine-nears>. Acesso em: 6 jun. 2024.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. **Israel’s 55-year occupation of Palestinian Territory is apartheid – UN human rights expert.** Disponível em: < <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2022/03/israels-55-year-occupation-palestinian-territory-apartheid-un-human-rights>>. Acesso em 13 nov. 2024.

UNITED NATIONS TURKIYE. **Gaza: number of children killed higher than in four years of world conflict.** Disponível em: <https://turkiye.un.org/en/263401-gaza-number-children-killed-higher-four-years-world-conflict>. Acesso em: 13 nov. 2024.

UNITED STATES HOLOCAUST MEMORIAL MUSEUM. **Documentando o número de vítimas do holocausto e da perseguição nazista.** Disponível em: < <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution>>. Acesso em 13 nov. 2024.

UNRWA. **Detention and alleged ill-treatment of detainees from Gaza during Israel-Hamas War.** Disponível em: https://www.unrwa.org/sites/default/files/content/resources/summary_on_detention_and_alleged_ill-treatmentupdated.pdf. Acesso em 13 nov. 2024.

_____. **Resolution 194.** Disponível em: <https://www.unrwa.org/content/resolution-194>. Acesso em 13 nov. 2024.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência.** São Paulo: Ubu Editora, 2021.

WOMEN’S REFUGEE COMMISSION: **It’s Happening to Our Men as Well: Sexual Violence against Rohingyas Men and Boys**”, 8 nov. 2018. Disponível em:

<https://www.womensrefugeecommission.org/research-resources/its-happening-to-our-men-as-well/>. Acesso em: 13 nov. 2024.